



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PSICOLOGIA**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**CHARLES VINICIUS BEZERRA DE SOUZA**

**IDENTIDADES MASCULINA E SERTANEJA E SUA RELAÇÃO COM  
O SEXISMO E CULTURA DA HONRA NO SERTÃO SERGIPANO**

**São Cristovão - Sergipe**

**2020**

**CHARLES VINICIUS BEZERRA DE SOUZA**

**IDENTIDADES MASCULINA E SERTANEJA E SUA RELAÇÃO COM  
O SEXISMO E CULTURA DA HONRA NO SERTÃO SERGIPANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe –  
PPGPSI - UFS como requisito para a obtenção do título de  
mestre em Psicologia.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima

**Co-orientador:** Prof. Dr. Diogo Conque Seco Ferreira

**São Cristovão – Sergipe**

**2020**

## AGRADECIMENTOS

Ao fim dessa jornada não posso deixar de agradecer todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para construção deste projeto.

Primeiramente, quero expressar minha admiração e agradecer ao meu orientador, Professor Marcus Eugênio. Muito obrigado pela compreensão, reflexões e contribuições imprescindíveis para a realização do estudo. Obrigado por tudo!

Agradeço ao meu coorientador Professor Diogo Conque, pelo apoio na construção da pesquisa, disponibilidade, contribuições valiosas e me ajudar a decifrar a estatística.

Aos professores Yuri Sousa e Raquel Freitag pelas valiosas contribuições, por se dedicarem à leitura do trabalho e comporem a banca examinadora.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação de Psicologia/UFS que foram de suma importância nesse percurso. Aos colegas de mestrado e, especialmente, aos componentes do grupo de pesquisa NSEPR, pelas contribuições na minha experiência em pesquisa, com discussões e críticas construtivas para a elaboração do estudo.

Agradeço o imenso apoio de toda a administração e professores da UFS/Sertão, assim como os participantes da pesquisa, sem vocês nada disso seria possível. Muito Obrigado.

A minha família, por todo amor e apoio incondicional durante esse árduo percurso. Minha mãe Tânia, pelas palavras reconfortantes e pelo cuidado dado cada minuto mesmo à distância. Minha irmã Thayanne, pelo acolhimento e confidências que me lembram que não estou sozinho. Meu Pai Charles pela força e por ser símbolo de perseverança. Amo vocês!

A Thiara pelo amor, carinho, apoio e, principalmente, pela paciência e acolhimento. Obrigado por compreender minhas ausências e permanecer ao meu lado quando tanto precisei. Muito obrigado.

A todos meus amigos pela força e por não me esquecerem ao longo desse tempo. Os “mortos”, Alisson, Felipe, Caio e Wendel, por ainda insistirem comigo. A Bruno e Diego por sempre me salvar quando preciso. A Israel e Lizandra por todo apoio e companheirismo no mestrado. A Clarice por me lembrar quem eu sou e estar ao meu lado sempre com um sorriso. Aos “Johnsons” – Biancha, Carina Cláudia, Nayara, Rodrigo e Thiago – por serem johnsons.

A todos os outros que não foram citados, mas que de alguma forma contribuíram para essa vitória, a minha gratidão.

*“O sertão é dentro da gente. E esse sertão não é feito apenas de aridez e provocação, mas também de veredas, de estações, de alívio e beleza em meio a solidão.”*

(Grande Sertão: Veredas, Guimarães Rosa)

## RESUMO

O objetivo geral desta dissertação foi analisar as identidades sertaneja e masculina dos homens do sertão de Sergipe e suas relações com sexismo e cultura da honra. Partindo da hipótese que há uma relação correlação positiva entre essas representações identitárias, cultura da honra e o sexismo. A parte empírica foi composta por um estudo no qual participaram 117 estudantes de uma universidade no sertão sergipano, sendo todos do sexo masculino e residentes na região semiárida do Nordeste. Para coleta de dados foi utilizado um questionário contendo: dados sociodemográficos, um instrumento de evocação livre de palavras baseado no Inventário Psicossocial de Zavalloni (1984), a Escala de Concepções da Masculinidade (Oransky & Fisher, 2009), o Inventário de Sexismo Ambivalente (Glick & Fiske, 1996) e um instrumento sobre Honra Conjugal por nós desenvolvido. Os resultados indicam que as representações identitárias sobre o sertanejo foram caracterizadas por traços que enfatizam a força e a resiliência, imagem que associada as representações compartilhadas do sertão e seu povo, identificada no imaginário popular como uma região “problema”. Nas representações identitárias ligadas ao masculino foi perceptível uma constituição de gênero que está ligada a manutenção da estrutura patriarcal, o que reforça a ideia de uma masculinidade hegemônica, reafirmando a superioridade masculina em detrimento do feminino, delimitada a partir de uma perspectiva estereotipada da “mulher frágil”. Encontramos ainda uma correlação positiva entre cultura da honra, sexismo e as concepções da masculinidade, assim como esses constructos também se relacionaram com as identidades masculina e sertaneja, demonstrando que esse modo de conceber a masculinidade e sua associação entre sexismo e a defesa da honra sugere uma naturalização de práticas tradicionais de sexismo e comportamentos violentos em defesa da reputação. Contudo, não foi constatado sexismo nos identificados com o sertão, e com baixa adesão a cultura da honra, ou seja, os resultados demonstram que a defesa da honra é um preditor maior de comportamentos sexistas que da identidade sertaneja. Esses resultados foram analisados a partir da teoria da Teoria da Identidade Social (TIS), de Henri Tajfel (1982).

Palavras-chave: Masculinidade; sertão; identidade social; gênero; sexismo; cultura da honra.

## ABSTRACT

The main objective of this thesis was to analyze sertanejo and masculine identities of men from Sergipe's sertão and their relationship with sexism and culture of honor. Based on the hypothesis that there is a positive correlation relation between those identity representations, culture of honor and sexism. The empirical part was composed by a study in which 117 students from a university in Sergipe's sertão participated, all of them being male and residents in the semi-arid region of Northeast. For data collection a questionnaire was used containing: sociodemographic data, an instrument of free evocation of words based on Zavalloni's Psychosocial Identity Inventory (1984), the Conceptions of Masculinity Scale (Oransky & Fisher, 2009), the Ambivalent Sexism Inventory (Glick & Fiske, 1996) and an instrument about Conjugal Honor developed by us. The results indicate that the identity representations about sertanejo were featured by traits that emphasizes strength and resilience, image associated to representations shared by Sertão and its people, identified in popular imaginary as a "problem" region. In the identity representations related to men's it was perceptible a gender constitution that is linked to the maintenance of the patriarchal structure, which reinforces the idea of a hegemonic masculinity, reaffirming the male superiority to the detriment of the female, bound by a stereotypical perspective of "fragile femininity". We also found a positive correlation between culture of honor, sexism and the conceptions of masculinity, as these constructs are also related to masculine and sertanejo identities, showing that this way of conceiving masculinity and its association between sexism and the defense of honor suggest a naturalization of traditional sexism practices and violent behaviors in defense of reputation. However, it was not found sexism in those identified with the sertão, and low adhesion to culture of honor, that is, the results show that defense of honor is a bigger predictor of sexist behaviors than sertanejo identity. These results were analyzed from the theory of Social Identity Theory, of Henri Tajfel (1982).

Keywords: masculinity; sertão; social identity; gender; sexism; culture of honor.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma de seleção dos estudos.....	49
Figura 2. Dendograma da CHD: “Nós sertanejos somos...?”.....	109
Figura 3. Análise de Similitude “Nós os sertanejos somos”.....	112
Figura 4. Dendograma da CHD: Junção de “ser masculino significa” e “ser feminina significa”.....	123
Figura 5. Projeção de Tgens das classes de “ser sertanejo” nas classes de “ser masculino” e “ser feminino”.....	129
Figura 6. Relação entre identidade sertaneja e o sexismo, tendo como mediadora a cultura da honra.....	135
Figura 7. Relação entre identidade masculina e o sexismo, tendo como mediadora a cultura da honra.....	136

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Ano de publicação dos artigos, teses e dissertações.....	50
Tabela 2. Tipo de trabalho acadêmico e os instrumentos e técnicas envolvidas.....	52
Tabela 3. Categorias Representacionais: “Nós sertanejos somos...?” .....	110
Tabela 4. Médias, Desvios-padrão e correlações entre as variáveis.....	119
Tabela 5. Categorias Representacionais: “Ser masculino significa” e “Ser feminino significa” .....	124
Tabela 6. Médias, Desvios-padrão e correlações parciais entre as variáveis (controlada por idade, orientação sexual, religião, período do curso e estado civil).....	131

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas.

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CHD - Classificação Hierárquica Descendente.

CEP - Conselho Nacional de Saúde.

ECM - Escala de Concepções da Masculinidade.

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IHC - Inventário sobre a Honra Conjugal.

ISA - Inventário de Sexismo Ambivalente.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

SPSS - Statistical Package for the Social Science.

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - IDENTIDADE E IDENTIDADE SOCIAL.....	16
1.1 Noção de identidade.....	16
1.2 Identidade social e processos grupais.....	21
CAPÍTULO 2 - TERRITÓRIO DE IDENTIDADES: A INVENÇÃO DO NORDESTE E A IDENTIDADE SERTANEJA.....	31
2.1 A invenção do Nordeste: Uma breve historiografia.....	31
2.2 Nordeste: Política, arte e representações identitárias.....	37
2.3 Identidade sertaneja.....	40
2.4 A Identidade sertaneja: Breve revisão da literatura.....	46
CAPÍTULO 3 - A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE: CULTURA DA HONRA E SEXISMO.....	56
3.1 A masculinidade enquanto objeto de reflexão teórica nos estudos do gênero.....	56
3.2 Masculinidade hegemônica e outras masculinidades: Poder, dominação e violência.....	64
3.3 Masculinidade e cultura da honra.....	73
3.3.1 <i>Considerações sobre a honra</i> .....	76
3.3.2 <i>Cultura da honra e suas dimensões</i> .....	80
3.3.3 <i>Cultura da honra e violência</i> .....	82
3.3.4 <i>Cultura da honra e sua relação com a região</i> .....	84
3.3.5 <i>Cultura da honra no Brasil</i> .....	86
3.3.6 <i>Cultura da honra, masculinidade e sexismo</i> .....	87
3.4 Masculinidade e o Sexismo Ambivalente.....	89
3.4.1 <i>Sexismo benevolente e Sexismo hostil</i> .....	93
3.4.2 <i>O Inventário de Sexismo Ambivalente</i> .....	96
CAPÍTULO 4 - ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	99

4.1 Objetivos.....	99
4.2 Hipóteses.....	100
4.3 Participantes.....	100
4.4 Instrumentos e procedimentos.....	102
4.5 Aspectos éticos da pesquisa.....	105
CAPÍTULO 5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	106
5.1 Representações Identitárias do Sertanejo.....	106
5.2 Cultura da honra, Sexismo e Masculinidade.....	116
5.3 Representações Identitárias do Masculino e do Feminino.....	121
5.4 Identidade sertaneja, sexismo e cultura da honra.....	134
CAPITULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS.....	142
APÊNDICES.....	160

## INTRODUÇÃO

---

“O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Essa frase de Euclides da Cunha se tornou uma das maiores máximas sobre a população residente do sertão. Desde 1902, quando o autor publicou o livro “*Os Sertões*”, um relato da Guerra de Canudos e análise de seus determinantes geográficos, o sertão passou a ocupar lugar decisivo no imaginário nacional brasileiro e adquiriu uma forte significação, pois a obra se tornou referência cultural do Brasil. No conjunto da história do país, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes, para designar uma ou mais regiões, quanto a de "sertão" (Albuquerque Júnior, 2013; Amado, 1995).

Embora reconfigurado atualmente, com desenvolvimento agropecuário e social, o sertão se tornou conhecido como lugar de altas temperaturas, pobreza extrema, violência e desigualdades econômicas e sociais. O sertanejo, morador desse território, seria “macho” pela própria história da região, que teria exigido a sobrevivência dos mais fortes e dos mais valentes e corajosos. É uma figura que suscita muitas representações, não somente na literatura, mas no imaginário popular, na música, no teatro e no cinema; sendo que, por muitas vezes, é relacionado à pessoa sem instrução, porém, valente, perseverante e honrada (Albuquerque Júnior, 2011).

Reiterando a imagem deste local rude, áspero e violento, estruturou-se a identidade do homem sertanejo. Internalizando inteiramente as características da terra, esse homem se tornou hostil, árido e seco. A violência se transformou em um forte constituinte da sua subjetividade, forjada diante de uma situação sociopolítica específica, baseada e perpetuada pelos princípios do patriarcado. Ainda hoje se perpetua a imagem que a violência é um componente desse local, como uma característica do próprio sertanejo, e um dos elementos que compoariam os atributos da masculinidade na região (Faria, 2010; Albuquerque Junior, 2011, 2013).

Um dos primeiros estudos realizados no Nordeste brasileiro sobre a existência de estereótipos de gênero foi realizado por Radice (1987), onde três grupos de estudantes universitários receberam uma lista de 136 descrições curtas para escolher aquelas que melhor se adaptassem ao homem, à mulher e ao adulto. Para cada conceito, homem,

mulher ou adulto, as 20 descrições mais escolhidas (75% dos sujeitos) foram combinadas em um instrumento com 60 itens. Antes de serem passadas aos sujeitos, as 60 descrições sofreram uma análise fatorial, sendo as masculinas consideradas como parte de uma dimensão instrumental e sexual; as femininas foram vistas como pertencendo à dimensão emocional e submissa.

Os resultados foram analisados segundo o sexo do sujeito, em ambos os grupos, o maior nível de desejabilidade foi encontrado nas descrições masculinas que foram consideradas ideais, tanto para homens quanto para mulheres. E as descrições menos desejáveis foram aquelas contendo estereótipos de gênero feminino. As mulheres participantes rejeitaram um total de 11 descrições, três masculinas: dominador, individualista e competitivo; e oito femininas, tais como: submissas, obedientes e religiosas. Os homens consideram indesejáveis as mesmas descrições femininas.

De acordo com Guerra, Scarpati, Brasil, Livramento e Silva (2015), a construção de um gênero é interdependente da construção do outro, ou seja, para que um homem compreenda o que é ser homem, é necessário que ele tenha clareza do que significa ser mulher. Apenas assim, ele poderá manter-se afastado de qualquer prerrogativa social que o aproxime do universo feminino. A manutenção desse processo é permanentemente vigiada e, sobretudo, autovigiada. O homem é socialmente cobrado e deve evitar posturas não másculas, como forma de fornecer provas de sua masculinidade (Kimmel, 1998; Hardy & Jiménez, 2000). Desse modo, legitimando os preconceitos relacionados a sexo e gênero, que, por sua vez, estão ligados à prática da dominação, discriminação e a comportamentos violentos contra a mulher, caracterizando-se manifestações de sexismo (Oliveira & Souza, 2006).

O sexismo pode ser definido como atitudes, crenças e comportamentos das pessoas e práticas organizacionais, institucionais e culturais, que refletem avaliações negativas de indivíduos com base em seu gênero e/ou apoiam *status* desigual de mulheres e homens (Swin & Hyers, 2009). A relação da identidade masculina hegemônica e o sexismo se dá, principalmente, no compartilhamento de uma visão idealizada da mulher, endossando os papéis sociais tradicionais de gênero e sua dependência com relação aos homens (Connel, 2000; Glick & Fiske, 1996; Kimmel, 1998).

As afirmações das masculinidades se dão a partir da reputação do homem em seus relacionamentos com outras pessoas, e as posturas que esses indivíduos consideram importante de desempenhar no convívio social, assim, o modo que este homem é visto socialmente é fundamental para a afirmação de sua identidade masculina (Connel, 2000;

Guerra et al., 2015). A sustentação dessa reputação, por vezes, passa pela necessidade de manter uma imagem positiva no meio social, nem que para isso seja necessário o uso da violência (Rodriguez Mosquera, Fischer, Manstead, & Zaalber, 2008).

Com o intuito de compreendermos melhor como se dá a relação entre masculinidade, expressões de preconceito de gênero e defesa da honra, neste estudo, iremos utilizar, além do constructo de sexismo ambivalente (Glick e Fiske, 1996), a teoria da “Cultura da Honra”, que tem como premissa a afirmativa que, em certas sociedades, a reputação de um indivíduo ou sua honra representa um dos pontos centrais de sua vida, devendo ser ferrenhamente defendida contra até a menor das ameaças, especialmente os do sexo masculino (Cohen & Nisbett, 1996; Reed, 1982). Estudos anteriores já demonstraram a relação entre atitudes de defesa da honra e práticas de discriminação às mulheres (Saucier, Stanford, Miller, Martens, Miller, Jones, McManus & Burns, 2016; Brown, Baughman, & Carvallo, 2018).

Para Brown et al. (2018), dentro das crenças baseadas em honra, a imagem social da mulher é muito importante, como uma extensão do poder masculino, desse modo, há uma imposição de fidelidade às mulheres, e, em caso de infidelidade feminina, essas devem ser punidas para diminuir qualquer dano adicional à reputação e laços sociais da mulher, mais especialmente relacionados à reputação masculina. Assim, a cultura reforça o temor do homem em ser considerado menos homem, levando a ser uma das principais causas de comportamentos violentos masculinos (Brown et al., 2018).

Assim, dada a relevância das características relacionadas a poder, discriminação e violência para a constituição do caráter de identidade masculina (Bourdieu, 2012; Muszkat, 2006), e assumindo a importância da masculinidade para a constituição da identidade regional sertaneja (Albuquerque Junior, 2013), este estudo tem como objetivo analisar as identidades sertaneja e masculina dos homens do sertão de Sergipe e suas relações com sexismo e cultura da honra, em específico, analisar a relação entre essas identidades, identificando se as concepções de masculinidade reproduzidas estão associadas a uma representação estereotipada e compartilhada socialmente do homem sertanejo, e ainda perceber de que forma essas representações identitárias estão associados ao sexismo e a defesa da honra. Para tanto, no primeiro momento este trabalho está organizado em seis capítulos, que estão fundamentados em estudos empíricos e desenvolvimentos teóricos da área.

No primeiro capítulo, desenvolvemos uma concisa exposição sobre o quadro teórico da identidade, que servirá ao estudo em termos de suporte às análises apresentadas

a frente, expondo as premissas do conceito de identidade e as características inerentes à pesquisa com esta temática. A partir dos conceitos da teoria de Tajfel (1981), destacando ainda a importância dos grupos e das categorias sociais na formação do indivíduo, não apenas no nível pessoal, como também com relação à sua Identidade Social.

No segundo capítulo, será apresentada uma breve historiografia sobre características que contribuíram para a concepção do Nordeste e o sertão, enquanto espaços de representações, assim como serão descritos os discursos que constituíram a identidade regional. O capítulo apresenta ainda fatores constituintes da identidade sertaneja e uma revisão narrativa dos estudos sobre o tema realizados no Brasil na última década.

No terceiro capítulo, traçamos um breve panorama sobre a emergência do masculino como objeto de reflexão das ciências humanas, discutindo os conceitos de masculinidade hegemônica e outras masculinidades, assim como seus elementos constituintes, fazendo associações com expressões de poder, dominação e preconceito. Logo após, trataremos da teoria da Cultura da Honra, assim como promoveremos aproximações entre a construção e manutenção de uma identidade masculina e a honra. Por fim, abordaremos as expressões de sexismo e suas implicações nas relações de gênero, utilizando a teoria do sexismo ambivalente.

No quarto capítulo, descrevemos o método utilizado para atender aos objetivos do trabalho, os instrumentos utilizados, assim como os dados do perfil dos participantes. Já no quinto capítulo, apresentaremos as análises realizadas, os resultados e as discussões realizadas à luz da teoria. Por fim, no sexto capítulo, trataremos sobre as considerações finais desta pesquisa.

## CAPÍTULO 1

### IDENTIDADE E IDENTIDADE SOCIAL

---

#### 1.1 Noção de identidade

Neste capítulo, não temos interesse em nos aprofundarmos na temática da identidade ou entrar em discussões teóricas sobre o conceito, pois a identidade tem um caráter escorregadio, de difícil definição, pela vasta quantidade de significados e usos atribuídos ao termo, que resulta uma pluralidade de enfoques, de definições e de significações (Deschamps & Moliner, 2009; Ennes & Marcon, 2014). Mas, apesar da dificuldade de definir e utilizar as identidades ou processos identitários, enquanto objetos de estudo, é de suma importância compreender os processos de identificação como essenciais para a explicação dos fenômenos sociais, aumentando o poder de compressão sobre as ações dos indivíduos no contexto das interações sociais. Contudo, pesquisar sobre identidade no campo da ciência não é um processo simples, já a partir de seu conceito

O termo “identidade” deriva do latim *idem*, e tem o sentido de mesmo, enquanto o verbo identificar significa tornar-se igual, idêntico a algo ou alguém. Identificar significa, ainda, separar, distinguir de outros semelhantes a partir de características que tornam algo ou alguém diferente. Assim, o termo traz o sentido de unicidade e refere-se a aspectos individuais que fazem cada pessoa sentir-se única, singular (Galinkin & Zauli, 2011). Os elementos que compõem as identidades podem ser atributos tanto pessoais como coletivos, ou seja, podem ser advindos de características pessoais dos indivíduos ou originárias de grupos sociais aos quais esses indivíduos façam parte (Santos, 2012).

A identidade, portanto, refere-se ao que a pessoa é (e.g. homem, brasileiro, professor etc.), em oposição ao que ela não é. Constituinte um “ser único” mesmo pertencendo a determinados grupos e categorias sociais, de forma que cada indivíduo tem diversas fontes para compor sua identidade: religião, profissão, raça/etnia, gênero, orientação sexual, fenótipo/genética, nacionalidade, classe social, idade, dentre outras. Assim como tais fontes conferem, à pessoa, certa unicidade (Galinkin & Zauli, 2011).

Com isso, para compreendermos como se dá a organização e a síntese dos aspectos pessoais e sociais da identidade, deve-se partir da ideia que todo indivíduo seria caracterizado, de um lado, por traços de ordem social, que assinalam sua pertença a

grupos ou categorias, e, por outro lado, por traços de ordem pessoal, características mais específicas do indivíduo, mais idiossincráticas (Deschamps & Moliner, 2009). Assim, o autoidentificar-se se apresenta como reconhecer-se e diferenciar-se entre as várias possibilidades que o indivíduo tem na constituição de si mesmo, e, para isto, é necessário comparar-se. O significado de identidade, como exposto acima, remete aos termos da igualdade e da alteridade, das semelhanças e das diferenças, do reconhecer-se e ser reconhecido pelo outro (Galinkin & Zauli, 2011).

Um exemplo desta premissa pode ser percebido no sensível poema, *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo. Em sua clássica obra, o retirante nordestino de nome Severino se apresenta contando sua história:

O meu nome é Severino, não tenho outro de pia. Como há muitos Severinos, que é santo de romaria, deram então de me chamar Severino de Maria; como há muitos Severinos com mães chamadas Maria, fiquei sendo o da Maria do finado Zacarias. Mas isso ainda diz pouco: há muitos na freguesia, por causa de um coronel que se chamou Zacarias e que foi o mais antigo senhor desta sesmaria. Como então dizer quem fala ora a Vossas Senhorias? Vejamos: é o Severino da Maria do Zacarias, lá da serra da Costela, limites da Paraíba. Mas isso ainda diz pouco: se ao menos mais cinco havia com nome de Severino filhos de tantas Marias mulheres de outros tantos, já finados, Zacarias, vivendo na mesma serra magra e ossuda em que eu vivia [...]. (Melo Neto, 1955/2007 p. 75).

O protagonista do poema procura diferenciar-se das características que são comuns a outros do seu entorno, apesar de perceber que não há tantas distinções entre ele e outros. Em uma análise sobre o poema, Ciampa (2001) apresenta a ideia de que o protagonista é uma representação de seu momento histórico, é parte do tempo, do lugar, da família de origem e da vida que vive. A necessidade de buscar semelhanças e inclusão, através do sentimento de pertença, surge, em cada tentativa do personagem, em fazer reconhecer-se e perceber-se singular (Lara Junior & Lara, 2017). Portanto, podemos assumir que a identidade é caracterizada pela diferença, ou seja, a marcação da diferença é crucial no processo de construção das posições de identidade. (Woodward, 2000).

Apesar de compreendermos a identidade e a diferença em uma relação de estreita dependência, Silva (2000) esclarece que a forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação. “Quando digo “sou brasileiro” parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. “Sou brasileiro”.

[...] a afirmação “sou brasileiro”, na verdade, é parte de uma extensa cadeia de “negações”, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da

afirmação "sou brasileiro" deve-se ler: "não sou argentino", "não sou chinês", "não sou japonês" e assim por diante. (Silva, 2000 p. 1).

Desse modo, para se reconhecer uma identidade, deve haver a existência de outra, em contraste ou oposição. A constituição da identidade é necessariamente relacional e se constitui nas interações entre indivíduos ou grupos em diversos contextos sociais. As relações sociais operam como um código de categorias que comunicam as formas possíveis de interação, os lugares sociais dos sujeitos nessas relações, os valores atribuídos às pessoas e aos grupos em contato (Galinkin & Zauli, 2011). Seguindo essa perspectiva, Deschamps e Moliner (2009) explicam que a identidade não é algo fixo e acabado, mas algo que está em constante processo de transformação, pois trata-se de um fenômeno subjetivo e processual, resultante das constatações de semelhanças e diferenças entre os indivíduos e grupos. Esse processo se estrutura a partir da articulação entre as duas dimensões das identidades, sendo, ao mesmo tempo, individual, por dizer respeito às impressões pessoais que os indivíduos têm de si mesmos; como também coletiva, pois se constrói a partir das considerações advindas do meio social onde esses indivíduos interagem e dos grupos que participam. Assim, o conceito de identidade não deve sugerir a objetivação de um ente imutável e naturalizado em relação ao tempo e ao espaço (Woodward, 2008).

A partir da relevância das relações e contextos sociais para a construção da identidade, compreendemos que possíveis mudanças que ocorrem nesses contextos são determinantes na maneira como as pessoas percebem a si mesmas, percebem os outros e são percebidas por esses outros. Para Hall (2011), há três concepções de identidades relacionadas a diferentes períodos históricos: identidade do sujeito iluminista, em que se entendia identidade como um núcleo no interior do homem que nasceu com ele e permaneceria idêntico até sua morte; identidade do sujeito sociológico da idade moderna, em que ainda se considerava o núcleo ou essência interior chamado de identidade, mas também que ela é formada e modificada na interação entre o eu e a sociedade; e, por último, identidade do sujeito pós-moderno da atualidade, na qual essa identidade passa a ser fragmentada, em que um indivíduo pode conter várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas.

Contemporaneamente, a concepção de identidade pós-moderna é abordada por diferentes autores ao analisarem o momento histórico que tem sido denominado pós-modernidade ou modernidade tardia (Bauman, 2001; Hall, 2008; Woodward, 2000; 2008).

Nesse cenário, os processos identitários na pós-modernidade são vistos enquanto transitórios e dinamizados contextualmente. Esses processos geram, muitas vezes, identidades contraditórias e emocionalmente ambivalentes, identidades subjetivamente vivenciadas e negociadas (Woodward, 2008).

O sociólogo Zygmunt Bauman (2001) utiliza o termo “modernidade líquida” para se referir ao contexto histórico-social contemporâneo. O termo é utilizado no sentido de líquido/fluido, dando a ideia que nada se mantém da mesma forma por muito tempo, não dando possibilidade à solidez do estado do bem-estar social, da família, das relações de trabalho, dos hábitos e rotinas, entre outras; que havia na sociedade até o século XVIII (Bauman, 2001). Já para o sociólogo Anthony Giddens (2002), entre os fatores mais influentes dessa pós-modernidade, podemos apontar a *separação do tempo e espaço*, que permite a articulação de relações sociais em amplos intervalos de tempo e espaço, do local para ao global; os *mecanismos de desencaixe*, que é a utilização de fichas simbólicas e sistemas de peritos, que, em conjunto, separam as relações das particularidades de uma relação local; e a *reflexividade*, que é o uso de conhecimento que é constantemente reformulado sobre a vida social. A exposição a essas novas informações pode levar à reformulação de nós mesmos e de nossas práticas sociais.

Para ambos os autores, a identidade é um processo de construção constante, porém, a partir da globalização, há uma ruptura, e as identidades passam a estar em diálogo constante, deslocadas de um contexto único. As categorias de *reflexividade* e *liquidez*, utilizadas pelos autores, no contexto identitário, referem-se a essa ruptura. Dessa forma, os processos e globalização, ao acelerarem a mudança num contexto ampliado, também favorecem a mudança num contexto individual e cotidiano (Mocellim, 2008).

Nesse contexto, os projetos identitários não se efetuam facilmente, embora sejam imprescindíveis aos sujeitos nessas condições. Os indivíduos passam a empreender um esforço para produzir estratégias, com o intuito de comportar todos os elementos que favoreçam a atualização de uma identidade, que o situe enquanto sujeito de direitos e deveres, onde a relação entre direitos e deveres lhe traga algum tipo de vantagem material ou simbólica (Dumont, 1993).

Seguindo essa linha de pensamento, o desenvolvimento incessante das tecnologias de transporte e comunicação, cada vez mais, liga o local ao global. Para Hall (2008), esta maior interdependência global leva a um colapso das identidades tradicionais ligadas ao local, e produz uma diversidade cada vez maior de estilos e identidades. Para o autor, a globalização inclui processos que hibridizam, colocando culturas, formas de ser e estilos

de vida; frente a frente, e processos que homogeneízam, negando o contexto local em favor de global, em um processo de padronização radical (Mocellin, 2008).

Bauman (2001) ressalta que durante a modernidade, em oposição ao período pré-moderno, as identidades se tornaram uma questão de construção, de esforço individual, onde antes elas eram uma atribuição, e o indivíduo era algo e ponto final, ou seja, a identidade que não fosse clara ou que não pudesse situar-se claramente de alguma forma, era tida como problema. Porém, com as mudanças da pós-modernidade, o receio de uma identidade ambivalente não existe mais, pelo contrário, a própria ambivalência se tornou um valor, uma identidade fixa e bem definida; não é mais atraente em uma organização social que está em constante mudança.

Diante dessa perspectiva da Sociologia Pós-Moderna, é importante sinalizar que os espaços de socialização na construção das dimensões identitárias vão além de situações concretas e das relações presenciais marcadas pelos encontros temporalizados no agora, as identidades são construídas a partir de interações de indivíduos que podem estar a quilômetros de distância espacial, inclusive com uma distância considerável em termos de temporalidade. Este fato se torna possível através dos mecanismos de comunicação globalizados, que permitem que os indivíduos que têm acesso a essa tecnologia consigam ter contato e interagir instantaneamente com pessoa que está, em uma métrica de tempo, vivendo o dia anterior. Nesse sentido, não há espaços concretos (lugar) e tempos (aqui e agora) privilegiados para o estabelecimento das dinâmicas identitárias (Woodward, 2000).

A partir das concepções discutidas, podemos compreender que a identidade é considerada como um fenômeno subjetivo e processual, resultante das constatações de semelhanças e diferenças entre os indivíduos e grupos, e tem se colocado no foco de discussões teóricas da pós-modernidade. Esse processo se estrutura a partir da articulação entre as duas dimensões das identidades, a saber, seu duplo caráter, ser ao mesmo tempo individual, por dizer respeito às impressões pessoais que os indivíduos têm de si mesmos; e também ser coletiva, pois se constrói a partir das considerações advindas do meio social onde esses indivíduos atuam. A princípio, as duas dimensões das identidades parecem atuar nas composições identitárias tendo como princípio um processo de dicotomia, onde a dimensão pessoal atua produzindo identidades diferenciadoras, singularistas, idiossincráticas, ao passo que a dimensão coletiva atua sendo constituída e constituindo identidades indiferenciadoras, comuns, grupais. Porém, não se pode perder de vista que ambas as dimensões das identidades não atuam numa lógica dicotômica, mas num

processo de complementaridade, dando suporte mútuo na dinâmica das produções identitárias (Deschamps & Moliner, 2009).

Tendo em vista os objetivos e o percurso metodológico desta pesquisa, adotaremos os referenciais da Teoria da Identidade Social (TIS), de Henri Tajfel (1982), que será apresentada a seguir. De acordo com a TIS, a identidade se refere tanto à consciência que o indivíduo possui de pertencer a determinado grupo social, como à carga afetiva e emocional que esta pertença traz para o sujeito, assumindo que a identidade é, portanto, uma construção processual, subjetiva e balizada historicamente. Optamos por, ao longo do estudo, por vezes, fazer uso do termo “Processos Identitários”, como referência à categoria de análise identidade, como forma de ressaltar seu caráter dinâmico e mutável.

## **1.2 Identidade social e processos grupais**

Os estudos sobre identidade social, no âmbito da Psicologia Social, têm em Henri Tajfel um de seus principais teóricos. Tajfel (1978) desenvolve a teoria da identidade social, que se baseia na identificação, na comparação social e na distinção ou na categorização social. Todavia, apesar de hoje existir uma clara compreensão que os grupos constituem um fenômeno fundamental na vida social dos indivíduos, os primeiros estudos da vida social realizados na perspectiva da psicologia, e publicados no final do século XIX e início do século XX, transmitiam uma visão bastante negativa, não só dos fenômenos sociais do período, mas principalmente dos fundamentos da vida grupal (Torres & Camino, 2013).

De acordo com Torres e Camino (2011), os primeiros estudos a considerar a centralidade do papel ou influência dos grupos sociais na estruturação dos fenômenos sociais foram Gabriel Tarde (1890), Gustave Le Bon (1896) e Scipio Sighele (1901).

Nesses estudos, os grupos estariam no cerne dos problemas sociais relacionados à violência e distúrbios sociais. Dentre os estudos da época que abordavam o assunto, a obra de maior reverberação é “A Psicologia das Massas”, de Gustave Le Bon, onde o autor considerava que os indivíduos, independentemente de sua escolaridade, só pelo fato de se integrarem em uma massa ativa, perdiam sua individualidade, passando a portarem-se de forma não civilizada. Assim, para Le Bon (1896), a racionalidade individual e civilizada seria substituída pela mente grupal, selvagem e incontrolável.

O enfoque dado aos grupos nas explicações desses fenômenos sociais passará a ser feito a partir de elementos positivos atribuídos aos grupos, apenas a partir da década de 1950, com a solidariedade propulsora da ação social, característica presente no funcionamento dos grupos minoritários. Inicia-se a percepção dos grupos sociais, como o fator principal na estruturação dos fenômenos identitários da sociedade, na medida em que desempenham o papel de demarcadores de atitudes. Essas atitudes são derivadas de um processo sociopsicológico primário que é o processo de diferenciação grupal, sendo este conceito compreendido como a capacidade que os grupos têm de reconhecerem seus membros a nível interindividual e se reconhecerem no campo social em nível intergrupar (Torres & Camino, 2011).

Com a compreensão dos grupos, como uma categoria de análise fundamental, para explicar fenômenos sociais diversos, e sob o viés da diferenciação grupal, desenvolveram-se os primeiros estudos dentro da Psicologia Social sobre a noção de identidade, estudos realizados por: George H. Mead (1934), que afirmava que identidade era produto de uma relação dialética entre indivíduo e sociedade, assim, o si mesmo, que podemos compreender como um processo identitário, é composto, ao mesmo tempo, de um componente sociológico (o mim, me) que seria uma interiorização dos papéis sociais e de um componente mais pessoal (o eu), ou seja, o si mesmo de alguém se desenvolve a partir dos julgamentos que os outros fazem dele, no interior de um contexto social em que ele e os outros interagem; e estudos de Muzafer Sherif (1966), que apontava para o surgimento de uma identidade nos grupos, sempre em situações de conflito (Deschamps & Moliner, 2009).

De acordo com Amâncio (2004), a partir da clássica pesquisa de Sherif et al. (1961; 1969), surge um modelo que trata do conflito intergrupos, visando justamente uma interação entre o psicológico e o sociológico, a fim de ultrapassar a tendência para extrapolar do nível de análise individual ou interindividual, para o nível de análise intergrupar. Este modelo é construído a partir da criação experimental de situações de competição e cooperação entre dois grupos, e permite evidenciar que os comportamentos hostis entre os grupos, assim como os juízos e avaliações que favorecem o grupo de pertença, em detrimento do outro grupo, resultam da situação de conflito, e não das características dos membros do grupo ou da estrutura interna deste (Amâncio, 2004).

A partir dos estudos de Tajfel, Billig, Bundy e Flament (1971), tornou-se possível estabelecer os critérios de significação para os indivíduos se reconhecerem enquanto membros de categorias sociais. Para Tajfel (1983), “categorização social é o processo

através do qual se reúnem os objetos ou acontecimentos sociais em grupos, que são equivalentes no que diz respeito às ações, intenções e sistemas de crenças do indivíduo” (p. 289-290). Estudos com o intuito de analisar os efeitos do processo de categorização na percepção de estímulos físicos, e a experiência que procurou generalizar o processo de categorização e os efeitos da sobrestimativa perceptiva, permitiram que Tajfel propusesse uma nova abordagem da diferenciação perceptiva e avaliativa entre grupos sociais, segundo a qual a categorização constituía um poderoso processo organizador e simplificador da realidade social. (Amâncio, 2004).

Tajfel et al. (1971) desenvolveram um paradigma experimental que permitia estudar as condições mínimas do efeito de categorização na discriminação intergrupos. No conhecido experimento do “Grupo Mínimo”, os indivíduos eram separados em dois grupos, com base em um critério arbitrário, em uma condição sem sentido social, a tarefa fundamental consistia em distribuir recompensas para um membro de seu grupo (endogrupo) e para um membro do outro grupo (exogrupo). Para isso, os participantes seguiam algumas matrizes de recompensa, que afetava tanto seu grupo quanto o outro.

Com os resultados, chegaram à conclusão que em uma situação de grupo mínimo, as pessoas procuram maximizar os ganhos do grupo a qual faz parte, tentando superar ao máximo o outro grupo, mesmo em detrimento ao ganho obtido para o seu próprio. Assim, confirmou-se a existência da diferenciação grupal, mesmo em situações que só existe a categorização social, sem nenhuma interação, nem real, nem antecipada, entre os dois grupos. (Torres & Camino, 2011).

Desse modo, Tajfel (1982) afirma que a aquisição das diferenças de valor entre o seu próprio grupo (ou grupos) e outros grupos faz parte integrante dos processos gerais da socialização. Na verdade, trata-se de certas consequências da pertença ao grupo que o autor chamou de identidade social. Assim, o autor adota a perspectiva intergrupala da identidade social, e considera a categorização como um sistema de orientação que vai ajudar cada sujeito a criar e definir seu lugar na sociedade. Assim, Tajfel (1983) compreende a identidade social como “parte do autoconhecimento que deriva de sua pertença de um ou mais grupos, assim como do valor e do significado emocional que esta afiliação tem para o indivíduo” (p. 290).

Nessa perspectiva, Torres e Camino (2011) destacam que a identidade social corresponde a processo social, que toma lugar não só no interior do indivíduo (fatores intrapsíquicos) ou no espaço das relações individuais (fatores interindividuais), mas se desenvolve no nível social e institucional (fatores intergrupais). Desse modo, o processo

da identidade social é dialético na medida em que, de um lado, a identidade muda o sujeito, facilitando a incorporação de valores e normas do grupo social, mas, por outro, este processo implica em uma participação ativa dos sujeitos na construção da identidade do grupo.

Para Giménez (1997), pertencer a um grupo ou comunidade implica compartilhar um complexo conteúdo simbólico-cultural, que funciona como mecanismo que nos permite reconceitualizar esse complexo em termos de “representações sociais”. Essas representações seriam uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que têm um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (Jodelet, 2001). Podemos, então, afirmar que pertencer a um grupo social implica compartilhar, pelo menos parcialmente, o núcleo das representações sociais que os caracteriza e os define.

Portanto, a identidade social não é o resultado apenas da pertença a determinados grupos, mas, principalmente, da comparação entre os grupos internos e os externos, determinando, assim, as relações entre os grupos. Levando em consideração que a categorização entre eles e nós é suficiente para criar um grupo, tendo esse processo a função de organizar as informações recebidas, poupando esforços do sistema cognitivo no processamento de tais informações e facilitando a orientação da pessoa em sua realidade social (Tajfel, 1983).

Portanto, é também através da categorização que se forma os estereótipos, cujas funções são cognitivas (de preservação do sistema de valores) e ideológicas (de diferenciação em relação a outros grupos). A distinção de grupos diferentes vem geralmente acompanhada de uma valorização do endogrupo e de uma desvalorização do exogrupo, pois os indivíduos procuram uma identidade social positiva no processo de comparação social. (Deschamps & Moliner, 2009).

Neste marco teórico, os estereótipos são concebidos como um produto normal dos processos cognitivos de categorização entre dois ou mais grupos, levando as pessoas a diferenciarem indivíduos pertencentes a diferentes grupos, simplificando ou exagerando as características de um grupo, bem como servindo para justificar e racionalizar as condutas intergrupais. Neste cenário, os estereótipos assumem uma função justificadora. (Techio, 2011).

No sentido de compreender a funcionalidade do estereótipo, Tajfel (1983) faz uma distinção entre as funções individuais, cognitivas e motivacionais presentes em sua teoria. No primeiro campo, os estereótipos, além de desempenhar o papel de categorização,

apresentam a função de defender os valores individuais. A maioria dos estereótipos apresenta um conteúdo valorativo, principalmente os relacionados à autoimagem, e estes são utilizados para manter e acentuar uma autoimagem positiva, ou seja, os estereótipos são úteis para a pessoa se sentir melhor acerca de si mesma e menos ameaçada. Como o exemplo dado por Techio (2011), onde a autora explica que, ao contrário do contexto nacional, no qual a categoria dos ciganos não tem uma carga valorativa forte; na cultura espanhola, a categoria cigano apresenta certa importância, já que é uma categoria carregada de valores e ajuda na diferenciação entre espanhóis e ciganos.

Com relação à função social e cultural dos estereótipos, Tajfel (1983) destaca três funções que desempenham os estereótipos: Explicação e busca de causalidade dos eventos, justificação social e diferenciação social. Com relação à explicação e à busca de causalidade social, trata-se do uso dos estereótipos para explicar os acontecimentos ou eventos sociais, que se caracterizam pela complexidade e caráter negativo. Por exemplo, em situações de crise econômica, tende-se a explicar sua existência atribuindo a responsabilidade a alguma categoria social minoritária, e aos estereótipos associados, ou seja, os estereótipos servem para explicar a ordem social. (Techio, 2011).

Já a característica de diferenciação social do estereótipo ajuda as pessoas a identificarem seu próprio grupo sociocultural, desse modo, sua função seria manter uma identidade positiva endogrupal e minimizar os negativos, quando comparados com os traços atribuídos ao exogrupo (Tajfel, 1981). Um bom exemplo são os estereótipos sociais relacionados aos homens e mulheres. Traços individualistas ou instrumentais (por exemplo: independente, agressivo, racional) são mais associados à masculinidade e traços coletivistas ou expressivos (por exemplo: amorosa, sensível, delicada) como pertinentes à feminilidade (Blaine, 2007). Sobre a justificação social, Tajfel (1981) destaca que o sistema de valores apoia a divisão social, que explica e justifica as ações dirigidas aos grupos estereotipados, e é reforçado pelo processo de categorização. Ainda relacionado ao exemplo anterior, determinados tipos de trabalho são mais relacionados a homens, que a mulheres, baseado nas características estereotipadas que temos dos dois grupos (Blaine, 2007).

Para Techio (2011), na medida em que os estereótipos envolvem processos de simplificação e supergeneralização, eles são responsáveis por conceituações equivocadas a respeito das pessoas e dos grupos sociais, contudo, é importante ter em mente que essas construções têm, entre suas funções, a de definir, estruturar e legitimar o *Status Quo* das relações sociais verticalizadas da sociedade. Essa é a ideia sobre os estereótipos que

baseia a teoria da justificação do sistema social, quando os define como processo ideológico que serve para justificar e manter o contexto social marcado por diferenças que, sem a ação ideológica dos mesmos, não se sustentariam.

Como consequência, os membros de grupos minoritários são duplamente desfavorecidos nas questões relacionadas às produções identitárias em contextos sociais de desigualdade, e, então, legitimados ao passo que são estigmatizados por estereótipos (elementos identitários negativos), pelos membros dos grupos dominantes, são também socializados a adotarem ideologias “mantenedoras do sistema”, e passam, eles próprios, a internalizar crenças estereotípicas a respeito de seus próprios grupos ou pares (Tehio, 2011). O que potencialmente pode convergir no que Steele e Aronson (1995) definiram como “a ameaça do estereótipo”, que se trata de um efeito que se traduz no medo de confirmar um estereótipo ou uma característica negativa sobre o grupo a que pertencemos. E quando pertencemos a um grupo negativamente estereotipado, em situações de avaliação, o nosso desempenho é negativamente afetado. O simples fato de pertencer a um grupo estereotipado pode afetar o desempenho em tarefas relevantes para esse estereótipo, especialmente quando a identidade grupal e a associação ao grupo estereotipado são realçados, nessas situações o desempenho se desloca na direção desse estereótipo (Armenta, 2010).

Ainda segundo a teoria da identidade social, quando não é possível para uma pessoa deixar o grupo menos valorizado, ou quando não deseja abandoná-lo, essa pode desenvolver estratégias cognitivas que auxiliam na manutenção de sua identidade positiva (Tajfel, 1983). Como exemplificam Galinkin e Zauli (2011):

Se pertencer à categoria mulher implica discriminações, menos chances de alcançar postos de trabalho reconhecidos ou bem-remunerados e abandonar essa categoria não é viável, uma solução é valorizar aspectos tidos, nas sociedades ocidentais, como femininos e positivos, como maternidade, a sensibilidade, a intuição, a capacidade de negociação e de mediação de conflitos, conferindo centro prestígio a essa categoria social. . . . Os negros ativistas americanos utilizaram o lema *Black is Beautiful*, uma forma de valorização étnica no enfrentamento da discriminação racial nos Estados Unidos na década de 1970. Os movimentos sociais e as lutas políticas das minorias sociais são meios de buscar reconhecimento, conquistar direitos iguais, afirmar e valorizar identidades discriminadas. (p. 259).

Dentro da teoria, é de fácil associação que os indivíduos pertencem a vários grupos sociais e a grupos de diferentes tipos. Alguns grupos podem ser completamente incorporados a outros (por exemplo, todos os católicos são cristãos), outros podem ser

completamente ortogonais (por exemplo, muçulmanos e mulheres), e alguns podem sobrepor-se apenas levemente (por exemplo, executivos de empresas e mulheres).

Para Roccas e Brewer (2002), quando há uma grande sobreposição entre endogrupos definidos por diferentes dimensões da categorização, a identificação é relativamente simples, os indivíduos que constituem o grupo interno *versus* grupos externos são os mesmos para qualquer categorização, pois têm fácil associação. Porém, quando os endogrupos definidos por diferentes dimensões de categorização se sobrepõem apenas parcialmente as implicações para a identificação social se tornam mais complexas. De modo geral, quando a combinação de identidades sociais envolve constituintes diferentes e características definidoras diferentes, tal identidade “mesclada” é necessariamente inclusiva e diversificada. Nesse modo, a identidade social transcende divisões categóricas únicas entre as pessoas (Roccas & Brewer, 2012).

Entretanto, quando as identidades de grupo não convergem, existem diferentes maneiras pelas quais o indivíduo pode estruturar sua percepção dos grupos para reconciliar as implicações potencialmente concorrentes para definir o seu “eu social”. Roccas e Brewer (2012), em seu conceito de complexidade da identidade social, apresentam quatro formas alternativas de estrutura de identidade que refletem diferentes maneiras pelas quais os relacionamentos entre múltiplos grupos podem ser representados subjetivamente: interseção, domínio, compartimentalização e fusão.

A *Interseção* trata da maneira pela qual um indivíduo pode obter reconhecimento simultâneo de mais de uma identidade social e ainda manter uma única representação de grupo, definindo o grupo como a interseção de várias associações de grupos. Por exemplo, uma advogada pode definir sua identidade social primária em termos da combinação composta de sexo e profissão, forma uma identidade compartilhada apenas com outras advogadas. Nesse modo, várias bases de identificação de grupo convergem em uma única identidade social, com um único grupo consolidado. Aqueles que não compartilham as identidades conjuntas (por exemplo, advogados homens ou mulheres que não são advogados) são membros de grupos externos (Roccas & Brewer, 2012).

O *Domínio* é uma estratégia na qual os indivíduos lidam com identidades sociais concorrentes, adotando uma identificação primária de grupo à qual todas as outras identidades potenciais de grupo estão subordinadas. Por exemplo, uma advogada que atribui primazia à sua identidade profissional, considera todos os advogados como iguais no endogrupo, e ser mulher é uma característica que descreve que tipo de advogada ela é (Roccas & Brewer, 2012). Se mais de uma identidade de grupo é importante para um

indivíduo como fonte de identidade social, múltiplas identidades podem ser ativadas e expressas através de um processo de diferenciação e isolamento.

Com a *Compartimentalização*, as identidades sociais são específicas ao contexto ou à situação. Em certos contextos, a participação em um grupo se torna a base principal da identidade social, enquanto em outros secundário. No escritório, por exemplo, a identidade profissional de uma pessoa pode ser a única base relevante para distinções entre grupos e grupos; identidades compartilhadas com base em sexo, etnia, religião ou participação em grupos recreativos são irrelevantes e não são ativadas nesse cenário (Roccas & Brewer, 2012).

A *Fusão* faz referência ao "padrão de equivalência" de Urban e Miller (1998), coloca o modelo de fusão transcende divisões categóricas únicas entre as pessoas, pois, das representações de múltiplas identidades de grupos sociais, é aquele em que associações não convergentes de grupos são reconhecidas e adotadas simultaneamente em sua forma mais abrangente (Roccas & Brewer, 2012). Desse modo, por exemplo, para a advogada, sua identificação com as mulheres, como um grupo social, atravessa a fronteira entre advogada e não advogada, e sua identificação com advogados atravessa a divisão de sexo; portanto, ambos os grupos de identidade são importantes e salientes entre as situações. Quanto mais identidades sociais o indivíduo tiver, mais inclusiva se torna a definição de grupo interno, a ponto de não fazer distinções relevantes entre grupos externos em qualquer dimensão e todas as outras serem avaliadas de forma equivalente.

Portanto, a complexidade da identidade social reflete o grau de sobreposição percebida para existir entre os grupos dos quais uma pessoa é simultaneamente membro. Quando a sobreposição de múltiplos grupos é percebida como alta, o indivíduo mantém uma estrutura de identidade relativamente simplificada, na qual as associações em grupos diferentes convergem para formar uma identidade única. Quando uma pessoa reconhece e aceita que associações em vários grupos não são totalmente convergentes ou sobrepostas, a estrutura de identidade associada é mais abrangente e mais complexa (Roccas & Brewer, 2012).

Após essa breve exposição teórica, é importante ter em mente que, ao se abordar o tema das identidades, é relevante levar em consideração esse fenômeno a partir das relações simbólicas que os indivíduos estabelecem com seus grupos de inserção (grupos sociais) e com o território que a interação se dá. É neste sentido que a identidade é sempre relacional e que ela impacta as ligações com o lugar, este sendo o ponto de práticas sócio-

históricas específicas que nos moldaram e nos formaram, e com as quais nossas identidades estão estreitamente relacionadas (Techio, Lima, & Azevedo, 2012).

Por se tratar de um fenômeno em constante transformação, há alguns anos, com o processo de globalização, os debates em torno da pós-modernidade e as identidades nacionais, regionais e locais vieram à tona. Percebeu-se, então, um movimento de valorização destas identidades coletivas e as suas consequências a partir de novas sociabilidades, manifestações culturais, movimentos sociais, conflitos armados, disputas religiosas e étnicas, dentre outros (Techio, et al., 2012).

### **Sumário e conclusões.**

Este capítulo proporcionou uma breve exposição sobre o quadro teórico que servirá ao estudo, em termos de suporte às análises, expondo as premissas do conceito de identidade e as dificuldades inerentes à pesquisa com esta temática. Destacamos ainda a importância dos grupos na formação do indivíduo, não apenas no nível pessoal, como também com relação à sua Identidade Social. A partir de conceitos da teoria de Tajfel (1981), como a categorização social, compreendemos quais os mecanismos envolvidos na construção e manutenção dos estereótipos, e na discriminação de determinados grupos minoritários por conta desse fenômeno.

Para melhor compreensão deste estudo e as discussões posteriores, é importante ressaltar que, por vezes, utilizaremos o conceito de “representações identitárias”, defendido por Deschamps e Moliner (2009), como equivalente à noção de identidade social, por compreendermos que os processos de constituição de identidade permitem ao indivíduo elaborar e manter conhecimentos sobre eles mesmos, e sobre os outros grupos, os quais eles estão em interação dentro de estrutura social, compartilhando conhecimentos que são considerados representações sociais (Giménez, 1997; Jodelet; 2001).

Desse modo, o conceito de representações identitárias se relaciona a esses conjuntos de conhecimentos, abarcando as cristalizações, as comparações, as semelhanças e as diferenciações que ocorrem nas relações intergrupais. É nesse sentido que as representações identitárias constituem o fundamento do sentimento de identidade e as representações que esse constructo está imerso (Deschamps & Moliner, 2009).

O trabalho do próximo capítulo será uma breve historiografia do Nordeste, trazendo os fatores que influenciam sua representação no imaginário popular, assim como os estereótipos relacionados aos seus habitantes, tendo, como foco, a figura do sertanejo,

com o intuito de compreender essa identidade regional e quais os elementos mais salientes para sua expressão.

## CAPÍTULO 2

### TERRITÓRIO DE IDENTIDADES: A INVENÇÃO DO NORDESTE E A IDENTIDADE SERTANEJA

---

O presente capítulo tem como objetivo discorrer, a partir de uma breve historiografia, sobre características que contribuíram para a concepção do Nordeste enquanto espaço de representações, assim como descrever os discursos que constituíram a identidade nordestina e a sertaneja, e buscando quais os fatores que influenciaram a percepção sobre os indivíduos de sexo masculino desta região e sua forte ligação identitária de gênero.

Embora o sertão seja uma área territorial mais ampla e que transcende o Nordeste, nosso foco, neste estudo, é a identidade sertaneja nordestina e a masculina. O capítulo apresenta ainda fatores constituintes da identidade sertaneja e uma revisão narrativa dos estudos sobre a identidade sertaneja realizados no Brasil na última década.

#### **2.1 A invenção do Nordeste: Uma breve historiografia**

Uma região territorial pode ser percebida de diversas formas, em variados momentos históricos, a partir de teorias diversas e de olhares múltiplos, suscitando a possibilidade de inventariar imagens, narrativas e memórias que surgem desse espaço. Considerando os processos identitários, o Nordeste e o sertão, em específico, podem ser vistos como uma produção geográfica, histórica, social, psicológica, econômica, política e, como tal, indissociáveis da constituição de identidade de seus atores.

Podemos assumir que identidade regional é uma construção que se baseia nas representações sociais do lugar, da sua história e do seu povo; sendo, por conseguinte, derivada da memória coletiva (Techio et al., 2012). Isto significa dizer que a identidade sertaneja, ao mostrar-se como construção cognitiva e emocional sobre uma região, consolida-se, tanto o sertão quanto o sertanejo, como uma identidade intrínseca, edificada através do tempo, e, embora o sertão seja constantemente representado, sobretudo a zona rural, como sinônimo de lugar ermo e atrasado, não fica restrito a essa imagem histórica e midiática, tendo atualmente suas identidades afetadas por fenômenos nacionais e globais. (Albuquerque Junior, 2011).

Contudo, antes de discutirmos a construção da identidade sertaneja e seus significados e representações, faz-se necessário apreender o que se entende por região, e como a região Nordeste foi criada recentemente na história brasileira, não podendo ter sua população como objeto de estudo fora dessa historicidade, pois os fatores determinantes de seu surgimento e as práticas e discursos, sejam políticos ou culturais, estão diretamente vinculados a processos identitários de seus componentes.

Neste trabalho, assumiremos que o conceito de região se refere a uma extensão de território demarcada por características geográficas, por um período histórico, social, cultural e econômico, que diferencia e agrupa os territórios próximos. Portanto, uma região é mais do que sua delimitação geográfica ou humana, é uma construção resultante de interesses divergentes e convergentes, e de agentes (sociólogos, historiadores, economistas, políticos, artistas, escritores etc.), que disputam espaços atribuídos às identidades (Barbalho, 2004).

Como toda identidade, a identidade nordestina/sertaneja é marcada pela temporalidade; é uma entidade que surgiu em um momento específico da história. De fato, essa categoria de pessoas que conhecemos como nordestinos nem sempre existiu (Oliveira Filho, 2016). O nordestino é uma figura que vem sendo desenhada e redesenhada por uma vasta produção cultural desde o começo do século XX, quando a identidade nacional ainda era representada de forma polarizada, a partir das regiões Norte e Sul. Assim, a priori, devemos compreender que o Nordeste não é construído com uma narrativa apenas sobre si, mas em comparação com o Sudeste (França, 2016).

Em seu livro “A invenção do nordeste e outras artes”, Albuquerque Junior (2011) explica que o recorte espacial Nordeste surgiu no final do século XIX e início do século XX. Na verdade, o termo Nordeste é usado para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919. Ainda segundo esse autor, o nordestino, assim como recorte regional Nordeste, nasceu a partir de uma série de práticas e discursos das elites do Norte do País (produtores, comerciantes e intelectuais), como uma reação à perda de espaços políticos e econômicos no cenário nacional e de sua provável subordinação ao Sul do País.

Com o processo de declínio e decadência da produção açucareira nordestina no final do século XIX e começo do século XX, com substituição progressiva dos engenhos pelas usinas e as conseqüentes mudanças nas relações sociais e de poder, que teriam levado ao declínio de um patriarcado rural e de uma forma de vida rural que progressivamente ia sendo substituída por padrões urbanos de sociabilidade e

sensibilidade; atrelado ao crescimento da migração para o Sul do país, há mudanças nos lugares ocupados pelas mulheres, pelos filhos e pela própria família no espaço social (Albuquerque Junior, 2011; 2013).

Neste contexto, vários discursos, tanto no Norte quanto no Sul, tentam compreender a Nação em toda sua complexidade, assim, a busca pela identidade nacional leva à descoberta da região com um novo perfil. Neste sentido, diferentes saberes, seja no campo da arte ou da ciência, são mobilizados no sentido de compreender a nação (Albuquerque Junior, 2011). As grandes distâncias e a deficiência nos meios de transporte e comunicação tornavam os espaços completamente desconhecidos entre si. Tanto o Nordeste quanto o Sul vão sendo imaginados a partir do lugar/referência em que se encontra o interlocutor. Isso, somado à veiculação na mídia das “referências” do que seria esse “outro”, remetem-nos, por vezes, ao que enxergo como verdades regionais, onde estas tomam a parte pelo todo e criam estereótipos regionais (Grangeiro, 2015).

O regionalismo paulista se configurou-se como um movimento de superioridade, que se sustenta no desprezo pelos outros e no orgulho de sua ascendência europeia e branca, autointitulando São Paulo como berço da cultura “civilizada, progressista e desenvolvimentista”. Seus discursos regionalistas foram acompanhados pela ideia de hierarquia entre as regiões, apoiados no processo de mudanças sociais na década de 1920, como ilustra o texto que Albuquerque Junior (2011) extrai de um artigo do jornal *O Estado de São Paulo* da época:

[...] incontestavelmente o Sul do Brasil, isto é a região que vai da Bahia até o Rio Grande do Sul, apresenta tal aspecto de progresso em sua vida material que forma um contraste doloroso com o abandono em que se encontra o Norte, com seus desertos, sua ignorância, sua falta de higiene, sua pobreza, se servilismo” *O Estado de São Paulo*, n/a, (03/09/1920)

De fato, o jornal *O Estado de São Paulo* se empenhou, nestes anos, em apresentar uma nova configuração regional brasileira que pudesse legitimar uma suposta superioridade paulista baseada nas ideias de “progresso”, “abundância” e “higiene”, especialmente as crônicas escritas por Paulo Barros, em 1923, intituladas “Impressões do Nordeste” (Neves, 2012).

Ao Norte, o Centro Regionalista do Nordeste é criado em 1924, sendo encabeçado pelo sociólogo Gilberto Freyre. Em conjunto com outros intelectuais da época, o grupo produzia eventos, literatura e artigos sobre a expressão tradicionalista e cultural da região,

discursos que tentavam conservar os hábitos e práticas que são ameaçadas pela nova república que surge (Albuquerque Junior, 2011).

De fato, a obra sociológica de Gilberto Freyre foi imprescindível para a construção da ideia de Nordeste. Sua sociologia seria um esforço de pensar nossa diferença em relação ao processo civilizatório no Ocidente, buscando as características autenticamente regionais, tradicionais e tropicais nos processos singularizadores. E é com base nessa busca que a ideia de região Nordeste será tomada como base para a formulação de sua sociologia (Neves, 2012).

Dos Estados Unidos, entre 1923 e 1924, Freyre enviava regularmente artigos para o jornal *Diário de Pernambuco*, nos quais procurava definir os contornos regionais de uma cultura do Nordeste. Procurava, enfim, delimitar a região, unificando fenômenos díspares e, muitas vezes, desconectados, “nordestinizando”, assim, uma série de manifestações culturais, atitudes políticas, modos de vida, estruturas econômicas, processos e eventos originalmente demarcados pelo que se convencionou chamar de “civilização do açúcar” (Albuquerque Junior, 2011). Nestes artigos, assim como nos textos reunidos em *O Livro do Nordeste*, de 1925, procurava-se combater as ideias expressas no jornal *O Estado de São Paulo*.

Lidando com questões do campo da construção de identidade, mais especificamente da identidade nacional, Freyre, contrapondo-se à visão negativa que o Sul retratava e apresenta o Nordeste, retratava a região como o “centro da civilização brasileira”, o berço de formação dos verdadeiros aspectos que configuram as peculiaridades da cultura brasileira (Albuquerque Junior, 2011; Neves, 2012).

Assim, a proposta do movimento regionalista era contribuir para traçar o perfil do habitante da região através do resgate das tradições rural e patriarcal, que se daria com a produção cultural e artística, para isso, congregava com políticos e intelectuais de Pernambuco e dos estados identificados como nordestinos.

Todas essas práticas e discursos, além do cangaço, as revoltas messiânicas e os conchavos políticos das elites para a obtenção e manutenção de privilégios do governo nacional, contribuíram para a institucionalização da ideia de Nordeste e de nordestino (Albuquerque Junior, 2013).

Diante desse contexto, Brilhante (2018) esclarece como se dava o poder entre as elites regionais e como isso influenciou a construção do nordestino:

O Nordeste seco e pobre tornou-se a bandeira das elites regionais para afiançar o contínuo afluxo de recursos. Seu poder político, enquanto isso era garantido pelo coronelismo e por uma inventiva guerra de valores entre a tradição Nordestina e a modernidade do Sul/Sudeste. Criava-se mais um par hierárquico reducionista, que definiu a imagética do Nordeste para o restante do Brasil, marcou o sentimento de pertença do próprio nordestino, e criou uma elaboração imagético-discursiva repleta de xenofobia que se retifica e transpõe regiões. Expostos a uma situação de exploração, os nordestinos de todas as paragens – o praieiro, o jangadeiro, o boiadeiro, o cotonicultor – identificaram-se com o estereótipo do Nordeste árido, duro e de natureza agressiva, valorizando, sobremaneira, os atributos que garantem a sobrevivência nessas circunstâncias, incluindo a coragem. Mais do que intrepidez e confiança, coragem é sinônimo de bravura e valentia, atributos facilmente confundidos com agressividade. (Brilhante *et. al.*, 2018 p. 17).

As diferenciações se tornaram mais presentes e nítidas em diferentes discursos, e passaram a ser explicadas, por alguns, como uso de teorias raciais que tinham como premissa a superioridade racial das populações do Sul e Sudeste, em relação às populações do Nordeste. Nesse contexto, intelectuais de prestígio passam a retratar o povo nordestino como o exemplar perfeito da degeneração produzida pela mistura racial (Albuquerque Junior, 2011). Outros mobilizavam o argumento do determinismo geográfico para explicar a inferioridade econômica da região. Nessas explicações, a seca e a carência de água, que caracterizam o semiárido nordestino, seriam os grandes responsáveis pela sua miséria (Ribeiro, 1999).

Vasconcelos (2006), em sua análise sobre a influência da construção da identidade nordestina na constituição da identidade brasileira, aponta para o livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, como um dos expoentes na construção desse discurso separatista, ao enfatizar a superioridade do Sul em relação ao Norte, tanto pela influência do clima.

“E voltando ao Sul, no território que do norte de Minas para o sudoeste progride até o Rio Grande, deparam-se condições incomparavelmente superiores [...] atingindo, no inverno, a impressão de um clima europeu [...] ao passo que, no Sul se debuxavam novas tendências, uma subdivisão maior nas atividades, maior vigor mais heterogêneo, mais vivaz, mais prático e aventureiro, um largo movimento progressista, em suma” (Cunha, 1985 p. 248).

Colocando o Norte de forma inferiorizada, descrito como um lugar onde a história não tocava, o local do atraso, onde as transformações urbanas e industriais, surgidas no centro-sul do país, jamais ocorreriam, sendo esta região povoada por uma “sub-raça” (Vasconcelos, 2006).

A diferenciação progressiva entre o Norte e o Sul do País já era tema de diferentes discursos, desde o final do século XIX. Coerentes com os paradigmas naturalistas, colocando como responsável por tal distanciamento as questões da raça e do meio. Os discursos das elites e acadêmicos, como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna<sup>1</sup>, pontuavam que os mais “eugênicos” do Norte, capazes de enfrentar as novas condições sociais que surgiam no Sul, tendiam a migrar, para esta área, os mais ousados, ativos, ambiciosos e enérgicos, ficando, ao Norte do Brasil, apenas os degenerados raciais e sociais (Albuquerque Junior, 2011). Atréados a esse discurso, o cangaço e o messianismo, que eram lidos, pejorativamente, no Norte e no Sul.

Os fenômenos messiânicos, notadamente Canudos, participaram decisivamente na construção da imagem do Nordeste e do nordestino, devido à repercussão das reportagens sobre de Euclides da Cunha e sobre o movimento, publicadas, na época, no Jornal O estado de São Paulo. Em meados de 1920, o fenômeno Padre Cícero também reforça esta imagem de fanatismo e loucura religiosa, que acompanha os nordestinos até hoje (Barbalho, 2004).

O banditismo, ou o “cangaço”, também fez parte desta construção, representando as consequências perigosas das secas e da falta de investimentos na região, pois adquire uma conotação pejorativa que vai marcar o nordestino com o estigma da violência, da selvageria (Albuquerque Junior, 2011). A expressão “cangaço” deriva de canga, uma peça de madeira que se coloca no pescoço do boi para puxar o carro (carro de bois). Este nome também foi atribuído ao conjunto de equipamentos, que era bastante volumoso, que o bandido sertanejo carregava consigo. O cangaceiro, portanto, era o homem que andava “debaixo da canga” ou vivia da “canga”, tendo que estar sempre disponível ao seu senhor. O cangaço, naturalmente, passou a ser um modo de vida. (Pericás, 2010).

O movimento surge como uma “resposta” à violência dos coronéis, que, a partir da criação do cargo de Juiz de Paz (1827), tendo como principal consequência a ampliação do poder local dos proprietários de terras e de escravos. O juiz era eleito pelos cidadãos ativos (indivíduos que possuíam uma determinada renda) de cada região e exercia a função de polícia (poder de prisão e julgamento), contexto histórico chamado de "política dos coronéis" (Machado, 1973). De acordo com Pericás (2010), apesar de

---

<sup>1</sup> Psiquiatra e Historiador, respectivamente. De meados do início do século XX, foram um dos primeiros estudiosos brasileiros a abordar a temática racial como questão social relevante para a compreensão da formação racial da população brasileira, apesar de adotarem uma perspectiva racista, nacionalista e cientificista.

viver à margem da lei, o cangaceiro era admirado e ajudado por muitos habitantes do sertão, porque fazia justiça com as próprias mãos, tornando-se um herói, embora considerado um bandido pelas autoridades. Desse modo, o cangaço vem para reforçar a imagem do nordestino como homem violento, e a região, principalmente o sertão, “uma terra sem lei”.

Em suma, podemos concluir que o Nordeste foi gestado em práticas que desenharam lentamente seu espaço regional, como: a) o combate à seca; b) o combate violento ao messianismo e ao cangaço; e c) conchavos políticos das elites, para manutenção de privilégios etc. Contudo, o Nordeste também surge de uma série de práticas discursivas que vão afirmando uma sensibilidade e produzindo um conjunto de saberes de caráter regional.

## **2.2 Nordeste: Política, arte e representações identitárias.**

Apesar da forte influência política, a instituição sociológica e histórica do Nordeste não é feita apenas por seus intelectuais. As expressões artísticas/folclóricas são elementos decisivos na defesa da identidade regional, contra os fluxos culturais vindos das grandes cidades do Sul/Sudeste; desde Gilberto Freyre e a “escola tradicionalista de Recife”, da qual participaram influentes autores como José Lins do Rego e Ascenso Ferreira, nas décadas de 1920 e 1930, passando pela música de Luiz Gonzaga, Zé Dantas e Humberto Teixeira, a partir da década de 1940, até a obra teatral de Ariano Suassuna, iniciada na década de 1950. Pintores como Cicero Dias e Lula Cardoso, o poeta Manuel Bandeira, os romancistas Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida, embora guardem enormes diferenças entre si, possuíam, em comum, esta visão de Nordeste e, dela, são os construtores (Albuquerque Junior, 2011).

A literatura, por exemplo, longe de ser apenas um objeto, participa da invenção e instituição da região. A década de 1930 marcou a transformação da literatura regionalista em “literatura nacional”. O dito “romance de trinta” tem como principal tema a decadência da sociedade patriarcal e uma substituição pela sociedade urbano-industrial, e aborda, a partir de enunciados sociológicos, as várias realidades do Nordeste. Esta literatura opera pela elaboração de personagens típicos que constituem as identidades típicas da região.

Este tipo de romance institui como temas regionais: a decadência da sociedade açucareira, o beatismo contraposto ao cangaço, o coronelismo, o jagunço e a seca com a

epopeia da retirada. São exemplos de autores que retrataram a região em suas obras. E em destaque os autores José Américo e Raquel de Queiroz que tinham o sertão como o espaço tradicional por excelência e aquele que dá originalidade ao Nordeste (Albuquerque Junior, 2011).

Segundo Machado (2013), a fruto de uma literatura popular, como o cordel, foi incorporado na produção artística e cultural nordestina. Até a segunda metade do século XIX, data que marca o surgimento da literatura de cordel na região Norte do Brasil, há um isolamento entre a população das zonas rurais e a das zonas urbanas, o que resultava em dificuldade de acesso a algumas formas de comunicação escrita e formal, agravada pelo fato de a maioria das pessoas serem analfabetas.

A literatura de cordel inicia sua trajetória de participação na vida do País e de sua comunidade, retratando movimentos e fatos importantes para o povo brasileiro em diversos temas, dos mais plurais interesses, como a Guerra de Canudos, protagonizada pelo cearense Antônio Conselheiro; à coluna Prestes, o fenômeno social do cangaço, os dramas perversos da natureza, dentre outros. É o povo identificando-se com os lutadores, desbravadores (Machado, 2013).

Este tipo de literatura transforma o sofrimento, principalmente motivado por tamanha desigualdade social, em poesias que remontam à vida cotidiana, principalmente, do sertanejo, como podemos perceber nesta passagem de “triste partida”, do poeta Patativa do Assaré (1978):

[...] Sem chuva na terra  
descamba janeiro  
até fevereiro  
no mesmo verão  
reclama o roceiro  
dizendo consigo:  
meu Deus é castigo  
não chove mais não

Apela pra março  
o mês preferido  
do santo querido  
senhor São José  
sem chuva na terra  
está tudo sem jeito  
lhe foge do peito  
o resto da fé [...]. (Patativa do Assaré, 1978, pp. 3 e 4).

A grande migração para Sul, decorrendo das mudanças sociais e das secas, reforça o Nordeste como um espaço de saudades para milhares de homens que se veem obrigados a deixar seu local de nascimento e sair em busca de oportunidades na região mais industrializada. Assim, o rádio, por ser o veículo de comunicação de massa neste momento, funciona como um “encurtador” das distâncias e diferenças das duas regiões. E é na década de 1940 que surge Luiz Gonzaga, como criador da “música nordestina”, notadamente o baião (Albuquerque Junior, 2011).

O cantor e compositor Luiz Gonzaga, conhecido como o rei do Baião, é considerado o responsável por incluir o Nordeste no imaginário brasileiro. Foi um dos principais representantes da identidade nordestina, pois, cabe ressaltar, a música opera como produção cultural de grande influência na construção das identidades. Desse modo, sua música vai ser pensada como representante desta identidade regional que já havia se firmado anteriormente por meio da produção freyreana e do romance de trinta (Maia & Antunes, 2008).

Suas canções descreviam os hábitos, costumes e tradições do povo nordestino, principalmente as características do sertão. Em suas músicas, o sertão nordestino foi retratado pela seca, pelo deslocamento, devoção aos santos, pelo cangaço, pela valentia do povo, e pelas tradições, hábitos e vestimentas. Ao mesmo tempo em que o sertanejo era associado à tristeza, perda e dor, povo sofrido, simples; igualmente retratava a alegria das pessoas, alegria das festas e dos amores. Imagem ambígua e dicotômica da região e do povo nordestino (Techio & Lima, 2016), atrelada à ampliação da região no imaginário popular, decorrente das veiculações das músicas regionais no rádio. O Nordeste se torna tema de peças de grande repercussão nacional, com os trabalhos de Ariano Suassuna, inicialmente, com o *Auto da Compadecida*, que ganhou a medalha de ouro da Associação Brasileira dos Críticos Teatrais, em 1955. Como ocorrerá com o cinema, nesta mesma década.

Ao se pensar em uma temática nacional para o teatro, o Nordeste surge como tema privilegiado, haja vista todo o drama da tragédia das secas, a escravidão do açúcar e suas lendas populares. Em toda sua obra, Ariano Suassuna narra uma visão populista da região, especificamente do sertão, enaltecendo à aliança entre a aristocracia rural e o povo, trazendo seus hábitos, costumes, e valores, em que reinava as tradicionais relações baseadas na honra, na valentia, nas relações face a face, de respeito e assistência mútua (Albuquerque Junior, 2011).

A perspectiva deste Nordeste popular e conservador se junta àquela produção sociológica e literária anterior, bem como à pintura regionalista e tradicionalista e à música de Luiz Gonzaga, na constituição, reinvenção e atualização da série de temas, conceitos, imagens, enunciados e estratégias, que instituem o Nordeste como o espaço oposto ao moderno, ao urbano, ao industrial. Em suma, cria-se uma organização de imagens e discursos que se volta à conservação de sua história e resistência ao “novo” que surgia.

Com a influência do pensamento marxista, abre um caminho em busca de uma nova identidade cultural e política, cuja essência, só uma estética “revolucionária” seria capaz de expressar. A imagem do Nordeste passa a ser elaborada a partir de uma estratégia que visava denunciar a miséria de suas camadas populares, as injustiças sociais a que estavam submetidas, e paralelamente, resgatar as práticas e discursos de revolta popular ocorridos na região.

Se nas décadas de 1930 e 1940, as obras têm mais um tom de denúncia; nas seguintes, a cultura passa a ser um instrumento de intervenção direta na realidade, contudo, com enunciados ainda cristalizados no discurso do regionalismo paulista, como, por exemplo, os pintores Di Cavalcante e Cândido, assim como o movimento Cinema Novo, na década de 1960, que, apesar de denunciar o “abandono” da região, traz-la como um espaço homogeneizado pela miséria, pela seca, pelo cangaço e pelo messianismo (Albuquerque Junior, 2011).

Em suma, as imagens sociais do Nordeste ainda hoje são veiculadas de forma bastante estereotipada, ligadas à miséria, à religiosidade extremada, à submissão, ao tradicionalismo cultural, à irracionalidade e à violência. Cabe ressaltar que, mesmo quando os “intelectuais de esquerda” procuram inverter a imagem oficial da região, procurando abordá-la a partir do ponto de vista dos “oprimidos”, do povo, provocam um deslocamento nas imagens e enunciados tradicionais ligados à região, mas, ao mesmo tempo, permanecem presos e reproduzem os velhos discursos do nordestino passivo e vítima, uma vez que raramente questionam a construção da própria região, suas contingências e os interesses envolvidos, ou a polissemia dos sentidos identitários.

### **2.3 Identidade sertaneja**

O nordestino é constituído através do agenciamento de uma série de imagens e enunciados que concebem tipos regionais anteriores. Para esta construção, surgem os

tipos regionais que estariam relacionados à divisão territorial da região, áreas demarcadas por diferenças naturais, pela formação racial particular de sua população e pela sua forma de ocupação e modelo de economia. Assim, historicamente o sertanejo se configura habitante do sertão das caatingas, do clima semiárido, fruto do caldeamento do branco com o índio, e ligado à ocupação do interior e à atividade pecuária (Albuquerque Junior, 2013).

No conjunto da história do País, em termos de imaginário social, poucas categorias têm sido tão importantes para designar uma ou mais regiões, quanto a de "sertão" (Albuquerque Júnior, 2011; Amado, 1995). Embora reconfigurado atualmente, com desenvolvimento agropecuário e social, o sertão se tornou conhecido como lugar de altas temperaturas, pobreza extrema, violência e desigualdades econômicas e sociais. O sertanejo, morador desse território, é uma figura que suscita muitas representações, não somente na literatura, mas no imaginário popular, na música, no teatro e no cinema, sendo que, na maior parte das vezes, é relacionado à pessoa sem instrução, que passa necessidades financeiras e sofre fome e miséria durante as reiteradas secas em sua região (Menezes, 2016).

Ao falar do sertão e o sertanejo, é impossível desconsiderar as relações dos moradores com seu território. Dessa forma, para uma melhor compreensão da identidade sertaneja e os fatores envolvidos em sua constituição, inicialmente, é necessário retomar brevemente a história da região.

De acordo com Machado (1973), o povoamento do sertão tem duas características que são importantes para traçar o perfil de sua população: a) os primeiros habitantes eram aventureiros portugueses ou mestiços, que não conseguiram progredir na região da cana-de-açúcar; b) havia abundância de terras para povoamento.

Dessa forma, a vontade de ser livre, de não dar satisfação e nem ter o patrão diariamente impondo-lhe ordens, ligado ao fato de formar uma fazenda sua, são os dois motivos mais aparentes da entrada e povoamento de todo o sertão nordestino, que se iniciou em fins do século XVI.

De acordo com Ab'Saber (1999), o sertão semiárido do Nordeste compõe uma das três grandes áreas de semiaridez da América do Sul (as outras são: as regiões de Guajira, na Venezuela e Colômbia; e o Cone Sul, que apresenta muitas nuances de aridez ao longo da Argentina, Chile e Equador). Os atributos que aproximam estas regiões semiáridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica, como, por exemplo, os baixos níveis

de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos, prolongados períodos de carência hídrica e solos de difícil manuseio.

No século XIX, a região já era conhecida como a “civilização de couro”, pois sua economia e organização social eram baseadas na criação de gado. A região era dominada por grandes famílias, como os Garcia D`avila, importante família baiana entre os séculos XVI e XIX, que esteve diretamente envolvida nos processos de conquista territorial (Pessoa, 2003).

De acordo com Pessoa (2003), remonta a esta época, um dos maiores símbolos do sertão, o vaqueiro, que era o responsável por se embrenhar na caatinga e resgatar o gado perdido ou roubado. Para isso, era necessário, além do conhecimento sobre o território, força e coragem para desbravar a vegetação seca e perigosa, tanto pelas características próprias, quanto um pouco mais recentemente o banditismo do sertão, os cangaceiros. Daí surge um dos maiores símbolos do sertão, a vestimenta do vaqueiro; completamente feita de couro para proteger-se dos galhos cortantes do semiárido, funcionando assim como uma couraça ou armadura (Machado, 1973; Pessoa, 2003).

A relação da região com o gado é definidora de sua própria caracterização. Para Antônio Filho (2011), o sertão, no Brasil, corresponde à vasta zona interiorana do semiárido, que começou a ser penetrada ainda no século XVI, quando as fazendas de gado foram separadas das fazendas agrícolas, tendo uma clara distinção deste espaço para a parte litorânea, pois, enquanto a produção agrícola, principalmente a cana-de-açúcar, ficava basicamente restrita à faixa litorânea, a criação de gado se estendia para as remotas paragens do interior mais isolado do País.

Durante muito tempo, a criação do gado permaneceu como única forma de atividade econômica. Contudo com a expansão de ocupação territorial e a forte influência das secas, ela dividiu espaço com os caprinos (animais mais resistentes e de fácil criação), tornando-se, mais tarde, na única carne ao alcance do vaqueiro. Surge, assim, essa estreita ligação entre o homem do sertão nordestino, a caatinga, o gado, o bode e a vida no semiárido, numa luta e trabalho, muitas vezes, desigual com a natureza e os latifundiários, passando a alimentar-se do que produz na lavoura, quando não trabalhando. Assim, também, o bode se torna símbolo do sertão (França, 2013).

Ressaltando a visão dicotômica sobre a região, Oliveira (1998) destaca que o pensamento brasileiro repercutiu continuamente sobre as distinções entre litoral e interior, e entre cidade e sertão; demarcando as diferenças de vida social e de tipos humanos.

Ainda segundo a autora, até os dias atuais, permanece uma cisão entre civilização *versus* barbárie, reproduzindo a ideia de atraso da região.

Para Moraes (2006), ambas as representações, a de uma sociedade rude dos vaqueiros e um território da aridez, explicam culturalmente a construção de um ideário de sertão, quase o resumindo à seca e a um modo de vida rude, associando uma civilidade arcaica. Mesmo com o decorrer dos anos, as expressões de arte e mídia contribuíram de forma determinante para a consolidação do sertão e seus habitantes no imaginário nacional. Além do clássico de Euclides da Cunha, temos, como exemplo, o livro *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, publicado em 1938, uma das obras mais emblemáticas sobre a temática do Nordeste, e mais especificamente o sertão nordestino.

O autor retrata o drama da seca, em uma descrição de sua geografia, ilustrando o território onde os pontos de água secam, o pasto morre, as árvores transformam-se em esqueletos, o gado agoniza. Constrói, em seu enredo, a vida e as angústias dos migrantes nordestinos que escapam desta devastação que assola o sertão, na esperança que as próximas chuvas restituam a sua região e possibilitem o seu retorno. Além de um retrato social do momento, esta obra propicia uma representação do Nordeste e sertão como terras áridas, onde a sobrevivência está ligada a quanto o indivíduo é forte para suportar tais flagelos (Bastide, 2002).

O teatro e o cinema também têm papéis fundamentais na representação social do sertão. Como as obras de Ariano Suassuna, que utiliza, como pano de fundo das suas histórias, as imagens da região semiárida, das caatingas ou das cidades pequenas e empoeiradas. Para o teatrólogo, foi a “civilização do couro”, e não a “civilização do açúcar”, que gestou a identidade regional, a “personalidade” sertaneja. Com muito saudosismo, constrói um sertão onde os homens e a natureza ainda não são separados, descrevendo um ambiente quase medieval, como um espaço ainda sagrado, místico, com clãs patriarcais, dos peregrinos, dos cavaleiros andantes e homens guerreiros que lutavam para defender a honra das donzelas e/ou obter vingança frente a uma injustiça. (Albuquerque Junior, 2011).

Já no cinema, dos clássicos *Vidas Secas* e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, do Cinema Novo aos mais contemporâneos, como *O Alto da Compadecida*, *Árido Movie e Cinema*, *Aspirinas e Urubus*, o sertão não se mostra apenas como um espaço onde o enredo se passa, mas marca, de forma indiscutível, a temática e os dramas vividos em um pano de fundo de cactos e terra rachada. A redução do sertão aos estereótipos de miséria e dificuldades, onde a terra e os rostos são marcados/rachados pelo sol são centrais nas

imagens monotemáticas, que privilegiam a seca, a fome e miséria, veiculadas nos meios de comunicação e na arte (Ferraz, 2011).

Nessas representações disseminadas, o sertão aparece como lugar de reprodução de uma ordem social específica, a chamada sociedade sertaneja, fruto do distanciamento transposto na própria narrativa, pelo mediador, que enumera atributos do homem e da terra (Moraes, 2006). Oliveira (1998) nos atenta ainda ao fato de o sertão ser visto, em nível nacional, de forma dual, pois, por vezes, recebem avaliação positiva, e, em outros momentos, negativa, dependendo do ponto de vista interior perigoso/ fonte de riqueza; exílio/liberdade e esperança; inferno/paraíso.

Para a autora, essas avaliações podem ser divididas em dois grandes traços: à perspectiva romântica, pela qual sertão, sertanejos e sertanejas aparecem como símbolo da nacionalidade; e por um modo de vida caracterizado pela destreza e simplicidade, ou uma perspectiva “realista”, pela qual o sertão e seus habitantes são tidos como problema e se opõem à urbanidade (Oliveira, 1998).

A imagem compartilhada sobre o sertanejo se relaciona diretamente com seu recente percurso histórico. A condição de sertanejo ainda é associada a uma vida difícil, alheia ao progresso, ao conhecimento intelectual, e vista, muitas vezes, com um certo tratamento determinista, endossado pelo regionalismo de Freyre e inspirado no discurso antropogeográfico ou biogeográfico, baseado na geografia determinista alemã do século XIX, que domina o início do século XX (Albuquerque Junior, 2011; França, 2013).

Este movimento regionalista ancorou a realidade regional e a definição da fisionomia de seu habitante no passado, em um passado definido como tradicional, apontou que, das identidades existentes para a construção do nordestino, o mais prototípico é o sertanejo; quase sempre contraposto a outras identidades, como os brejeiros e litorâneos, tipos considerados fracos e que não representavam o homem viril de que a região precisava.

A partir da imagem da seca e da aridez, desenha-se um tipo étnico apresentando tradições culturais particulares pela sua convivência com uma natureza áspera, árida e bruta. Nesses discursos de base biogeográfica, essa figura se torna um fruto da adaptação a um ambiente hostil, indivíduo “forçado” na luta contra o meio (Albuquerque Junior, 2011; 2013).

Em seu livro, “*Nordestino, uma invenção do falo*”, Albuquerque Junior (2013), ao tratar sobre a constituição da identidade nordestina, explica que, como uma forma de promover um contraponto a uma sociedade que se está modernizando e, ao ver da elite

nordestina, está tornando-se “matriarcal”, “efeminada”; surge o perfil do sertanejo, que é definido como um homem que se situa na contramão do mundo moderno, que rejeita suas superficialidades, sua vida delicada, artificial e histérica. Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, “masculinos”. Desse modo, o nordestino é definido como um “macho”, capaz de resgatar o patriarcalismo em crise, um ser viril que pode retirar sua região da situação de passividade e subserviência que se encontrava (Albuquerque Junior, 2013).

De acordo com Albuquerque Junior (2013), a relação entre masculinidade e poder fica explicitada, ou seja, a “feminização” do espaço regional significava, segundo os discursos produzidos pelos regionalistas, a perda de poder em nível nacional, enfim, a impotência. A figura nordestino/sertanejo é, pois, pensada como uma “reação viril” à passividade dessa região.

O Diário de Pernambuco, jornal que estava empenhado na campanha regionalista que fez emergir a identidade regional nordestina, veiculada entre os anos 10 e 30 do século XX, publica uma série de reportagens retratando a crise da instituição familiar, motivada, em grande medida, por este amplo movimento de nivelamento social, que estaria refletindo-se na mudança de comportamento das mulheres, que começavam a contestar a forma hierarquizada da família patriarcal.

A exemplo do artigo “Decálogo da Melindrosa”, de 1926, que descreve a mulher em dia com as novidades da moda, apesar de causar fascinação nos homens, só é digna de flertes e aventuras, pois não estaria disposta a seguir determinados preceitos para casar-se, como ser honrada, irradiar simpatia, interessar-se pelos assuntos do marido, não enganar, evitar disputas com o esposo, não esconder o passado do marido, ser disposta com para se divertir com o esposo, cultivar a benevolência e ser cordata (Diário de Pernambuco, 1923 como citado em Albuquerque Junior, 2013).

O conjunto dessas características fornece o material para a construção de uma identidade ambivalente do sertanejo, formada, tanto uma estereotipia negativa, em que se inferioriza o sertão/nordeste, quanto uma estereotipia positiva, em que se enaltece esta região e o seu povo. Logo, podemos perceber o sertanejo como um indivíduo forte, macho, valente e disposto a lidar com as dificuldades que lhe são colocadas pelo ambiente e a ausência de assistência do Estado; como também por um estereótipo associado aos atributos negativos do rural, e a criação de estigmas, como tabaréu, violento, fanático, messiânico, incapaz, miserável (Vasconcelos, 2006).

Essa construção de identidade se deu a partir dos discursos de diferenciação entre o Norte e Sul. É assim que os nordestinos, em destaque os sertanejos, apresentam-se como fortes, viris, duros e ríspidos, influenciados pelo meio ao desenvolver uma capacidade de enfrentar a tudo e a todos para sobreviver, sendo um símbolo de resistência, tanto a seca, que assola a população, quanto no sentido de manter suas tradições, resguardando-se das influências modernizantes que o Sudeste estava impondo. (Albuquerque Junior, 2011; 2013; Vasconcelos, 2006).

As imagens sociais do sertanejo, ainda hoje veiculadas, estão ligadas ao chamado coronelismo e à persistência de formas arcaicas de relações sociais, situadas no universo do pré-capitalismo. O sertão, a parte mais remotos da região Nordeste, seria o lugar onde o arcaísmo se confunde com o atraso nas relações sociais e com as formas do exercício do poder. Somos remetidos à representação dos seus habitantes, como oriundo daquela terra de um solo vermelho, rachado pelo sol escaldante a terra dos cangaceiros, vaqueiros, terra das caatingas e mandacarus, terra de migrantes, flagelados e desnutridos, enfiados em um “pau-de-arara”, fugindo da seca (Pericás, 2010).

Por outro lado, há também as imagens de um homem heroico, que, flagelado pelas fatalidades climáticas, resiste à natureza, demonstrando ser um modelo de masculinidade a ser generalizado na região, ou seja, as representações contemporâneas do nordestino e do sertanejo ainda reproduzem construções sociais do início do século XX, sendo fruto da violência, luta e derramamento de sangue, pobreza e miséria, que teriam sido a tônica da região no seu processo de colonização e constituição dos seus habitantes. (Bernardes, 2007; Fialho, 2007; Albuquerque Junior, 2011).

De fato, algumas das características atribuídas ao sertanejo, certamente, continuam fazendo parte do imaginário social na atualidade, seja na imagem que o próprio faz de si mesmo, seja na imagem que o restante do País tem dele. Porém, a percepção desse sertanejo está se modificando? Novas imagens e representações estão sendo compartilhadas? De que forma a identidade sertaneja tem sido estudada nos últimos anos? Que tipos de estudos estão sendo produzidos sobre a temática? Quais são as percepções que existem desta identidade?

#### **2.4 A Identidade Sertaneja: Breve revisão da literatura**

Como já colocado, definir identidade no campo da ciência não é um processo simples. A noção de identidade é de difícil definição, talvez pela vasta quantidade de

significados e usos atribuídos ao termo, que resulta uma pluralidade de enfoques, de definições e de significações (Deschamps & Moliner, 2009; Ennes & Marcon, 2014).

Trata-se de um fenômeno objetivo, subjetivo e processual, resultante das constatações e de construções de semelhanças e diferenças entre os indivíduos e grupos. Um processo que se estrutura a partir da articulação entre duas dimensões das identidades, sendo ao mesmo tempo individual, por dizer respeito às impressões pessoais que os indivíduos têm de si mesmos, como também coletivas, pois se constrói a partir das considerações advindas do meio social onde esses indivíduos interagem e dos grupos que participam. (Deschamps & Moliner, 2009).

O termo “grupo”, mais do que um recorte social ou relação direta entre certo número de pessoas, indica uma entidade cognitiva com grande significado para o indivíduo em um determinado momento. Baseado nessa premissa, Tajfel (1983) afirmou que a categorização social é o processo através do qual se reúnem os objetos ou acontecimentos sociais em grupos que são equivalentes no que diz respeito às ações, intenções e sistemas. Assim sendo, a identidade social será entendida por Tajfel (1983) como uma parcela do autoconceito do indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença.

Ao se abordar o tema das identidades, é relevante levar em consideração esse fenômeno a partir das relações simbólicas que os indivíduos estabelecem com seus grupos de inserção (grupos sociais) e com o território que a interação se dá. É neste sentido que a identidade é sempre relacional e que ela impacta as ligações com o lugar, este sendo o ponto de práticas sócio-históricas específicas que nos moldaram e nos formaram, e com as quais nossas identidades estão estreitamente relacionadas (Techio, Lima, & Azevedo, 2012).

Desse modo, realizamos uma revisão sistemática de teses, dissertações e artigos científicos, que versam sobre processos identitários, tendo, como um dos objetos centrais do estudo, a identidade sertaneja, como uma forma de entender como esse recorte identitário tem sido estudada nos 10 anos que correspondem ao marco teórico desta pesquisa, ou seja, de 2008 a 2018.

As buscas para compor nosso banco de dados foram realizadas em junho de 2018, em duas diferentes bibliotecas virtuais, o Portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a partir dos termos de busca “identidade sertaneja *OR* identidade

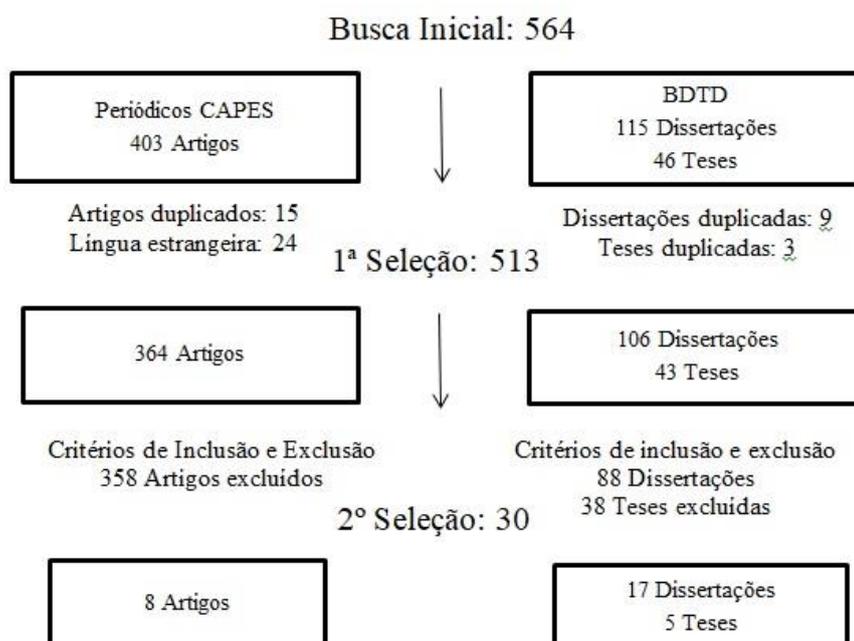
sertão”. Os filtros utilizados na busca foram publicações em português e estudos que tinham o texto completo disponível na internet.

Foram aplicados dois critérios de inclusão: ter como uma das temáticas centrais a identidade sertaneja e tratar de elementos que constituem essa identidade, de forma teórica ou empírica, desde que o conteúdo tratado não seja restrito apenas a obras literárias ficcionais.

Foram excluídas as publicações, cujo enfoque era outro tipo de recorte identitário (por exemplo, identidade nacional) ou aqueles que, apesar de aparecerem no resultado da busca e tratarem de identidade no sertão, colocam a identidade de uma forma estática e imutável no percurso histórico, não abordando o assunto enquanto fenômeno social dinâmico, inserido entre as características da cultura, território e grupos sociais, como por exemplo, discussões limitadas à literatura regionalista, que, apesar de lidarem com representações identitárias dos personagens literários, ficam restritos ao universo ficcional e artístico de autores, não promovendo relação com constructos reais.

A busca inicial nas bases de dados gerou um total de 564 publicações (403 artigos, 115 dissertações e 46 teses). Na primeira triagem, foram eliminados 27 trabalhos duplicados por possível equívoco no sistema de busca das Bibliotecas Virtuais, sendo 15 artigos, nove dissertações e três teses. Da mesma forma, foram eliminados 24 artigos, por não estarem disponíveis em Língua Portuguesa. Restaram, portanto, 513 (364 artigos, 106 dissertações e 43 teses), os quais foram submetidos à análise principal deste estudo, levando em consideração os critérios de inclusão e exclusão.

Por fim, o banco final, incluído na análise deste estudo, foi de 30 publicações, constituídas por oito artigos, 17 dissertações e cinco teses (Figura 1). Os resultados serão apresentados de forma descritiva, tendo como base a análise de elementos relativos ao ano de publicação dos trabalhos, às revistas responsáveis pelas publicações ou aos programas de pós-graduação, cujos estudos foram defendidos por natureza dos estudos, aspectos metodológicos e a forma como a temática foi abordada.



**Figura 1.** Fluxograma de seleção dos estudos.

A análise dos artigos encontrados revelou que existem poucos trabalhos publicados sobre identidade sertaneja, dentro dos critérios específicos e restritos deste estudo. Apesar de terem sido encontradas várias publicações sobre o tema, estas, na maioria dos casos, apresentavam uma perspectiva restrita a algum universo literário ficcional muito específico ou sobre os aspectos apenas geográficos do sertão, não construindo relação de identidade com o território, cultura e grupos sociais de contextos reais.

Foi perceptível que o número de publicações não segue um padrão linear ao longo dos anos que foram pesquisados. Em 2016, por exemplo, a área atingiu o número máximo de trabalhos sobre a temática publicados em um único ano ( $n=6$ ). Apesar de um aumento expressivo nesse ano, em 2017, apenas um trabalho foi publicado (Tabela 1).

Tabela 1.

**Ano de publicação dos artigos, teses e dissertações.**

Ano	Teses	Dissertações	Artigos	Total
2008	-	2	-	2
2009	-	2	1	3
2010	-	2	-	2
2011	2	1	1	4

2012	-	2	-	2
2013	-	2	1	3
2014	1	-	1	2
2015	-	-	1	1
2016	1	4	1	6
2017	-	-	1	1
2018	1	2	1	4
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>17</b>	<b>8</b>	<b>30</b>

Os 30 trabalhos analisados neste estudo estão distribuídos em nove áreas de conhecimento distintas, dividindo-se da seguinte forma: sete em história (um artigo e seis dissertações), sete em letras/linguagem (três artigos, duas dissertações e duas teses), seis em geografia (três artigos e três dissertações), três em educação (uma dissertação e duas teses), dois em comunicação social (um artigo e uma dissertação), um em artes (dissertação), duas em antropologia (duas dissertações), um em ciências da religião (tese) e um psicologia (dissertação).

Importante ressaltar que, nos casos das publicações de artigos em revistas que são multitemáticas, foi levada em consideração a área de formação do autor. Dessas revistas, sete delas são editadas no Brasil e uma no exterior, que é a Revista *Razón y Palabra* atrelada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Los Hemisferios, na cidade de Quito, capital do Equador.

No que diz respeito à classificação das revistas no *Qualis Periódicos* da última avaliação trienal da Capes, não há uma homogeneidade entre elas, cada uma apresenta conceitos e propostas distintos, são elas: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea (*Qualis A1*), Caminhos da Geografia (*Qualis A2*), Revista HISTEDBR *On-line* (*Qualis B1*), Revista de Geografia e Ordenamento do Território (*Qualis B1*), Revista Ártemis (*Qualis B2*), já as publicações Revista Letrando e a Revista de História Comparada têm *Qualis D*, ou seja, não possuiu avaliação CAPES.

No que diz respeito às teses e dissertações, as instituições de ensino da região Nordeste foram as que mais produziram sobre identidade sertaneja, com 41% dos trabalhos defendidos, seguido da região Centro-Oeste, com 36,3%, e pela região Sudeste, com 22,7%.

A produção por universidade se deu da seguinte forma: Universidade Federal de Sergipe (cinco dissertações e uma tese), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (uma dissertação e duas teses), Universidade de Brasília (três dissertações e uma tese), Universidade Federal de Goiás (uma dissertação e uma tese), Universidade Estadual Paulista (duas dissertações), Universidade Federal de Minas Gerais (uma tese), Universidade Federal da Paraíba (uma dissertação), Universidade Católica de Goiás (uma dissertação), Universidade Federal de Pernambuco (uma dissertação), Universidade Federal da Bahia (uma dissertação) e a Universidade de São Paulo (uma dissertação).

Com relação à natureza dos estudos, 18 são teóricos (seis artigos, nove dissertações e três teses) e 12 são empíricos (dois artigos, oito dissertações e duas teses). Entre os estudos teóricos, fica evidente, em suas abordagens, o uso de expressões artísticas (música, cinema e literatura) como formadoras e reprodutoras do processo identitário sertanejo.

Os estudos têm esses meios como uma alternativa de investigar o sentido histórico do fenômeno, de perceber de que maneira é propagada a representação dessa identidade ou, até mesmo, a reconstrução de eventos históricos que envolveram a constituição da identidade em questão, distribuindo-se em seis estudos que utilizaram música (dois artigos, três dissertações e uma tese), quatro utilizaram o cinema (três dissertações e uma tese) e seis utilizaram literatura regionalista (dois artigos e quatro dissertações).

Cabe ressaltar que, entre os trabalhos citados, uma das dissertações fez uso tanto da música quanto da literatura (cordéis) para analisar os discursos de afirmação do sertanejo no semiárido da Paraíba (Sá, 2012). Ainda há uma publicação (artigo) que realizou uma análise do *corpus* de um programa diário de rádio para tratar da construção da identidade sertaneja em Minas Gerais (Modesto, 2011). As demais pesquisas teóricas utilizaram análise bibliográfica.

Quanto aos estudos empíricos, todos os trabalhos analisados tiveram caráter qualitativo. Com relação aos instrumentos, foram utilizados, predominantemente, entrevistas, presente em nove deles. Pelo menos quatro desses estudos utilizaram a entrevista dentro da perspectiva da “história oral”, que seria, grosso modo, o aporte das memórias dos entrevistados na reconstrução da história ou vivências próprias do seu universo social e cultural, dos seus comportamentos e manifestações diretamente relacionadas aos territórios, além de “estórias” relacionadas às identidades (Barros, 2008; Silva, 2010; Santos, 2018; Souza, 2018).

Contudo, pelos variados campos de conhecimento que os estudos empíricos estão localizados, outras técnicas e instrumentos específicos de cada área foram utilizados, tais como registros iconográficos (Silva, 2016), diários de campo (Vaz, 2016; Silva, 2016) e análise documental (Barros, 2008; Araújo, 2010; Augusto, 2011; Silva, 2016) (Tabela 2).

Tabela 2.

**Tipo de trabalho acadêmico e os instrumentos e técnicas envolvidas.**

		<b>Descrição Metodológica</b>
<b>Referência</b>	<b>Trabalho acadêmico</b>	<b>Instrumentos/ Técnicas</b>
Augusto, 2011	Tese	Análise documental e entrevista
Menezes, 2016	Tese	Questionário, entrevista e grupo focal
Barros, 2008	Dissertação	Análise documental, entrevista e observação participante
Menezes, 2012	Dissertação	Questionário aberto
Vaz, 2016	Dissertação	Diário de campo e entrevista
Silva, 2016	Dissertação	Análise documental, diário de campo, entrevista e registros iconográficos
Souza, 2018	Dissertação	Entrevista e grupo focal
Sousa, 2018	Dissertação	Análise documental, entrevistas e diário de campo
Araújo, 2010	Dissertação	Análise documental, entrevista e observação participante
Santos, 2018	Dissertação	Análise documental, estudo biográfico e entrevista
Silva e Oliveira, 2016	Artigo	Observação descritiva
Bertoni e Menezes, 2017	Artigo	Observação participante

Sobre as temáticas dos estudos, as publicações tiveram focos e maneiras distintas de alcançar as identidades sertanejas, como, por exemplo, o uso de produções cinematográficas, para promover a interrogação de qual a imagem do sertão e do sertanejo que é projetada e representada por elas, desde uma perspectiva mais tradicional, fazendo uma pesquisa historiográfica, que articula a relação entre cinema e história (Gomes, 2010; Silva, 2008); como também analisando as imagens fílmicas do sertão e suas relações com a pós-modernidade e a globalização (Andrade, 2011), destacando a forma que a identidade sertaneja se relaciona com as novas formas de política, assim como em relações interculturais com outras identidades regionais (Sanchez, 2016).

Ainda na área artística, a música foi um dos elementos mais utilizados na evocação de identidades do sertão, sendo estudado o sertanejo do Centro-Oeste com sua música sertaneja de raiz e sua memória caipira (Gonçalves, 2018; Suess & Almeida, 2015), ou em expressões mais contemporâneas das identidades, como no sertanejo universitário (Caixeta, 2016). Porém, a maior produção foi em relação ao sertão da região Nordeste, principalmente sobre a produção musical da região que retrata o semiárido, seja na representação construída pelos “repentes” sobre as secas e dificuldades que o homem sertanejo passa em sua região (Araújo, 2010), seja problematizando a forma que as produções musicais influenciam no modo de transmitir os enunciados, saberes e dizeres de convivência no semiárido (Sá, 2012).

Importante ressaltar que os elementos musicais encontrados na obra de Luiz Gonzaga também são abordados de forma frequente nos estudos, mais precisamente sobre a invenção do baião e outros gêneros apropriados pelo músico, os quais os estudos tratam como táticas discursivas para construção de um imaginário do nordeste e do sertão, promovendo processos de autopercepção identitária, como também levando os símbolos e imagens do sertão para um contexto social urbano do centro-sul do País (Moraes, 2009; Santos, 2012).

A literatura regional se faz muito presente nos trabalhos analisados, apontando para as construções identitárias inseridas nas colocações dos intelectuais/escritores dentro dos tempos históricos da escritura das obras, possibilitando promover uma articulação entre a ficção e contextos reais da região, enfatizando espaços físicos, usos, costumes, imaginários específicos e regimes interpessoais dentro de um espaço geográfico específico.

Nessa perspectiva, a literatura de cordel igualmente se mostra nos estudos como um forte reprodutor e disseminador de representações sociais do povo do sertão nordestino, seus valores e suas identidades, são produtores de saberes, sentidos e significados próprios da região (Sá, 2012; Machado, 2013). Houve, entre os estudos, apenas duas pesquisas as quais utilizavam obras literárias específicas, fazendo uma análise da literatura, não apenas sob o prisma da identidade regional, mas também da identidade de gênero, tanto feminino (Clark, 2011) quanto masculino (Almeida & Barbosa, 2014).

Outra temática observada nas publicações analisadas é com relação à reconfiguração do espaço territorial, por conta de políticas públicas, principalmente nos setores produtivos. Em regiões distintas, os trabalhos questionam sobre a possível perda

ou reestruturação do sentimento de identidade com o lugar, por conta das mudanças ocorridas mediante à intervenção do Estado, como, por exemplo, a reorganização dos setores produtivos do campo, gerando uma convivência num mesmo espaço de inovações socioprodutivas e novas práticas econômicas com valores e tradições ligadas ao sertão Sergipano (Silva, 2016), ou ainda redirecionamento dos recursos hídricos para combate da seca, fomentando uma desmobilização no sertão do Ceará (Silva & Oliveira, 2016) e uma divisão do estado da Bahia, tendo o intuito de um melhor planejamento para as políticas culturais do estado, mas que não representa realmente a população inserida nos espaços (Vaz, 2016).

Alguns estudos trataram diretamente das representações identitárias do sertanejo, tendo, por objeto central de investigação, os discursos sobre identidades e suas relações com o território e práticas diárias, tais como o trabalho como mecanismo de transmissão de conhecimentos e atributos da identidade sertaneja, propiciando uma manutenção de um modo de vida no espaço em questão, e reforçando os costumes e tradições que são passados de geração para geração (Augusto, 2011; Bertoni & Menezes, 2016).

A educação formal é mais um elemento que é discutido em pelo menos dois estudos, analisando o sentido que jovens rurais do sertão conferem à sua experiência de escolarização e os impactos deste processo em suas identidades (Menezes, 2012; Menezes, 2016). E ainda há um estudo que trata de forma teórica o sertão em uma perspectiva espacial, colocando este como um local de práticas sócio-históricas específicas que nos moldam e formam identidades, por conta da cultura identificadora que explicaria o grupo social (sertanejos), como uma soma de práticas plurais (Silva, 2009).

Desse modo, para pesquisas na área, principalmente na área da Psicologia, é de extrema importância delimitar o termo identidade e estabelecer os parâmetros analíticos para compreendermos de que forma o estudo em questão está abordando o assunto. Além disso, o que se pretende em trabalhos sobre identidade é compor um quadro teórico mais consistente sobre um conceito que é demasiado complexo e pouco desenvolvido e compreendido (Hall, 2006). Assim, como tem uma maior contribuição os enfoques que colaboram com posicionamentos críticos e que assumem que os fenômenos relacionados às identidades implicam na reflexão sobre o seu caráter processual e dinâmico, enquanto universal e particular, evidenciando suas dinâmicas próprias e suas características mais gerais (Ennes & Marcon, 2014).

É preciso considerar, contudo, que os resultados obtidos por esta revisão indicam que os estudos sobre identidade sertaneja ainda estão muito escassos, e, por vezes, apoiados de forma teórica apenas em literatura regional e nas artes. Esse tipo de representação, ou esses dizeres acerca da região, pode prender-nos a valores e signos perdidos no tempo, quando, na realidade, há muitas mudanças e contradições no sertão; mudanças essas que só podemos ter acesso a partir de uma abordagem empírica e sob um olhar mais minucioso sobre as identidades que estão em constante transformação.

### **Sumário e conclusões**

Este capítulo promoveu uma breve historiografia do Nordeste, assim como da região sertaneja destacando as principais influências da constituição da região nos processos identitários de sua população.

Com base no que foi visto, o sertão pode ser percebido como uma produção geográfica, histórica, social, psicológica, econômica e política, e, como tal, ficando indissociável, nos discursos dos seus atores, a possibilidade de inventariar imagens, narrativas e memórias, a partir deste espaço.

Portanto, uma região pode ser percebida de diversas formas, em variados momentos históricos, a partir de teorias diversas e de olhares múltiplos. Isto significa dizer que a identidade sertaneja, ao se mostrar como construção discursiva sobre uma região, consolida, tanto o sertão quanto o sertanejo, como uma identidade intrínseca, edificada através do tempo, sendo constantemente representada sobretudo a zona rural, como sinônimo de lugar ermo e atrasado, e sua população estereotipada como miseráveis, ignorantes e violentos.

### CAPÍTULO 3

## A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE: CULTURA DA HONRA E SEXISMO

---

Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre a inserção do tema masculinidade no campo de discussões acadêmicas, assim como discernir acerca do conceito de masculinidade hegemônica e suas associações com a dominação, honra e sexismo. Primeiramente, será apresentada, de forma breve, a influência do movimento feminista nos estudos de gênero e na discussão da masculinidade neste campo. Logo após, discutiremos sobre as características da construção da masculinidade e sua influência no meio social e no próprio homem. Seguindo o capítulo, trataremos da teoria da Cultura da Honra, assim como promoveremos aproximações entre a construção e manutenção de uma identidade masculina e a honra. Por fim, abordaremos as expressões de sexismo e suas implicações nas relações de gênero. Utilizando a teoria do sexismo ambivalente, conceitualizaremos as duas dimensões do sexismo, o hostil e o benevolente

### **3.1 A masculinidade enquanto objeto de reflexão teórica nos estudos do gênero**

Embora o genérico universal masculino “homem” tenha sido considerado um termo neutro para designar a humanidade por muito tempo, o debate sobre a masculinidade, e, sobretudo, a masculinidade hegemônica, tem ocupado cada dia mais espaço dos públicos e acadêmicos; estimulando também assuntos diretamente associados à discussão, como: lutas contemporâneas sobre poder e liderança política, violência pública e privada, transformações na família e na sexualidade. (Connell & Messerschmidt, 2013).

A área temática denominada hoje estudos de gênero foi antecedida historicamente pelos estudos sobre a mulher, passagem que ocorreu de forma gradativa do movimento social para a esfera acadêmica, a partir das décadas de 1960 e 1970, com os movimentos feministas (Connell, 2000). A partir dos anos 80 e 90 do século passado, não apenas reduzidos às questões das mulheres, os estudos de gênero, ou de relações de gênero, buscam evidenciar como as diferenças percebidas entre os sexos foram politicamente convertidas em desigualdades e assimetrias para justificar o sistema de

opressão e de exclusão das mulheres e de outras subjetividades minoritárias, a exemplo dos gays e de homens negros. (Connel, 1995).

Como forma de reação ao histórico de subordinação e discriminação direcionado às mulheres, o movimento feminista surge para questionar os parâmetros patriarcais. De uma perspectiva interna ao movimento, a pesquisadora Giffin (2005) explica que as participantes do movimento de “libertação feminina” denunciavam a divisão sexual do trabalho que trouxe junto à definição das mulheres como mães/reprodutoras, assim, afastando-as dos espaços socialmente valorizados da esfera pública.

Portanto, a “libertação” que se pretendia realmente era desta definição hegemônica de divisão do mundo, pois, na prática, muitas das participantes já haviam saído da esfera doméstica/reprodutiva, e eram ativistas em espaços da esquerda ou universitários, no movimento antinuclear, antiguerra ou associados a movimentos de direitos civis e *Black Power*, que, além de criticar o regime de segregação racial nos Estados Unidos, lutavam por uma importância da relação entre raça e gênero dentro do próprio movimento (Caldwell, 2010).

O movimento atuava diretamente na política e no público, questionando pontos importantes para as mulheres, como a importância da questão do aborto, por exemplo, indicando que a sexualidade feminina também já não estava atrelada aos padrões reprodutivos antes esperados. Desse modo, o movimento propunha um novo olhar sobre as dinâmicas sociais (Giffin, 2005).

Nos estudos produzidos nesse contexto, as pesquisadoras feministas se propuseram a descobrir e apontar o esquema binário que organizava o mundo, na oposição e hierarquização de cultural/natural, social/biológico, ciência/arte, razão/emoção, produção/reprodução, público/privado, ativo/passivo, corpo/mente etc. Consolidou-se a noção de dois “sexos opostos”, trazendo a discussão de rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, promovendo uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual (Scott, 1986).

Contudo, apesar de todo questionamento com relação à estrutura social baseada no sexo biológico, a temática da masculinidade não foi, a priori, um objeto de discussões acadêmicas. Embora, contemporaneamente muito mais discutida, focar a masculinidade enquanto objeto de reflexão, no campo científico, ainda hoje significa uma perspectiva inovadora. A problematização do conceito de masculinidade e suas implicações sócio-históricas foram sistematicamente sendo deixadas de lado, na medida em que se fixou a ideia da existência de uma única masculinidade hegemônica, baseada na dominação e no

poder inquestionável do “patriarca”. Trata-se de uma lacuna historiográfica em que o conceito de masculinidade foi mais compreendido como uma consolidação ou uma permanência natural, que uma construção de gênero passível de ser problematizada (Connel, 2000; Botton, 2007).

Como consequência, tem-se não só a cristalização da dicotomia masculino-feminino, mas também a impossibilidade de perceber as especificidades e diferenças entre os homens e suas vivências masculinas. Contudo, antes de adentrarmos sobre as características da construção da masculinidade e sua inserção, enquanto gênero, no campo de discussões acadêmicas, por este estudo lidar com a temática de representações de gênero, passa necessariamente pelos significados culturais de masculinidade e feminilidade, que são socialmente construídos, dessa forma, é importante tecer algumas considerações sobre o conceito de sexo e gênero.

O dicionário *online* Dicio.com (2019) define sexo como uma “reunião das características distintivas que, presentes nos animais, nas plantas e nos seres humanos, diferenciam o sistema reprodutor; sexo feminino e sexo masculino”, e “aquilo que marca a diferenciação (órgãos genitais) entre o homem e a mulher, delimitando seus papéis na reprodução”, ou seja, distingue o macho da fêmea, em animais e vegetais, dando-lhes um papel específico na procriação e dando-lhes certas características distintivas.

O sexo é definido pelas características biológicas de homens e mulheres, tanto os específicos da anatomia e funcionamento do sistema reprodutor feminino e masculino, quanto os caracteres sexuais secundários determinados pela ação hormonal específica de cada sexo. As pessoas nascem com um sexo biológico e isso acaba determinando como elas serão tratadas socialmente pelos pais, família e comunidade a que pertencem; para se tornarem homens e mulheres com atributos socialmente aceitos. Esse processo varia de uma sociedade para outra, e também de acordo com o tempo histórico em que essas pessoas estão inseridas (Hardy & Jiménez, 2000).

Se, por um lado, a biologia determina as características funcionais da reprodução de um homem e uma mulher, o gênero pode ser definido como uma categoria dinâmica, socialmente construída, baseada em diferenças do sexo biológico. A palavra gênero possuiu outras acepções no passado remoto, mas, no último quarto do século XX, as feministas passaram a adotá-la para referirem-se à organização social entre os sexos (Scott, 1986; Nader & Caminoti, 2014).

Na perspectiva de Joan Scott, historiadora norte-americana e uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero em história, o gênero rejeita,

explicitamente, explicações restritamente biológicas. Em vez disso, o termo gênero se torna uma forma de referir-se às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. Desse modo, gênero é, por definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, tornando-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1986).

Portanto, o gênero é construído em um corpo que tem um sexo definido e ao qual são atribuídas características psicológicas, sociais e econômicas, que resultam em ações e comportamentos específicos, que, quase sempre, traduzem-se em relações de poder unilaterais: dominação masculina vs. submissão feminina (Scott, 1986).

Essa noção de gênero possibilita colocar em xeque o discurso de que as mulheres nascem com qualidades “femininas” que determinam que elas devem desempenhar tarefas domésticas e cuidar de seus filhos, e que os homens nascem com qualidades “masculinas” que pressupõem habilidades para exercitar na esfera pública e doméstica. Em suma, se as características anatômicas determinam a qual sexo o indivíduo pertence, o gênero é uma construção social que define o que significa ser de um sexo ou de outro na sociedade (Hardy & Jiménez, 2000).

Os campos de atuação de cada sexo são definidos a partir dos papéis que a sociedade atribui a homens e mulheres. O conceito de papel social foi adotado da literatura e do teatro, e assinala comportamentos que os indivíduos exercem de forma contínua e cotidiana (Nader, 2002; Nader & Caminoti, 2014). O termo remete à metáfora da vida humana, como o drama, e é naturalmente antiga, sendo introduzida por Shakespeare, no século XV. Mas o uso do "papel" como um conceito técnico nas ciências sociais, como uma maneira séria de explicar o comportamento social em geral, fornecendo uma maneira prática de vincular a ideia de um lugar na estrutura social à ideia de normas culturais (Connel, 1995).

A partir do conceito de “papel social”, podemos estabelecer uma analogia com uma peça teatral, onde homens e mulheres são intérpretes, que se expressam de acordo com um roteiro pré-estabelecido, para um público que avalia seu desempenho. O Papel social também pode ser entendido como o conjunto de direitos e deveres que determinam o *status*, ou seja, a posição que o indivíduo ocupa na sociedade (Nader, 2002).

D´amorin (1997) explica que o estudo dos papéis de gênero focaliza os inúmeros papéis sociais que podem ser exercidos por pessoas de ambos os sexos, procurando criticar até que ponto o gênero do indivíduo introduz diferenças no exercício destes

papéis. Alguns papéis são particularmente sensíveis à influência do sexo, dadas às expectativas do grupo e da própria pessoa, para a maneira "correta" de exercer o papel em questão. Com efeito, as práticas sociais adotadas e a internalização de estereótipos e crenças sobre determinado gênero partem de perspectivas naturalizantes, que predefinem papéis específicos para o masculino e o feminino.

Quando os estereótipos<sup>2</sup> são associados ao gênero, agrupam características da personalidade, associando-os à construção sociocultural dos conceitos de masculinidade e feminilidade. Assim, traços individualistas ou instrumentais (por exemplo: independente, agressivo, racional) caracterizam-se como sendo pertinentes à masculinidade, e traços coletivistas ou expressivos (por exemplo: amorosa, sensível, delicada), como pertinentes à feminilidade (Blaine, 2007; Wood & Eagly, 2010).

A exemplo disso, Pulcino, Pinho e Andrade (2014), em um estudo qualitativo realizado com grupos de estudantes do ensino médio, da rede pública estadual do Rio de Janeiro, a partir de entrevistas e grupo focal, apontam que as concepções normatizantes acerca dos papéis sociais esperados para mulheres e homens mostram-se ainda profundamente enraizadas em nossa sociedade, mesmo entre os segmentos mais jovens. Os posicionamentos dos participantes indicaram que existe um tratamento diferenciado para cada gênero, trazendo a concepção de proteção à figura do pai e homem, pois as meninas seriam naturalmente e socialmente mais frágeis que os meninos, assim como a recorrência dos estereótipos de gênero da mulher, como recatada, benevolente, maternal, frágil; e do homem, como conquistador, disciplinador, não emotivo, forte etc.

Tais construções sociais deram origem ao mito da superioridade masculina e da inferioridade feminina, que foi solidificando-se e constituindo-se em representações sobre o gênero que perpassam décadas. Tais representações são internalizadas estrategicamente de forma não consciente. Como cita Moscovici (2010), são “representações superimpostas”, todas construídas e reforçadas pela sociedade.

Em outras palavras, construções atreladas às crenças de diferenças naturais entre homens e mulheres, desse modo, o sexismo seria uma consequência naturalizada pelas experiências de socialização, vivenciadas por homens e mulheres (Swim & Hyers, 2009), como abordaremos um pouco mais à frente no capítulo.

---

<sup>2</sup> Allport (1954) esclarece que nem todo estereótipo é proveniente de conhecimento verdadeiro sobre características de um grupo, além disso, generalizações estereotípicas não comportam as singularidades de um indivíduo; conseqüentemente, estereótipos podem resultar em atribuições imprecisas de características a indivíduos e até mesmo fundamentar preconceitos.

Retomando a discussão da masculinidade no âmbito acadêmico, Griffin (2014) explica que a questão do masculino emergiu com força nos estudos de gênero no Brasil e no mundo nos últimos anos, especialmente nas discussões e análises sobre sexualidade e saúde reprodutiva, dominadas, até então, por mulheres. Mas, mesmo durante os primeiros anos do ressurgimento do feminismo, nos anos 1960, e do início dos “estudos das mulheres”, antes do desenvolvimento do conceito de gênero, havia homens interessados em participar da reflexão sobre essas questões.

Entretanto, anteriormente à apropriação da temática pelas ciências sociais e mobilizações da própria sociedade, já havia outras formas de conhecimento sobre masculinidade e feminilidade. No decorrer do século XIX e XX, houve projetos de conhecimento voltados para uma ciência do gênero e do masculino.

Uma das primeiras perspectivas estava associada aos estudos evolucionistas do século XIX, foi utilizando modelos naturalistas que interpretam a masculinidade como uma consequência biológica da formação humana, perspectiva puramente sexual-biológica, delimitada pela posse ou não de um objeto físico, o pênis, tais preceitos estão associados principalmente a ciências biológicas (Silva, 2000).

Como resultado, foi-se institucionalizando, através dos discursos técnico-científicos, a concepção de que a identidade e as ações sociais dos homens seriam delimitadas por sua aparelhagem física, e que a diferença entre os sexos era fruto de uma estrutura natural inquestionável (Botton, 2007; Griffin, 2005).

Uma das primeiras áreas de estudo a questionar parte dessa concepção naturalista foi à psicanálise. Freud questionou o objeto aparentemente natural, a masculinidade, e promoveu uma análise de sua composição. Os primeiros trabalhos de Freud (1900/1996; 1909/1990)<sup>3</sup> coincidiram com a efervescência, na Europa, das ideias dos círculos da “*intelligentsia*”, que produziu literatura modernista, pintura e música de vanguarda, ideias sociais radicais, feministas espirituosas e movimentos socialistas, e o primeiro movimento de direitos homossexuais.

---

<sup>3</sup> Obras que contavam com os primeiros enunciados dos princípios psicanalíticos: a ideia de continuidade entre a vida mental normal e neurótica, os conceitos de repressão e o inconsciente e o método que permitia que os processos mentais inconscientes fossem “lidos” através de sonhos, piadas, lapsos da língua e sintomas. Freud entendia que a sexualidade e o gênero dos adultos não eram fixados pela natureza, mas eram construídos meio de um processo longo e conflituoso, o “Complexo de Édipo”, um emaranhado emocional da meia-idade envolvendo desejo por um dos pais e ódio pelo outro, como o momento-chave desse desenvolvimento. Essas ideias foram documentadas inicialmente em dois estudos de caso “Little Hans” e “Rat Man”, em 1909. Aqui Freud identificou um momento formativo na masculinidade e retratou a dinâmica de uma relação formativa.

Com essas influências, e na medida que sua prática clínica o afastava da ortodoxia profissional, Freud faz de sua obra o ponto de partida do pensamento moderno sobre a masculinidade. Mesmo não possuindo uma discussão sistemática sobre masculinidade, caracteriza-se em um dos temas mais contínuos em seus escritos (Connel, 1995).

Freud sublinhou a variedade de significados dos conceitos masculino e feminino, situando a masculinidade e feminilidade não são apenas como dados da natureza, mas também como um trabalho da cultura sobre esses dados. Ou seja, são entidades reais, simbólicas e imaginárias, sendo a tese freudiana do Complexo de Édipo um divisor de águas, pois, a partir dela, criou-se a concepção de que a masculinidade é formada de acordo com as relações familiares (Afonso, 2007; Botton 2007).

Contudo, de modo mais direto, a crítica feminista da segunda metade do século XX foi a principal delatora da concepção essencialista de sexualidade, levantando-se a compreensão de que os sexos não definem os comportamentos sociais, mas, sim, os gêneros, que eram construídos e delimitados culturalmente e socialmente. Suas origens remontam aos debates do final do século XIX, sobre a diferença sexual, quando a resistência à emancipação das mulheres era reforçada por uma doutrina científica de diferença sexual inata. A exclusão das mulheres das universidades, por exemplo, foi justificada pela alegação de que a mente feminina tinha características muito delicadas para lidar com os rigores do trabalho acadêmico.

A primeira geração de mulheres que ingressou nas universidades norte-americanas de pesquisa não apenas violou essa doutrina, elas também questionaram suas pressuposições, pesquisando as diferenças nas capacidades mentais entre homens e mulheres, desencadeando um enorme volume de pesquisa, que fluiu desde os anos 1890 até os 1990, tendo, como ápice, os já citados movimentos sociais que surgem a partir de 1960 (Botton, 2007; Connel, 1995; Connel. 2000).

Paralelo a essa organização, também no âmbito universitário e em outros espaços da classe média, formaram-se coletivos de homens dedicados à reflexão sobre sua própria experiência no patriarcado, que assumiram as críticas feministas e reconheceram, como seus, os hábitos masculinos de dominação e desvalorização.

Com isso, estudos sobre “os novos conflitos na masculinidade”, relacionados a novas demandas, principalmente perante homens na classe média, como sutilezas e expressão de sensibilidades, antes consideradas femininas, nas relações sociais e afetivas, assim como a relação entre delinquência e ausência paterna; podem ser encontrados em

revisões de literatura sobre o gênero masculino, com estudos provenientes da década de 1950, ou seja, antes do feminismo. (ver Carrigan, Connell, & Lee, 1987; Giffin, 2005).

Portanto, mesmo antes do “Movimento de Liberação das Mulheres”, a literatura sobre o “papel sexual do homem” na psicologia social e na sociologia reconheceu a natureza social da masculinidade e as possibilidades de transformação da conduta dos homens. Com os escritos surgidos da década de 1970, a crítica à teoria dos papéis forneceu a base conceitual principal para o primeiro movimento de homens antissexistas (Kimmel, 1998).

Em sintonia com algumas críticas pós-estruturalistas, os movimentos sociais feministas levantaram questionamentos quanto à universalidade da supremacia masculina declarada, uma vez que se encontraram diversas incompatibilidades entre os modelos de poder masculino e a vivência de inúmeros homens. Além disso, levantaram-se teses baseadas em estudos qualitativos, especialmente psicológicos, apontando para um sentimento de fragilidade do homem frente à violência, à frieza e ao sofrimento da construção social da virilidade masculina. Tais alegações, levadas a consequências lógicas, permitiram que se defendesse, teoricamente, uma “crise da masculinidade” (Botton, 2007).

Um resultado desse movimento foi a conseqüente criação dos estudos “masculinistas”, ou “*men’s studies*”, inicialmente em países mais desenvolvidos, como Estados Unidos, França e Inglaterra. O aumento da produção literária, denominada “literatura masculinista”, ou seja, produções literárias que desconstruem uma identidade masculina baseada nos ideais de masculinidade, voltadas aos papéis tradicionais de gênero, questionam as premissas que anteriormente eram instituídas aos modelos tradicionais de masculinidade (Silva, 2006).

No contexto nacional, a ideia de crise da masculinidade também foi principal impulsionadora do “Simpósio do Homem”, evento ocorrido no Brasil, em 1985, cujo centro da discussão era a suposta crise, fundamentada em diversas causas, dentre as quais estão as próprias transformações comportamentais das mulheres, na moral sexual, e os questionamentos feministas contra o patriarcado, estabelecendo um “peso sobre a masculinidade e estimulando os autores e autoras que se atentaram para os estudos sobre as masculinidades no campo das ciências humanas, de modo geral.

Com isso, a partir dos anos 1990, o interesse pelos estudos sobre masculinidades começou a desenvolver-se de maneira mais sistemática no País, apesar de muitos autores e autoras desenvolverem suas argumentações a partir de uma noção de crise dos homens,

como uma crise de um padrão de masculinidade hegemônica, o qual lhes sobrecarregava com o “peso da masculinidade”. Esta preocupação, ainda que contestável (ver Connel, 1995; Kimmel, 1998), foi de grande importância para incentivar a reflexão sobre a construção social da masculinidade no Brasil de autores como Cuchinir (1992), Neves (1987), Buffon (1993), Almeida (1996), Nolasco (1995; 1995), Goldenberg (1991; 1992) e Trevisan (1998).

Nessas perspectivas, concentrou-se grande parte dos debates acerca da masculinidade. Botton (2007) e Oliveira (2004) colocam, em seus estudos, que uma das mais ricas formas de abordar a masculinidade é através do diálogo teórico-conceitual, dentre os diversos campos das ciências humanas, em especial História, Sociologia, Antropologia, Letras, Filosofia e Psicologia; estimulando o pensar, na masculinidade, como da historicidade de suas inter-relações sociais e culturais, criticando as noções rígidas de abordar a masculinidade que tende, por vezes, tratar o “homem” enquanto identidade única, a-histórica e essencialista.

### **3.2 Masculinidade hegemônica e outras masculinidades: Poder, dominação e violência**

Para Connel (2000), o masculino é uma concepção genérica e não universal, ou seja, depende da sociedade em que está inserido, não existe um padrão de masculinidade que seja encontrado em todos os lugares. Diferentes culturas e diferentes períodos da história constroem a masculinidade de maneira diferente. Por exemplo, o significado de masculinidade da classe trabalhadora é diferente do significado na classe média, assim como é diferente entre homens negros e brancos.

Nessa perspectiva, a autora sustenta a ideia que mais de um tipo de masculinidade pode ser encontrado dentro de um dado ambiente cultural, seja um local de trabalho, bairro ou grupo de pares; e que existem diferentes entendimentos de masculinidade e diferentes maneiras de “fazer” a masculinidade (Connel, 2000), nas palavras da autora “*diferentes masculinidades não se sentam lado a lado como pratos em um banquete; existem relações definidas entre eles*”. (p. 4).

Haveria masculinidades “mais honradas” que outras e algumas mais desvalorizadas, como, por exemplo masculinidades homossexuais ou as masculinidades das minorias étnicas, a exemplo de homens negros e indígenas; enquanto outras seriam tomadas como masculinidades admiráveis e exemplares, como as dos heróis esportivos

(Connell, 2000). Adotando essa premissa, é válido dizer que existe uma forma de masculinidade que é culturalmente dominante, assumindo-se como a ideal em uma dada estrutura social conhecida como "masculinidade hegemônica" (Connell, 2000).

É importante ressaltar que, em todos os grupos sociais, existem a masculinidade hegemônica e as masculinidades subordinadas (Kimmel, 1998). Contudo, a masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico (como a mais usual); apenas uma minoria dos homens consegue alcançá-la, mas, certamente, ela é normativa, servindo de parâmetro para hierarquizar condutas masculinas e diferenciar-se de atribuições femininas, ou seja, constitui uma série de práticas e símbolos compartilhados socialmente, como de um ideal de masculinidade (Connell & Messerschmidt, 2013).

Muszkat (2006) descreve o padrão de masculinidade denominada hegemônica, afirmando que este se baseia fundamentalmente no modelo patriarcal:

Tem como valores: o poder do homem sobre a mulher e crianças e a complementar submissão da mulher a ele, atribuindo lugares de superioridade e inferioridade a uns e outros. Associa virilidade e masculinidade à força física, prontidão sexual, coragem. Este homem é ainda provedor e emocionalmente forte, uma vez que fragilidade é algo associado ao universo feminino. Sendo assim, é necessário afastar-se de qualquer atributo vinculado ao mundo das mulheres, o que os leva a um comportamento homofóbico. O risco de uma aproximação de cunho mais afetivo com um outro homem pode levá-lo a ser mal-interpretado como alguém com pendores homossexuais. Ele é regido por rígidos padrões quanto ao comportamento sexual, em que é imposta uma atividade intensa do homem e um recato e timidez da mulher. Ao homem está reservada a esfera do mundo da rua, do público, e à mulher, o mundo da casa, doméstico, privado. Desta forma, exige-se que o homem tenha emprego (implicando, assim, entradas financeiras suficientes para o provimento da família) e que a mulher cuide da casa, dos filhos, do marido. (Muszkat, 2006 p. 19).

Kimmel (1998), em seu estudo, propõe-se a localizar a emergência histórica da versão hegemônica de masculinidade nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. O autor compara a masculinidade ao desenvolvimento de alguns países que implicam no subdesenvolvimento deliberado e específico de outros. Então, nessa perspectiva, como a criação da metrópole implica, simultaneamente, a criação da periferia, à medida que o ideal hegemônico de masculinidade se estabelece, este é criado por oposição a um feixe de "outros", cuja masculinidade é problematizada e desvalorizada. Ou seja, O hegemônico e o subalterno surgem em uma interação mútua, mas desigual, em uma ordem social e econômica dividida em gêneros.

Assim, compreendemos que as masculinidades: variam de cultura a cultura; variam em qualquer cultura no transcorrer de um certo período de tempo; variam em qualquer cultura através de um conjunto de outras variáveis; outros lugares potenciais de identidade e variam no decorrer da vida de qualquer homem individual (Connel, 1995).

Kimmel (1998) afirma que é importante esclarecer que masculinidades são construídas simultaneamente em dois campos inter-relacionados de relações de poder: nas relações de homens com mulheres (desigualdade de gênero) e nas relações dos homens com outros homens (desigualdades baseadas em raça, etnicidade, sexualidade, idade, etc.). Assim, para o autor, dois importantes elementos constitutivos na construção social de masculinidades são o sexismo e a homofobia.

De acordo com Tajfel (1982) as identidades são assumidas a partir do conflito estabelecido entre os grupos a que sentimos pertencer e os grupos a que não pertencemos, assim há uma tendência de supervalorizar seu grupo e desvalorizar outros.

De acordo com Guerra et al. (2015), a construção de um gênero é interdependente da construção do outro, ou seja, para que um homem aprenda o que é ser homem, é necessário que ele tenha clareza do que significa ser mulher. Apenas assim ele poderá manter-se afastado de qualquer prerrogativa social que o aproxime do universo feminino.

Welzer-Lang (2001) nos explica que o feminino se torna um polo oposto ao masculino, não sendo possível ter características tidas femininas para não ser assimilado a uma mulher, pois aqueles que não podem provar que tem as características necessárias a masculinidades, são ameaçados de serem desclassificados e diminuídos na hierarquia dos homens. Desse modo, a masculinidade não é apenas a formulação cultural de um dado natural, ela é um processo de construção social contínuo e disputado.

A manutenção desse processo é, permanentemente, vigiada e, sobretudo, autovigiada. O homem é socialmente cobrado, e deve, o tempo todo, evitar posturas não másculas e também fornecer provas de sua masculinidade (Kimmel, 1998; Hardy & Jiménez, 2000). Tais características condicionam a maioria dos homens a assumirem uma postura de baixo autocuidado (Gomes, 2003), atitudes que colocam a vida dos homens em risco.

Dados do Ministério da Saúde (2010) demonstram que 83% das mortes por homicídios e acidentes no Brasil têm homens como vítimas, significando mais de 110.000 mortes por ano. Recortes de raça, classe e orientação sexual atravessam e influenciam todos esses índices, em diferentes medidas, fazendo com que homens negros, pobres ou

LGBTs, enquanto masculinidades marginalizadas, sintam bem mais essa violência (Connel, 2000).

Além dos dados citados acima, o Atlas da Violência (2019), produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), assegura que, atualmente, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 75 são negras. E entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de indivíduos não-negros diminuiu 6,8%. No mesmo período, a taxa entre a população negra subiu 23,1%. (Atlas da Violência, 2018). A análise dos dados nos conduz a perceber que a interseção do fato de ser homem, negro e jovem, culmina numa vulnerabilidade maior desses indivíduos à violência no Brasil.

A manutenção dessa realidade se apoia na premissa que a masculinidade construída ao longo da vida pode ser perdida de acordo com as circunstâncias e a história de cada indivíduo. Seguindo este pensamento, outro elemento chave da concepção de masculinidade é o poder, ou seja, ser homem significa ter e exercer poder; e o poder associado à masculinidade requer algumas características, como vencer, ordenar, atingir metas e ser duro (Hardy & Jiménez, 2000).

Portanto, mais do que uma oposição ao feminino, a masculinidade é uma construção imersa em relações de poder, que é frequentemente algo invisível aos homens, cuja ordem de gênero é mais privilegiada (homens brancos, heterossexuais e de classes mais abastadas, por exemplo), com relação àqueles que são menos privilegiados por ela, e aos quais isto é mais visível (homens negros, homossexuais e de classes menos favorecidas, por exemplo) (Connel, 2000; Kimmel, 1998).

Desse modo, a hegemonia masculina se refere à dominação cultural na sociedade, imersa em relações de gênero específicas de dominação e subordinação entre grupos de homens/mulheres e homens/homens. (Bourdieu, 2012; Kimmel & Tissier-Desbordes, 1999).

Bourdieu (2012), em sua já citada tese da “Dominação Masculina”, relaciona a vantagem masculina, nas relações de gênero, não só em relações às forças físicas, mas também às forças simbólicas. A dominação dos homens sobre as mulheres, via de regra, ocorre no campo do simbólico, com o reconhecimento da legitimidade de um discurso dominante (por exemplo, a naturalização da submissão feminina).

A violência simbólica é fruto da exposição prolongada e precoce as estruturas de dominação e hierarquização entre homens e mulheres. Para Bourdieu (2012), violência simbólica é a forma incorporada da relação de dominação, a estrutura social faz esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em

ação para ver-se e avaliar-se, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro, etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto.

Referindo-se ao caráter naturalizado destas relações (homem/mulher), Bourdieu (2012) nos oferece uma interessante contribuição, ao dizer que a dominação de gênero impede que tanto homens quanto mulheres possam pensar fora do esquema de dominação masculina, levando-os a interpretar essa relação como natural e, assim, conspirar por sua própria dominação; fenômeno que podemos associar às representações sociais compartilhadas sobre gênero, pois esses conhecimentos compartilhados sobre a realidade que cerca os indivíduos podem engendrar práticas e atitudes em relação aos mesmos (Moscovici, 2010).

Bourdieu (2012) ainda esclarece que a cultura que reproduz e perpetua as relações hegemônicas masculinas de gênero, onde práticas de dominação dos homens sobre as mulheres são avalizadas, não se restringe ao universo masculino, pois a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina só pode ser compreendida se atentarmos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres.

Portanto, uma visão androcêntrica assim, continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina, trazendo como resultado da incorporação de práticas sexistas, compartilhada na mesma estrutura social, influencia as mulheres também confirmarem tal preconceito (Bourdieu, 2012).

Glick (2013) afirma que sexismo benevolente, por exemplo, tende a recompensar as mulheres com atitudes pseudopositivas, as quais permitem que as mesmas se conformem com estereótipos e papéis que servem às necessidades dos homens. Em outras palavras, as mulheres, por compartilharem extensamente destes mesmos códigos e valores, e também os compreenderem por naturais; contribuem com sua manutenção (Muskat, 2006).

Bourdieu (2012) coloca que as divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração, estão instituídas entre os gêneros, onde os homens dominam o espaço público e a área de poder (sobretudo econômico, sobre a produção), ao passo que as mulheres ficam destinadas, predominantemente, ao espaço privado (doméstico, lugar da reprodução) em que se perpetua a lógica da economia de bens simbólicos. Dessa forma, a identificação da mulher com o domínio privado do lar, assim como a caracterização do homem como provedor e sujeito do domínio público, obedece a uma estrutura social de estereótipos de gênero.

O estudo de Muskat (2016), que promove uma intersecção entre violência e masculinidade, demonstra-nos que, ao naturalizarmos esse modo de organização social binário, que determina, de forma quase dogmática, os atributos femininos e masculinos, além de endossar papéis tradicionais de gênero; propaga comportamentos que envolvem práticas, tais como agressão física, desqualificação sistemática da(o) companheira(o), negligência afetiva em relação à(ao) companheira(o) e/ou aos filhos, negligência financeira em relação aos filhos, proibições de vida pública à mulher, e tantos outros comportamentos que não são identificados como práticas violentas ou como atos que visam à manutenção do lugar de poder, mas como práticas naturais ligadas a um ou outro sexo, frequentemente consideradas necessárias para a constituição do caráter de identidade masculina.

A relação entre o público e privado, descrito por Bordieu (2012), traz outro ponto central na construção e afirmação da identidade masculina, o trabalho, que, para os homens, não está ligado à escolha, e sim a uma necessidade, pois o trabalho remunerado é uma função que, culturalmente, atribui-se ao homem (Connel, 2000). É o trabalho que constitui a base da respeitabilidade masculina na sociedade, na medida em que permite ao homem obter reconhecimento, segurança e autonomia.

A perda do emprego, portanto, provocaria a sensação de diminuição da masculinidade, sensação seria percebida não só pelo próprio homem, mas também por sua companheira e filhos (Nader & Caminoti, 2014); como é representado na música “Um homem também chora”, do cantor e compositor Gonzaguinha, na qual retrata o pensamento de um homem, um “pai de família” que só se sente realmente honrado com um emprego, “[...] um homem se humilha se castram seu sonho, seu sonho é sua vida e vida é trabalho, e sem o seu trabalho, um homem não tem honra e sem a sua honra se morre, se mata” (Gonzaquinha, 1983).

O estudo produzido por Prokos e Padavic (2002), realizado com participantes de um curso, em uma academia de polícia nos EUA, revelou, através de uma abordagem qualitativa, a manutenção de uma masculinidade hegemônica e premissas ligadas a estereótipos de gênero, na qual, apesar de um discurso oficial de neutralidade de gênero, emergem, informalmente, brincadeiras e comentários que excluem as mulheres, e demarcam a diferença de gênero como a mais importante. Assim, a entrada de policiais femininas abala a representação do trabalho de policial como uma profissão inerentemente masculina.

A concepção da masculinidade neste contexto é associada ao uso de armamentos, combate ao crime, agressividade, resistência aos comandos, brigas e aspiração por atuar em áreas urbanas com altos níveis de criminalidade. Já a percepção da feminilidade se vincula a características opostas, como domínio do lar, virtudes morais, regras formais, trabalho social, limpeza e emotividade.

A desigualdade de poder entre o universo masculino e o feminino também reflete uma maior liberdade (talvez exigência) de expressão de sexualidade para os homens. A própria definição de masculinidade, de acordo com o dicionário, é a qualidade do masculino, que inclui virilidade e ser viril, enérgico, forte e masculino.

Observa-se que a masculinidade é baseada em valores físicos que são posteriormente transformados em valores morais (Silva, 2000). Assim, a masculinidade é sexualizada e é tratada como sinônimo de virilidade. Com isso a sexualização da palavra, e suas representações simbólicas, associam-se ao pênis e aos comportamentos decorrentes do fato de possuí-lo, além de ter que dar provas de seu funcionamento. Desse modo, para muitos homens, a masculinidade está relacionada com o tamanho do pênis, usado como um instrumento para medir a virilidade e representação de sua masculinidade (Barbosa, 1998).

Portanto, a sexualidade erótica masculina é centrada em seu próprio prazer, o que é outra expressão do poder de macho, em que a mulher é objeto de desejo sexual e a provedora desse prazer. A masculinidade, dentro dessa construção, é dimensionada de acordo com a exclusividade e multiplicidade dos parceiros heterossexuais. A satisfação está centrada nos seus próprios genitais, assim como nas conquistas amorosas, ereção, penetração e proezas sexuais são símbolos da autoafirmação da virilidade (Hardy & Jiménez, 2000).

Entretanto, práticas violentadas (sejam simbólicas ou físicas) não são apenas direcionadas às mulheres, mas também aos próprios homens com suas diferentes masculinidades. Welzer-Lang (2001) propõe que há realmente um duplo paradigma naturalista que define, por um lado, a superioridade masculina sobre as mulheres e, por outro lado, normatiza o que a sexualidade masculina produz, uma norma política homofóbica, legitimando a violência contra homossexuais (Smigay, 2002).

Assim, aquele que se distingue por uma razão ou outra, por sua aparência ou seus gostos sexuais por homens, representam uma forma de não-submissão ao gênero, à normatividade heterossexual, e são simbolicamente excluídos do grupo dos homens, por pertencerem aos “outros”.

Scardua & Souza Filho (2006) referem-se a essa diferenciação como heterossexismo, que seria a crença que qualquer tipo de comportamento, por parte dos homens, que possa ser considerado feminino, não é aceitável. Herek (2004) acrescenta que esse sistema ideológico nega e estigmatiza o comportamento relacionado à homossexualidade, como sendo inferiores à heterossexualidade

Na mesma medida em que a sociedade caracteriza o homem como uma pessoa “difícil”, esse rejeita suas afeições e expressão de sentimentos, principalmente com pessoas do mesmo sexo. É comum um homem em formação que gostaria de expressar sentimentos de ternura, começar a ter dúvidas sobre sua masculinidade. Assim, podem adotar práticas homofóbicas, e a identificação com um comportamento exageradamente machista para esconder dúvidas sobre sua própria masculinidade (Hardy & Jiménez, 2000).

Desta forma, a masculinidade é transformada em um alinhamento que implica suprimir emoções e sentimentos, e negar necessidades. O homem chega a temer experimentar e demonstrar sentimentos de ternura e afeto, afastando-se não só da mulher, mas de outros homens, tornando-se rara a intimidade com pessoas do mesmo sexo (Hardy & Jiménez, 2000; Kaufman, 1994).

A restrição emocional, que de acordo com Guerra et al. (2014), trata-se da necessidade de esconder as emoções e não aparentar vulnerabilidade, e isso é uma realidade vivenciada pelos homens brasileiros.

Em uma vasta pesquisa realizada pelo site Papo de Homem, intitulada “O silêncio dos homens”<sup>4</sup>, que possui 43.153 participantes, sendo 27.702 homens, descobriu-se que 40% dos participantes homens afirmam que foram ensinados a não expressarem suas emoções, sete, em cada 10 homens, concordam que foram ensinados, durante a infância e adolescência, a não demonstrarem fragilidade, de modo que, apenas dois, em cada 10 homens, tiveram exemplos práticos e boas conversas frequentes sobre como lidar com suas emoções e expressá-las de maneira saudável, durante a infância e adolescência.

De acordo com Weaver (2008), a expressão de emoções é negada por conta de a masculinidade ser percebida como um estado precário, que necessita de constante confirmação para ser mantida.

---

<sup>4</sup> Pesquisa completa disponível em <https://papodehomem.com.br/report-da-pesquisa-parte-1-os-numeros-de-o-silencio-dos-homens/> acessado em: 10 de novembro de 2019.

Segundo Welzer-Lang (2001), o próprio “aprender a ser homem” é uma violência, pois é necessário que o menino aceite a lei dos maiores, dos antigos: daqueles que lhe ensinam as regras e o saber ser homem. De acordo com o autor, Para que os jovens homens se insiram nos primeiros grupos, ocorre uma batalha para estar no mesmo nível que os outros e depois para ser o melhor, ganhando, assim, o direito de estar com os outros homens ou para ser como eles.

Para o autor, tanto para os homens como para as mulheres, a educação se faz por mimetismo, contudo, esse processo de adaptação é imerso violências. Sobre essa violência, Bourdieu (2012) pontua que o privilégio masculino é também uma cilada, e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levada, por vezes, ao absurdo que impõe, a todo homem, o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade. A virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança); é, acima de tudo, uma carga.

Apesar dessa forte carga sobre a construção da masculinidade, Bourdieu (2012) afirma que não seria um absurdo comparar a masculinidade a uma nobreza, pois o homem não pode, sem derrogação, rebaixar-se a realizar certas tarefas socialmente designadas como inferiores, as mesmas tarefas podem ser nobres e difíceis, quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres. Essas avaliações negativas dos indivíduos em suas atuações, tendo como base diferencial seu gênero, apoiam o *status* de desigualdade entre mulheres e homens, sendo uma nítida expressão de sexismo (Hyers & Swin, 2009).

Tendo em vista as várias expressões de violência e tensionamentos relacionados à construção da masculinidade, atualmente, há um visível aumento de tópicos relacionados aos esforços para acabar com a violência contra as mulheres, sobre direitos reprodutivos e igualdade, saúde dos homens, crescimento vocacional masculino, relacionamentos masculinos e outros assuntos relacionados. Como resultado deste interesse global, começou a surgir uma série de instituições, institutos acadêmicos e centros, preocupadas com a saúde dos homens e sua masculinidade.

Na Austrália, por exemplo, o “*Australian Psychological Society*” abriga um grupo de interesse intitulado “*Psychology of Men and Masculinities*” (Psicologia de Homens e Masculinidades). O “*Center of Gender Research*”, que está localizado na Universidade de Oslo, e a “*International Association for Studies of Men*”, que é sediada pelo “*Work Research Institute*”, em Oslo, Noruega. A “*Men’s Health Network*”, fundada em 1992,

em Washington, dedica-se a proporcionar, aos homens, educação, saúde e informação de intervenção. Em nível internacional, outras organizações de referência, dedicadas ao estudo das questões de saúde masculina, localizam-se em Viena, na Áustria e em Bruxelas, na Bélgica (Cochran, 2010).

Um fenômeno que vem ganhando espaço no Brasil, para além do meio acadêmico, são os grupos de apoio aos homens, organizações, como os “Guerreiros do Coração” e o “Clã Lobos do Cerrado”, que existem há mais de 20 anos<sup>5</sup>, como o intuito de disponibilizar um espaço de acolhimento e compartilhamento de experiências masculinas, a fim de refletir sobre novas possibilidades de vivenciar a masculinidade de uma forma menos rígida, tanto para os próprios homens quanto para as pessoas que o cercam, discutindo ainda práticas mais saudáveis de compartilhamento de emoções e identificação de condutas machistas, homofóbicas e sexistas.

### **3.3 Masculinidade e cultura da honra**

Apesar do desenvolvimento de novas possibilidades de masculinidades e discussões acerca das problemáticas sociais relacionadas à masculinidade hegemônica, a violência e os crimes relacionados ao gênero masculino ainda são altos.

De acordo com os dados divulgados pelo Relatório Mundial de Homicídios (2019), feito pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)<sup>6</sup>, as taxas mundiais de homicídio masculino são mais altas que o feminino. Os homens têm cerca de quatro vezes mais chances que as mulheres de perderem suas vidas, como resultado de homicídio intencional. Os dados ainda indicam que os homens foram responsáveis por oito, em cada dez vítimas de homicídio em todo o mundo. No entanto, o mesmo relatório sugere que mais de oito, em cada 10 vítimas de homicídios cometidos por parceiros íntimos, são do sexo feminino (<https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet1.pdf>, recuperado em 18 de outubro, 2019).

Embora mulheres representem uma porcentagem bem menor de vítimas em relação aos homens, elas são um dos principais alvos dos homicídios cometidos por parceiros íntimos ou por familiares, segundo o relatório do UNODC. Aproximadamente

---

<sup>5</sup>Informações retiradas do link: <https://papodehomem.com.br/como-articular-um-grupo-de-homens-guia-basico/>. Acessado em 09 de agosto de 2019.

<sup>6</sup> Agência especializada da ONU (Organização das Nações Unidas), para mais informações acessar: <https://nacoesunidas.org/agencia/unodc/>

nove, a cada dez suspeitos em casos de homicídio, são homens. Uma média de 137 mulheres em todo o mundo são mortas por um parceiro ou membro da família todos os dias, sendo o ambiente doméstico o local mais provável para uma mulher ser morta. É importante destacar que mais da metade das 87.000 mulheres mortas em 2017 foram mortas pelas mãos das pessoas mais próximas. Desse número, aproximadamente 30.000 mulheres foram mortas por um parceiro íntimo, e outras 20.000 por um parente (UNODC, 2019).

Em meio a esse cenário de violência de gênero, um caso tomou destaque mundial nos últimos meses. Uma jovem palestina, Israa Ghrayeb, de 21 anos, vítima do que parece ser um “crime de honra”, cometido por seu próprio irmão por ordem do pai. O motivo seria por conta de um vídeo na internet da jovem ao lado de um rapaz com o qual planejava se casar. Para o pai e o irmão, a demonstração pública de afeto antes do casamento causou “desonra” à família. A reportagem do portal G1 coloca que, entre as famílias mais conservadoras no Oriente Médio, os crimes de honra não são incomuns.

Mulheres acusadas de desonrar a família, ao não seguirem leis estritas de comportamento, são vítimas de violência cometida por seus próprios parentes, destacando que a própria legislação penal possui brechas que são usadas pelas cortes palestinas para perdoarem ou garantirem penas lenientes aos homens que cometem violência contra mulheres, quando eles argumentam que agiram para proteger a honra da família<sup>7</sup>.

Contudo, não é necessário afastarmo-nos muito de nossa cultura para percebermos situações dessa natureza. De acordo com o Atlas da Violência (2019), o Brasil, em 2017, teve o maior número de feminicídios registrados desde 2007, um crescimento de 30,7% no número de homicídios de mulheres nesse período.

Importante ressaltar a desigualdade racial a partir da comparação entre mulheres negras e não negras vítimas de homicídio, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% no período citado, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%.

Trazendo a discussão para uma perspectiva regional, neste cenário, o Nordeste é tido com a região brasileira que teve o maior crescimento de crimes desta natureza, tendo o Rio Grande do Norte como o Estado que apresentou o maior crescimento, com

---

<sup>7</sup> Reportagem completa disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/09/03/morte-de-jovem-palestina-assassinada-pela-familia-apos-postar-video-com-namorado-causa-protestos-pelo-mundo.ghtml>

crescimento de 214,4%, entre 2007 e 2017, seguido por Ceará (176,9%) e Sergipe (107%).

Segundo os dados disponibilizados pela Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres de Nossa Senhora da Glória, entre janeiro e julho de 2019, em Sergipe, houve um total de 5.148 ocorrências que se enquadram na Lei Maria da Penha, sendo 2.268 ocorrências registradas apenas em Aracaju. Nos 15 municípios correspondentes ao sertão sergipano, ocorreu um total 377 ocorrências; número que pode ser maior, pois o medo das dificuldades materiais, em razão de sua dependência econômica, assim como os sentimento de culpa e vergonha, são obstáculos à denúncia da violência (Moreira, Boris & Venâncio, 2011).

O crescimento dos índices de feminicídios no Nordeste tem como alguns dos fatores envolvidos a discrepante desigualdade socioeconômica e a forte cultura machista (Campos, Ferreira, Barros, & Silva, 2011; Nobrega Junior, 2017; Batista, Oliveira Júnior, Musse, 2019).

Contudo, os dados disponíveis não nos possibilitam indicar quantos desses crimes têm, como motivação, a defesa da honra, contudo, tais crimes têm, como pano de fundo, uma cultura que reforça o temor do homem em ser considerado menos homem, sendo uma das principais causas de comportamentos violentos (Brown, et al., 2018).

Com o intuito de compreendermos melhor como se dá a relação entre masculinidade, violência e honra, neste estudo, iremos utilizar, como base teórica, a Teoria da “Cultura da Honra”, que tem, como premissa, a afirmativa que, em certas sociedades, a reputação de um indivíduo ou sua honra, especialmente os do sexo masculino, representa um dos pontos centrais de sua vida, devendo ser ferrenhamente defendida contra até a menor das ameaças (Cohen & Nisbett, 1996; Reed, 1982).

Desse modo, a honra é um princípio que possui estruturas arraigadas nas instituições e valores de determinada cultura (Rohden, 2006), ou seja, o que se entende por honra, do que é ser uma pessoa honrada ou sobre fatores preocupantes em relação à honra, sofre mudanças de acordo com a cultura e com o papel social exercido pelos cidadãos de determinado contexto. (Araújo, 2016).

### ***3.3.1 Considerações sobre a honra***

Desde as sociedades mais antigas, o homem necessita de uma base comum para estabelecer e manter relacionamentos sociais dentro do seu grupo de pertença, e esta base comum está pautada nas normas e valores morais.

Arthur Schopenhauer, importante filósofo do século XIX, em seu compêndio póstumo “Arte de se fazer respeitar ou tratado sobre a honra” (2003), ressalta que a honra, ou a respeitabilidade, é um sentimento fundamental e se refere ao reconhecimento social de cada indivíduo e, como tal, encontra-se em todas as épocas e sociedades, aparecendo desde a antiguidade, em conjunto com conceitos próximos de “glória” e “fama”.

Uma das primeiras definições rigorosas do conceito de honra foi dada por Aristóteles, nas argumentações iniciais da *Ética a Nicômaco*. Na obra, Aristóteles apresenta a célebre distinção das três formas de vida, às quais correspondem outras tantas concepções da felicidade: a) a vida dedicada ao prazer, b) a prática-política, e c) a teórico-contemplativa.

A honra estaria na concepção prática-política das escolhas da vida, dessa forma, seria a opinião que os outros fazem do nosso valor ou da nossa dignidade, a honra é o motivo que está na base da participação da vida política da cidade, assim, o pensador define a honra como o valor que os outros fazem de nós, sendo um dos maiores bens exteriores.

Trazendo o conceito de honra e os núcleos simbólicos comumente a ele associados (moral e moralidade, por exemplo), para estudos contemporâneos, percebemos que este é reconhecido como um dos conceitos clássicos da teoria social e importante elemento para a compreensão de determinados sistemas sociais, muito frequentemente, tomado mais como um pressuposto que como objeto de estudos. (Rohden, 2006).

Levando em consideração os estudos desenvolvidos por Piaget e Kohlberg, considerando a influência do nível de desenvolvimento cognitivo, podemos conceber que o desenvolvimento no julgamento moral é estimulado, sobretudo, pela cultura que se insere, pela interação social e pelos grupos de pertença.

Piaget (1994), que, em seu livro “*O juízo moral na criança*” de 1932, explica que a moralidade envolve um conjunto de regras que existe devido à necessidade de uma convivência interpessoal. Para o autor, o desenvolvimento moral segue uma evolução que transita da moral heterônoma à autônoma. O estágio da heteronomia é caracterizado por relações de coação entre os sujeitos, pelas quais os mais jovens cumprem ordens e obedecem à autoridade dos mais velhos; o que enseja um respeito unilateral.

Esse tipo de obediência decorre de sentimentos relacionados ao medo da figura de autoridade, medo do castigo e ainda medo de perder o amor desse sujeito. Entretanto, a partir das relações de cooperação e pelo respeito mútuo que se apresentam nessas interações sociais, é que as crianças começarão a perceber o adulto como um semelhante, e não um superior a elas. Assim, as relações de coação cedem lugar às de cooperação e, conseqüentemente, o respeito unilateral vai dando lugar ao respeito mútuo, pelo qual passamos ao estágio da autonomia.

Assim, um indivíduo que se desenvolve moralmente será capaz de alcançar um convívio social adequado com pares, para os quais as regras deverão fazer sentido. Será na convivência cotidiana, que as mensagens e os valores serão transmitidos constantemente, mesmo sem intenção.

O resultado esperado de um desenvolvimento moral que segue seu curso é a construção de um sujeito autônomo, ou seja, um sujeito que vivencia, em suas relações sociais, parâmetros de reciprocidade que lhe permitam uma convivência de respeito mútuo com os seus pares, para que siga valores e regras em comum. Assim, tratar de desenvolvimento moral é tratar do desenvolvimento de crenças, valores e ideias dos indivíduos acerca do certo e do errado ou, em outras palavras, de seus juízos. (Borges & Alencar, 2009).

A moralidade também foi estudada em profundidade por Kohlberg, que realizou estudos longitudinais nos Estados Unidos acerca do tema, utilizando-se de dilemas morais, onde os participantes foram divididos em três grupos etários de 10, 13, e 16 anos. Apresentava os enredos dos dilemas e pedia aos sujeitos que apontassem soluções aos mesmos, sempre justificando suas respostas.

Esses dilemas morais hipotéticos eram destinados a colocar o indivíduo diante de um conflito entre a conformidade habitual a regras ou à autorização em oposição a uma funcionalidade maior. A seguir, analisava e categorizava as informações que obtinha, considerando as justificativas, o valor moral intrínseco e os argumentos apresentados pelo sujeito participante da entrevista (Araújo, 2016).

Um dos famosos dilemas utilizados foi o "dilema de Heinz", no qual questiona se o protagonista deve roubar uma droga para salvar sua esposa da morte, já que o único medicamento disponível lhe é fornecido por um preço mais alto, que ele não pode pagar. Desse modo, a história é representada como um conflito entre o valor de preservar a vida e o valor de manter a propriedade e as premissas éticas.

A partir da análise das respostas e dos raciocínios apresentados pelos sujeitos, Kohlberg (1984) organizou sua teoria em três níveis, cada um contendo dois estados, que seriam hierarquicamente formados frente ao desenvolvimento cognitivo. Para o estabelecimento desses seis estágios, o autor se amparou em três pontos: 1- o valor moral defendido, 2- a justificativa, e 3- a consciência sócio-moral do sujeito:

Nível I – Pré-convencional: O valor moral se localiza nos acontecimentos externos, quase físicos, em atos maus ou em necessidades quase físicas, mais do que em pessoas ou padrões. Esse nível equivale à fase heterônoma de Piaget, onde a criança avalia algo como certo ou errado, de acordo com as consequências das ações, e varia entre os quatro anos e dez anos de idade.

Estágio 1 – Orientação para a obediência e castigo. Neste estágio, a criança avalia algo como bom ou mal de acordo com as consequências físicas, ignorando assim as motivações que levaram o ato a ocorrer; a criança concebe como moralmente errado, se for punida; e moralmente correta, se for premiada.

Estágio 2 – Orientação ingenuamente egoísta. A ação correta é a que satisfaz, instrumentalmente, às próprias necessidades e, eventualmente, a dos outros. A criança não avalia ou faz o julgamento pela consequência física, mas, por suprir necessidades que ela tenha. Sendo assim, suas ações de certo ou errado vão estar voltadas para uma reciprocidade, relacionadas aos acordos sociais seguidos em vista dos interesses pessoais.

Nível II – Convencional: O valor moral se localiza no desempenho correto de papéis, na manutenção da ordem convencional e em atender às expectativas dos outros. Neste nível, que varia entre os dez e os treze anos, a criança já internalizou as regras sociais e as segue com objetivo de manter o bem estar comum, porém, não é correto percebê-lo unicamente como conformismo, mas, sim, com a preocupação de refletir o bom, o certo, de forma a não causar dano no outro, busca-se alcançar as diretrizes estipuladas pelas intuições e grupos sociais que o indivíduo faça parte.

Estágio 3 – Orientação de bom menino e boa menina. Orientação para obtenção de aprovação para agradar os outros. Conformidade com imagens estereotipadas ou papéis sociais e julgamento em função de intenções. Neste estágio, busca-se agradar e ajudar o outro em seu entorno, e aceitar as organizações sociais como naturais.

Estágio 4 – Orientação de manutenção da autoridade e ordem social. Orientação para cumprir o dever e demonstrar respeito com a autoridade e para manutenção da ordem como um fim em si mesmo.

Nível III – Pós-convencional, autônomo ou nível de princípios: O valor moral se localiza na conformidade consigo mesmo, com padrões, direitos e deveres que são ou podem ser compartilhados. Busca-se definir o que é moralmente correto, não pela tomada de autoridade, sendo um processo mais consciente e reflexivo. Nesse nível, que surge na adolescência ou no início da vida adulta, já se tem a capacidade cognitiva de abstração, fazendo assim com que se possa ponderar os conflitos morais existentes e posiciona-se perante eles.

Estágio 5 – Orientação contratual legalista. Reconhecimento de um elemento ou ponto de partida arbitrário nas regras, no interesse do acordo. O dever dos direitos dos outros e da vontade e bem-estar da maioria. Sendo assim, a legislação é um acordo social composto democraticamente, assegurando direitos individuais e coletivos, sendo dada, a essas normas, a possibilidade de serem alteradas, quando necessárias, ou não cumprirem seu objetivo frente à sociedade ou ao grupo específico.

Estágio 6 – Orientação de consciência ou princípios. Orientação não apenas para regras sociais realmente prescritas, mas para princípios de escolha que envolva apelo à universalidade lógica e consistência. Orientação para consciência, como agente dirigente, e segundo respeito e confiança mútua, levando em consideração a escolha de dos seus princípios éticos que fundamentam sua vida. Vale salientar que esses princípios são abstratos, são encarados de forma lógica e têm caráter universal, independente das opiniões alheias e das legalidades (Para um maior detalhamento, ver Kohlberg, 1984).

Nessas perspectivas de desenvolvimento moral, Piaget e Kohlberg demonstram que existe uma correlação entre o nível de desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento moral. Desse modo, o indivíduo precisa ser capaz de fazer proposições lógicas, classificar e considerar possibilidades e hipóteses, bem como deduzir implicações para que possa elaborar julgamentos morais de níveis mais elevados. São fatores de desenvolvimento moral: a) o nível de desenvolvimento cognitivo; b) o ambiente; c) as interações sociais, e d) as oportunidades de desempenho dos papéis sociais (Fini, 1991).

Assim, tipos de comportamentos, maneiras de portar-se, valores sociais e percepções acerca do mundo são passados de geração para geração, e um dos códigos de grande importância, e que influencia muito as ações individuais e coletivas, são as normas relacionadas à honra (Rodriguez Mosquera, Manstead & Fischer, 2000).

### ***3.3.2 Cultura da honra e suas dimensões***

De acordo com Rodriguez Mosquera et. al. (2008), partindo do pressuposto e que a honra corresponde a valores compartilhados, baseados na imagem ou reputação social, ou seja, a representação que os outros têm de nós e o quanto eles nos valorizam, é possível perceber que centralidade da imagem social nas culturas de honra tem implicações importantes nos processos psicológicos. Uma delas é a forte influência da imagem social na autoimagem dos componentes nessa cultura, além da estabelecer a proteção dessa autoimagem social como preocupação psicológica central. Desse modo, as pessoas de culturas de honra deveriam ser mais propensas a confrontar a pessoa que as insultou, como forma de proteger a sua imagem social.

Isto significa que as situações sociais em que o indivíduo é avaliado negativamente por outros, como em situações de insulto, representam uma ameaça especialmente forte à imagem social. Esta ameaça à imagem social tem de ser combatida. Na verdade, não fazer nada ou retirar-se em resposta a um insulto, leva à desonra. Entendendo, nesse caso, o insulto como um comentário ou gesto negativo e depreciativo sobre quem somos, o que pensamos ou o que fazemos (Rodriguez Mosquera et al., 2008).

De fato, os insultos também conduzem à vergonha, tanto nas culturas de honra como nas outras (Rodriguez Mosquera, Manstead, & Fischer, 2002). Entretanto, em sua investigação, estes autores demonstraram que os insultos provocam raiva e vergonha entre grupos culturais, que diferem na sua orientação para os valores culturais. As pessoas que endossam valores individualistas (por exemplo, independência, autonomia, domínio) sentem-se com raiva e vergonha de um insulto, como pessoas que endossam valores coletivistas (por exemplo, honra).

Além da propensão ao uso da violência para defesa da honra, as sociedades que exibem uma cultura de honra colocam um alto prêmio na força e na consideração social (especialmente entre os homens) em relação à pessoa, família, reputação e propriedade, presumivelmente, porque fatores econômicos e sociais tornaram tais prioridades socialmente adaptáveis em algum momento no tempo (Nisbett, 1993).

Para Rodriguez Mosquera et al. (2008), nessa organização social há um código constituído por um conjunto de valores que definem padrões do que seja conduta honrosa, vergonhosa ou desonrosa. Esses valores são subdivididos, enfatizando diferentes tipos de preocupação. Isso se refere ao grau de preocupação do indivíduo com a questão da honra, ou seja, quanto mais ele se preocupa, mais intensas podem ser suas reações emocionais diante de ameaças a essas normas.

Essas preocupações se dividem em quatro dimensões do constructo: Honra familiar, honra social, honra masculina e honra feminina. A honra familiar diz respeito aos comportamentos individuais têm impactos sobre a reputação da família, baseiam-se numa identidade comum partilhada com pessoas que fazem parte da família. Nesse caso, qualquer desonra causada por um membro dessa família afetará os demais (Rodríguez Mosquera Fischer, & Manstead, 2004). Podemos exemplificar esta dimensão com um caso já citado neste estudo, o da jovem Israa Ghrayeb, vítima de “crime de honra”, cometido pelo próprio irmão.

Já a honra social está relacionada à integridade caracterizada por uma interdependência do sujeito com um grupo social maior, e envolve a reputação do indivíduo em qualquer relação pessoal. Há uma ênfase na manutenção e no reforço da harmonia nas relações sociais, e isso é feito pela manutenção da integridade, que, por sua vez, está associada a um significado interno de honra, que valoriza a lealdade, honestidade e generosidade para os outros e para si.

Nesse ponto, é perceptível a influência dos grupos sociais como o fator central na estruturação dos fenômenos identitários, na medida em que desempenham o papel de demarcadores de atitudes de determinado grupo, em uma determinada cultura. (Torres & Camino, 2011).

Apesar dos códigos de honra serem estabelecidos para todos, há uma diferença no fator gênero (masculino ou feminino). Daí, o terceiro tipo de preocupação é a honra masculina, que enfoca a necessidade do homem parecer forte e capaz de responder ofensas que atinjam sua masculinidade ou sua família (Rodríguez Mosquera et al., 2000, 2002).

Esse tipo de preocupação está ligado aos fatores envolvidos na construção do gênero masculino, como força, virilidade, autoafirmação e autoridade; para manter e proteger a família (Connel, 2000). A proteção da honra pode, em alguns casos, envolver o uso de agressão. É provável que isto aconteça quando a honra masculina é ameaçada.

Pesquisas comparando os homens do Norte dos EUA com seus homólogos do Sul mostraram que os homens do Sul, orientados pela honra, são mais propensos a usar agressão em resposta a provocações ou insultos, que retratam seus parentes femininos como sem vergonha sexual; o ameaçam sua masculinidade (Cohen & Nisbett, 1994; Cohen, Nisbett, Bowdle & Schwarz, 1996; Nisbett & Cohen, 1996). Assim, as ameaças à honra masculina podem ser enfrentadas com respostas agressivas.

A honra feminina se refere a características do universo feminino, que devem ser mantidas para ser uma mulher honrada; características essas que endossam os papéis tradicionais de gênero (Hyers & Swin, 2009). Dessa forma, de acordo com Rodriguez Mosquera et al. (2002), a mulher deve demonstrar pudor, recato e modéstia no que concerne à sexualidade, devendo ser virgem enquanto solteira e sexualmente ativa apenas com o marido depois de casada. Neste caso, a melhor reputação está relacionada à castidade, sendo a única exceção a reprodução dentro do casamento.

### 3.3.3 *Cultura da honra e violência*

Ao redor do mundo, as culturas variam em múltiplas dimensões, que podem ter profundas influências sobre os comportamentos, crenças e valores. Uma dessas dimensões da variação cultural diz respeito à ideologia da honra (Nisbett & Cohen, 1996). Para Rodriguez Mosquera et al. (2002), a cultura local, por exemplo, é um dos principais responsáveis pelo modo que a honra é apresentada.

Se tomarmos, por exemplo, o Japão, o período no qual a cultura samurai predominou foi uma época onde a sociedade nipônica esteve permanentemente predisposta à prática suicida, não apenas através da conhecida prática do *Harakiri*, prática do *Harakiri*, que corresponde ao ritual que era utilizado para redimir o guerreiro do sentimento de vergonha, por algum ato ou exposição vexatória que ele teria sido submetido. Nesse ritual, o guerreiro, utilizando uma espada, cortava o próprio abdômen (Quadros, 2010).

A concepção de cultura de honra deriva da teoria da subcultura da violência, defendida por Marvin Wolfgang e Franco Ferracuti (1967). Essa teoria parte do princípio que a violência pode ser considerada normal em alguns contextos subculturais, logo, é a resposta antecipada e adequada em várias situações sociais (e.g. insultos e manifestações públicas de desrespeito). Assim, não só a violência é esperada, mas a incapacidade de demonstrar esta norma tem fortes consequências, o que torna a violência uma resposta social necessária e um resultado previsível em contextos subculturais. (Cohen & Nisbett, 1996).

Na medida em que a honra é buscada por todos os componentes de determinada cultura, a probabilidade de que dois indivíduos entrem em atrito de forma fatal é muito alta, além de perceber-se envolvido em um conflito em que nenhum dos dois pode voltar atrás, pois, como está em jogo a reputação social, os indivíduos sabem o que se espera

dele ou dela; e importante, sabendo que todos conhecem as regras de sua cultura, eles também sabem o que é esperado de seus oponentes. (Cohen e Nisbett, 1994; Cohen, Nisbett, Bowdle & Schwarz, 1996).

Brown, Osterman e Barnes (2009), em seu primeiro estudo, propuseram-se a vincular a cultura de honra a índices de violência escolar nos EUA. Utilizando bancos de dados públicos, foi possível constatar que é maior o número de estudantes do ensino médio, em estados de cultura da honra, que relataram ter trazido uma arma para a escola pelo menos uma vez no mês anterior. Em seu segundo estudo, avaliaram se a cultura de honra prevê níveis reais de violência nas escolas dos EUA. Para isso, utilizaram banco de dados de tiroteios em escolas em um período de 20 anos, de 1988 a 2008.

Em posse dos dados, foi percebido que, dos 108 tiroteios registrados no banco de dados, 75% deles ocorreram em Estados com altos índices de cultura de honra. Assim, houveram aproximadamente 3 vezes mais tiroteios em escolas situados em estados de cultura de honra do que em estados que não endossam tanto esse constructo (Brown *et. al.*, 2009).

Cohen e Nisbett (1994) nos explica que, na ausência de qualquer senso forte de ordem como unidade, hierarquia ou paz social; a sociedade estabelece um sistema de justiça retributiva, tendo como princípio o *lex talionis*, isto é, lei de talião, que consiste na rigorosa reciprocidade do crime e da pena, apropriadamente chamada de lei de retaliação. Ou seja, o “homem bom” deve agir corretamente, mas se tiver uma conduta indevida, deve ser punido pelos erros que cometeu por um ato de retribuição, restaurando assim a ordem e a justiça no mundo.

Diante dessa delimitação, é possível afirmar que as pessoas que vivem em Estados de cultura de honra tendem a endossar atitudes de apoio à violência, defesa da reputação, da família ou da propriedade de alguém. São mais favoráveis à pena de morte e mais intolerantes, assim como propensas a exibir retaliação agressiva em resposta a insultos e outras ameaças de honra. (Brown et al., 2009; Cohen & Nisbett, 1994; 1996; Rodriguez Mosquera et al., 2000; 2002).

Copes, Kovandzic, Miller e Williamson (2016), promovendo uma análise sobre a relação entre a posse de armas e pressupostos da honra, apontam que as leis de controle de armas reforçam a mentalidade da fronteira da autossuficiência para proteção e provisão (e.g., caça), leis relativas à autodefesa (por exemplo, o grau de direito do cidadão de utilizar a força na defesa da casa e da propriedade), proporcionam a esses indivíduos o

direito de lutar que seria ilegal na maioria dos estados.

Essas características legais, associadas à alta valorização da honra masculina (que será discutida mais à frente no capítulo), tornam os indivíduos do Sul do EUA mais favoráveis ao uso da violência para manutenção da reputação individual ou compartilhada.

### ***3.3.4 Cultura da honra e sua relação com a região***

Cohen e Nisbett (1994) afirmam que as culturas orientadas para a honra surgem em sociedades com leis frágeis e ambientes economicamente inseguros, onde as pessoas sentem a necessidade de resolver problemas sociais por si mesmas, em vez de depender de qualquer autoridade externa. A individualidade se torna uma característica central da definição das culturas de honra em todo o mundo, e envolve a manutenção e defesa da reputação (tanto pessoal quanto coletiva), que podem servir para deter a agressão e a exploração externa.

Em uma cultura típica de honra, a reputação é tudo, e as pessoas são permitidas, e até mesmo esperadas, para irem ao extremo para manter e defender sua reputação contra ameaças. Mais especificamente, os homens, em culturas de honra, esforçam-se para construir e defender reputações de força, bravura e intolerância por desrespeito. (Reed, 1982; Cohen & Nisbett, 1994).

Reed (1982) realizou uma análise histórica sobre a “cultura da honra”, no Sul dos Estados Unidos, onde os índices de homicídio são os maiores do país. A noção de uma “cultura da honra” ajudou a explicar porque o padrão de criminalidade nessa região sempre foi tão característico.

Pesquisas sobre honra nos EUA têm demonstrado as consequências dessa ideologia cultural, tanto dentro quanto fora do laboratório. Como pode ser percebido no estudo realizado por Cohen, Nisbett, Bowdle e Schwarz (1996), onde estudantes brancos e universitários, no Sul dos Estados Unidos, participaram de experiências laboratoriais, avaliando se os sujeitos em questão reproduziam a cultura da honra e de que forma poderiam manifestar-se nas cognições, emoções, comportamentos e reações fisiológicas. A partir dos dados apurados, ficou claro que os sujeitos naturais do Sul do país, tinham reações mais violentas, quando expostos a situações que atingiam sua honra, tais como o insulto. Entre os participantes, os sulistas eram mais propensos que os de outras regiões do país a experimentar níveis mais elevados de *stress*, raiva ou agressão.

De acordo com os autores citados acima, as condições históricas e econômicas perpetuaram a cultura de honra no Sul norte-americano, uma vez que se tornou importante estabelecer a sua reputação com tenacidade mesmo em assuntos que podem parecer pequenos na superfície.

Cohen e Nisbett (1994) esclarecem que, durante séculos, o Sul dos EUA foi considerado mais violento que o Norte. Esta região que historicamente tem uma economia baseada em grande parte no pastoreio, e os estudiosos observaram que este tipo de criação em culturas em todo o mundo tende a ser mais aberta a certas formas de violência; os pastores ou proprietários de terras se mostram mais propensos a usar a força para defender suas posses.

Nesse tipo de economia, é importante estabelecer uma reputação, como caráter duro e como um impedimento para o roubo. Essa ênfase na autoproteção foi provavelmente adaptável na fronteira sul, quando o indivíduo não podia contar com leis que era falhas. Esse tipo de cultura tende a enraizar-se em terras altas e em áreas pouco férteis, onde a sobrevivência do indivíduo não depende da cooperação de outros membros da comunidade, mas apenas de si mesmo. (Brown, Baughman & Carvalho, 2018).

Cohen e Nisbett (1994), fazendo uso de dados nacionais de controle de armas, chegaram à conclusão que, devido à sua forte ética de autoproteção e retribuição, os indivíduos moradores do Sul são aqueles que têm maior probabilidade de possuir armas. Para além de possuir, os sulistas são mais propensos a ver suas armas como instrumentos de proteção (não um esporte), assim como mais propensos a transportarem suas armas consigo, sentirem-se mais seguros, se tiverem de posse de uma arma, e mais prontos para usar sua arma, caso sua casa seja invadida.

Os autores ressaltam ainda que, em ideologias onde a honra é tão importante, os argumentos podem levar a afrontas que demandam retribuição (contra-ataque). A disponibilidade de armas aumenta a chance que a retribuição será mortal.

### ***3.3.5 Cultura da honra no Brasil***

No contexto brasileiro, o conceito é geralmente articulado com expressões de violência, como homicídio e o abuso psicológico. O estudo realizado por Souza, Roazzi e Souza (2009), tendo como público-alvo detentos pernambucanos, divididos entre indivíduos que praticam homicídio e aqueles que não o fizeram, a partir dos resultados do estudo, os autores perceberam que honra seria um dos principais componentes do ato

infracional (homicídio).

Em outro estudo realizado em Pernambuco, desta vez por Souza (2010), com homicidas e não homicidas presos, e com homens sem histórico criminal (em liberdade), foi possível, a partir dos resultados, eliminar causas preditivas do homicídio. A análise permitiu rejeitar fatores como: deliberatividade, apego, testosterona, frustração econômica e renda, descartando, assim, diversos fatores baseados em estruturas individuais, e apontando para a cultura da honra como uma explicação eficaz para a prática (ou tendência) ao homicídio entre os pesquisados.

Em outro estudo realizado em Pernambuco, Souza (2015) se propôs a analisar quais características psicológicas e socioculturais interagem para produzir uma maior propensão ao homicídio, Tendo como participantes 587 indivíduos, sendo 286 (48.7%) do sexo masculino e 301 (51.3%) do sexo feminino, foi utilizada a escala de honra (*Honor Scale*), de Rodriguez Mosquera et al. (2008), que mensura as dimensões: Honra masculina, honra feminina, honra social e honra familiar; sendo essa correlacionada com informações coletadas através de um questionário que abordavam sobre importância das leis, costumes, religião e família para os participantes, assim como atribuição de pena fictícias a homicidas. Os resultados demonstraram que o aspecto da cultura da honra, mais diretamente relacionado ao homicídio, é a junção de uma elevada “honra masculina” e um baixo nível de “honra social”. Quanto mais o indivíduo se apoia na manutenção da honra masculina, mas ele tem propensão ao homicídio.

Já Alencar (2019), em seu estudo que se propõe a analisar as relações entre preocupações com a honra e a supressão emocional, utilizando Escala da Honra, de Rodriguez Mosquera et al. (2008), Questionário de Regulação Emocional (ERQ), de Gross (2003) e um questionário com questões fechadas sobre abuso em relacionamento íntimo. Os resultados demonstram que a cultura da honra constatada corroboram com práticas de violência psicológica, onde, quanto maior o nível de aderência às normas típicas da cultura da honra, maior a probabilidade de o sujeito responder com abuso psicológico em relações amorosas; situação constatada tanto com os homens quanto com as mulheres da pesquisa.

### ***3.3.6 Cultura da honra, masculinidade e sexismo***

Dentro da relação entre honra e masculinidade, Brown et al. (2018) colocam que em culturas onde o *status* dos homens é derivado da sua adesão às normas sociais

baseadas em honra, as mulheres tendem a ser vistas pelos homens como confirmações e recompensas para a obtenção de respeito e precedência social (ou seja, honra).

Em seu estudo que se propunha a examinar se a ideologia de honra também pode levar os homens a se envolverem em comportamentos agressivos e sexualmente coercivos em relação às mulheres, Brown et al. (2018) compilaram as estatísticas sobre o número de todos os homens adultos, brancos, presos por estupro e violência doméstica em 2008, 2010, 2012 e 2014, para cada estado dos EUA, tendo como base os dados do Departamento de Justiça daquele país. As análises demonstraram que as taxas médias de estupro, ajustadas pela covariável, perpetradas por homens brancos em estados de honra, foram, aproximadamente, 30% superior que nos Estados não-honrados. Nos dados sobre os homicídios domésticos, o resultado foi ainda mais surpreendente, onde a taxa média entre homens brancos, em Estados de honra, foi, aproximadamente, 72% maior que nos em outros Estados.

Dentro de culturas de honra, o homem tem papel ativo. Cabe a ele impor a fidelidade às mulheres, quando necessário, e, em caso de infidelidade feminina, essas devem ser punidas para diminuir qualquer dano adicional à reputação e laços sociais da mulher, mais especialmente relacionados à reputação masculina. Assim, em culturas de honra, os homens, muitas vezes, sentem-se justificados a se envolverem em agressões para controlar suas parceiras (ou membros femininos da família), e as mulheres são encorajadas a suportar tal tratamento por uma questão de honra. (Rodriguez Mosquera et al., 2002; Brown, et. al., 2018).

Como foi ilustrado no início deste capítulo, a forma mais extrema dessa violência baseada em honra é o assassinato de honra, no qual homens (especialmente irmãos, maridos e pais) chegam ao ponto de assassinar parentes do sexo feminino por terem “manchado” o nome da família, por comportamento percebido como desonroso.

Tal comportamento pode incluir infidelidade sexual a um marido, mas também pode envolver não permanecer virgem antes do casamento, ou mesmo estar sozinha com um homem não parente (Brown, et. al., 2018). Atitudes de defesa da honra e práticas de discriminação às mulheres foram correlacionadas no estudo produzido por Saucier, Stanford, Miller, Martens, Miller, Jones, McManus e Burns (2016), que demonstraram uma associação positiva entre as crenças relacionadas à honra e o sexismo benevolente e hostil (Glick & Fiske, 1996).

Assim, a pesquisa mostra que os homens orientados para a honra demonstram uma tendência a manter atitudes sexistas em relação às mulheres, e tendem a expressar apoio

aos mitos do estupro e a avaliar as vítimas de estupro de forma especialmente negativa. No entanto, eles não tendem a endossar abertamente o conceito de estupro, ou mesmo coerção sexual leve, por isso, não está claro se tais atitudes (e a ideologia cultural subjacente) podem se relacionar com o comportamento interpessoal real.

Desse modo, a partir dos princípios discutidos sobre a teoria da cultura da honra, neste estudo, utilizaremos os termos "culturas de honra" para referirmo-nos a culturas em que a honra é um valor cultural central e uma preocupação psicológica fundamental. Assim como, o conceito focal de honra será utilizado, bem como usado na hipótese de Nisbett e Cohen (1996), que não é empregado no "senso de integridade de caráter", mas no sentido de uma manutenção da reputação de *status* e poder.

Esta caracterização enfatiza a honra de um homem em termos de dureza, capacidade e, mais importante, a vontade de defender sua reputação e propriedade contra insultos ou ameaças de perda. As discussões que envolvem os assuntos identidades de gênero, honra, masculinidade e patriarcalismo têm contribuído muito para o entendimento do que vem a ser o universo masculino e, conseqüentemente, o porquê de tantos homens agirem de maneira violenta em diversas situações. Contudo, faz-se necessário um maior aprofundamento nas discussões sobre gênero, mais especificamente na violência e nas relações de gênero na sociedade.

### **3.4 Masculinidade e o Sexismo Ambivalente**

Contemporaneamente, há uma clara ascensão de posicionamentos e atitudes de combate às práticas de dominação e segregação das mulheres. Grande parte dessa mudança ocorre em função da apropriação das mulheres do espaço público, antes dominado apenas por homens.

Swin e Hyers (2009) explicam que, em consequência das mudanças trazidas pelo movimento feminista, as mulheres, nos países ocidentais, rejeitaram a cidadania de segunda classe, obtendo direitos de voto, posse de propriedade, direito igualitário ao divórcio, candidatura a cargos públicos, escolhas sobre cuidados pessoais de saúde e reprodução, busca de educação superior, desenvolvimento de carreiras de sua escolha, e tomando medidas legais contra abuso, assédio sexual e estupro. Embora o *status* das mulheres seja muito variado em todas as culturas, os esforços para resistir à opressão sexista podem ser encontrados em todo o mundo.

Formiga (2007) nos lembra que apesar de todos esses avanços e mobilizações, mesmo com tantos enfoques e investidas sociais e políticas, na busca por inibir ou diminuir a desigualdade social, em relação às formas de discriminação frente aos diversos grupos sociais; não é possível notar uma diminuição significativa quanto à manifestação social do preconceito, ao contrário, ele vem se apresentando sob uma versão sutil, aderente à norma antissexismo. É possível perceber a ascensão de práticas discriminatórias “politicamente corretas”, que contribuem em direção especulativa do preconceito nas ciências humanas e sociais e porque este ainda permanece na sociedade, principalmente em relação às mulheres.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2016) desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mesmo trabalhando mais horas, a mulher segue ganhando menos em relação ao homem. Apesar da diferença entre os rendimentos de homens e mulheres ter diminuído nos últimos anos, em 2016 elas ainda recebiam o equivalente a 76,5% dos rendimentos dos homens.

Uma combinação de fatores pode explicar essa diferença. Apenas 39,1% dos cargos gerenciais eram ocupados por mulheres. Essa discrepância cresce com a faixa etária, indo de 43,1% de mulheres em cargos de chefia no grupo até 29 anos de idade, e apenas 31,8% no grupo de 60 anos ou mais. Os dados descritos demonstram que, apesar de todos os avanços observados com relação às mulheres, ainda não é possível afirmar que existe equidade entre os gêneros (IBGE, 2017).

Segundo a Federação da Indústria do Estado de Sergipe (2012) e o Ministério do Trabalho e Emprego (2014), a população da indústria de transformação em Sergipe está estimada em 758 empresas e 48.036 trabalhadores. Com relação às posições dos homens e mulheres neste cenário, é possível perceber a predominância e constância da inserção masculina no setor da indústria de transformação sergipana, pois, entre os anos de 2007 e 2008, 73% dos vínculos formais eram homens e 27% eram mulheres. Já no período correspondente a 2013 e 2014, os dados praticamente se mantiveram inertes, onde 72% dos vínculos eram masculinos, enquanto 28% eram femininos, demonstrando a predominância masculina neste setor de Sergipe (Portela, 2017).

Os dados demonstrados até então, nos mostram que a discriminação por gênero atinge diversos campos da sociedade, por conta de sua estrutura social patriarcal, contudo, estudos da Psicologia Social mais recentes têm mostrado que as atitudes tradicionais a respeito da mulher vêm sendo substituídas por novas formas de sexismo, ou seja, a

manifestação social do preconceito direcionado às mulheres vem se apresentando sob uma versão sutil. (Glick & Fiske, 1996; Ferreira, 2004; Formiga, 2007, 2011).

Aqui, tomaremos por base o conceito de preconceito elaborado por Allport (1954), que descreve o fenômeno como uma antipatia baseada em uma generalização inflexível, que pode ser sentida ou expressa, tendo como alvo um grupo ou indivíduo devido à sua filiação. Desse modo, o preconceito, enquanto um tipo particular de atitude, apresenta um componente cognitivo, um afetivo e um comportamental (Fiske, 1998).

O componente cognitivo se expressa através de estereótipos, isto é, de crenças e representações a respeito dos atributos negativos que caracterizam os membros de determinados grupos sociais; e se manifesta através de sentimentos e avaliações negativas dirigidas a certos grupos, e configura o preconceito propriamente dito. No que diz respeito ao aspecto comportamental, este se associa à discriminação, ou seja, à tendência à prática de atos hostis e persecutórios aos membros de determinados grupos sociais, devido a sua pertença ao grupo (Tajfel, 1982; Ferreira, 2004).

O Atlas da Violência (2019) apontou que, em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa), em decorrência de violência doméstica, números subestimados, dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar. O mesmo estudo explica que a maioria das mortes violentas intencionais ocorre dentro das residências e é perpetrado por conhecidos ou íntimos das vítimas.

Glick e Fiske (1996) propõem que o sexismo é um tipo de preconceito, mas entendem que se trata de um caso especial, marcado profundamente por uma ambivalência (ao invés de uma antipatia uniforme) direcionada a mulheres. Envolvendo avaliações negativas e atos discriminatórios dirigidos às mulheres, o sexismo pode manifestar-se sob a forma institucional (políticas salariais diferenciadas) ou interpessoal, muito embora a primeira propicie o contexto cultural adequado à segunda (Ferreira, 2004).

Swin e Hyers (2009) afirmam que, apesar das comprovações científicas e dados sobre violência de gênero, ainda existem muitos mitos relacionados ao sexismo, como, por exemplo, o mito do sexismo não ser tão prejudicial, tratando assédio sexual como flerte, ou que a divisão de papéis de gênero é boa tanto para homens quanto mulheres, tratando atitudes sexistas como apenas “tradições”. Um segundo mito é que as mulheres desfrutam de seus papéis menores na sociedade, optando livremente por cumprir restrições de gênero, deixando de lado todas as relações de poder envolvidas e as crenças

que promovem normas que as recompensam por adotarem papéis subservientes como crenças religiosas. Por conta disso, as autoras colocam que é necessário documentar o sexismo e suas consequências, de forma a combater os mitos que o cercam.

Dentro desse contexto, Smigay (2002) ressalta que é importante ter em mente que se trata de uma posição que pode ser perpetrada tanto por homens quanto por mulheres; portanto, o sexismo está presente intragêneros, bem como entre gêneros. Pois está impregnado no imaginário social e a um vasto conjunto de representações, socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor prestígio social. Além disso, é necessário estarmos atentos ao fato de que, apesar de ser proibido por lei, o sexismo existe, em maior ou menor medida, em todas as partes do mundo; o que leva a crer que possui amplo impacto na sociedade civil, deixando de ser uma forma aberta de discriminação contra a mulher, assumindo contornos sutis (Formiga, 2007).

Apesar de o sexismo ter sido concebido como um reflexo da hostilidade direcionada a mulheres, é importante contextualizar o fenômeno que, tal como vem ocorrendo com o racismo, também vem apresentando mudanças na sua forma tradicional de expressão (Formiga, Gouveia & Santos, 2002). Glick e Fiske (1996) alertam que, limitar o sexismo apenas a esses aspectos conceituais, acaba por negligenciar um aspecto extremamente importante e significativo: os sentimentos subjetivamente positivos em relação às mulheres, sentimentos esses que muitas vezes andam junto com a antipatia sexista.

A partir dessa conceituação, Glick e Fiske (1996) destacam a emergência de novas formas de sexismo, entendidas como ambivalentes por não serem tão diretas e claras como as posturas mais tradicionais de discriminação, geralmente baseadas na assumida inferioridade ou diferença das mulheres como um grupo. Esse tipo de sexismo se diferencia de outras formas de intolerância social (por exemplo, racial, religiosa, econômica), deflagrando que o preconceito em relação à mulher não é uniformemente negativo, mas permeado de atitudes e comportamentos positivos também; daí a hipótese de que esse fenômeno se manifesta na forma ambivalente.

Nesse sentido, face às legislações antissexistas e aos princípios da igualdade, que são fortemente difundidos na contemporaneidade, o sexismo passa a ser expresso de uma forma mais velada, da mesma forma que o preconceito racial vem modificando-se ao longo do tempo, em função das normas sociais, apresentando-se, muitas das vezes, de forma camuflada.

Em estudo recente, Nascimento (2017) investigou as relações de gênero e o sexismo no ensino superior, utilizando o Inventário de Sexismo Ambivalente (Glick & Fiske, 1996), o Questionário dos Valores Básicos (Gouveia, 1998), e um *checklist* de percepções sobre gênero. Seus resultados indicaram que os 476 participantes (220 homens e 256 mulheres), de 28 cursos diferentes, não apresentaram atitudes sexistas abertas. No entanto, os homens tiveram sua capacidade profissional contestada em poucos cursos, em baixa proporção, e, quando ocorreu, foi em cursos considerados femininos. Já as mulheres tiveram sua capacidade profissional contestada em quase todos os cursos, em alta proporção e independentemente de o curso ser considerado feminino ou masculino. Além disso, mais de 82% dos sujeitos deste estudo já haviam presenciado trotes preconceituosos na instituição, a maioria deles envolvendo atitudes machistas e sexistas, assim como dentro da sala de aula, onde 56% dos alunos já presenciaram professores fazendo piadinhas preconceituosas e, também, neste caso, a maioria delas também de conteúdo machista ou sexista.

O sexismo, enquanto fenômeno social, pode ser considerado um preconceito difícil de mensuração, pois as crenças relacionadas à imagem cultural da mulher, assim como a do homem, não são uniformemente positivas ou negativas. (Glick & Fiske, 1996; Swin & Hyers, 2009). Desse modo, o sexismo mais velado se mostra baseado em uma ideologia “cavalheiresca”, pseudopositiva e gentil, que oferece proteção e afeto às mulheres que adotam papéis convencionais (sexismo benevolente).

De acordo com Glick e Fiske (1996), essa forma de sexismo coexiste com expressões mais flagrantes de antipatia em relação às mulheres, sendo, estas, vistas como usurpadoras do poder dos homens (sexismo hostil). Assim, o sexismo é entendido como um fenômeno multidimensional que engloba duas dimensões de atitudes sexistas: o sexismo hostil e o sexismo ambivalente. Embora possuam valências diferentes, ambas funcionam como complementares para a manutenção das crenças sexistas, resolvendo um conflito entre o desejo da dominância e a dependência afetiva. (Glick & Fiske, 1996, 2001).

### ***3.4.1 Sexismo benevolente e Sexismo hostil***

As crenças sexistas benevolentes sobre as mulheres consistem em: crenças sobre a natureza complementar das diferenças de gênero, endosso do comportamento paternalista e crenças na intimidade heterossexual. Swin e Hyers, (2009) explicam que,

embora os três componentes do sexismo benevolente pareçam positivos à primeira vista, eles podem ser prejudiciais às mulheres por causa das suposições não ditas associadas às crenças. Por exemplo, diferenças complementares de gênero podem ser traduzidas em acreditar que as mulheres são menos competentes que os homens, expressas em crenças como “por trás de todo grande homem existe uma grande mulher”.

As crenças paternalistas podem ser traduzidas em acreditar que as mulheres são infantis e frágeis, e, por isso, precisam de alguém para protegê-las. A intimidade heterossexual pode ser apoiada na crença que as mulheres controlam os homens através de sua sexualidade, por outro lado, precisam de um companheiro para serem felizes. (Glick e Fiske, 1996).

O sexismo benevolente, ao “recompensar” as mulheres por se conformarem com um *status quo* patriarcal, inibe a igualdade de gênero. Mas, geralmente, o efeito sobre os grupos minoritários é ambivalente, podendo ter percepções dúbias sobre sua expressão, contudo, os estereótipos subjetivamente positivos não são necessariamente benignos. Embora o sexismo benevolente possa parecer contraditório, este termo reconhece que algumas formas de sexismo são, para o perpetrador, subjetivamente positivas, caracterizando as mulheres como criaturas puras que devem ser protegidas, apoiadas e adoradas, cujo amor é necessário para completar um homem. Essa idealização das mulheres implica, simultaneamente, que elas são fracas e mais adequadas aos papéis convencionais de gênero. (Glick & Fiske, 2001).

Para Ferreira (2004), o sexismo benevolente pode ser percebido como uma ideologia social que se expressa na superioridade feminina nas relações diádicas, na visão idealizada da mulher como objeto romântico, e nas atitudes de reverência e proteção a seu papel de mãe e esposa, endossando os papéis sociais tradicionais de gênero, onde cabe às mulheres a função biológica da reprodução e a função social de cuidar da casa e dos filhos, assim como satisfazer as necessidades masculinas de intimidade sexual.

Em outras palavras, o sexismo benevolente, ao apoiar-se em crenças sobre a inferioridade feminina, típicas da ideologia patriarcal; serve apenas para justificar o poder masculino e reforçar as desigualdades de gênero. Ferreira (2004) traz ainda como exemplo, o fato de um homem elogiar uma colega de trabalho por sua beleza, mas não por sua competência, que pode encobrir a crença de que os homens são superiores às mulheres no que diz respeito à competência profissional. (Ferreira, 2004).

Glick e Fiske (2001), a partir de suas pesquisas, destacam que, apesar da maior aceitação social do sexismo benevolente, este serve como um complemento crucial para

o sexismo hostil que ajuda a pacificar a resistência das mulheres à desigualdade de gênero na sociedade. Afirmam também que a definição de sexismo hostil corresponde à definição de preconceito, enquanto atitude negativa direcionada às mulheres.

Nessa perspectiva, trata-se da dimensão do preconceito que costuma expressar-se na forma tradicional, em que a mulher é considerada inferior ao homem, incapaz de exercer os mesmos papéis que ele. Manifesta-se de forma hostil, caracterizada por rejeição, refletindo antipatia e intolerância em relação ao papel feminino, como figura de poder e decisão. Seria uma expressão mais flagrante de preconceito em relação às mulheres. (Formiga, 2002).

O sexismo hostil, enquanto atitude prejudicial em relação às mulheres, em paralelo com o benevolente, articula-se em torno das seguintes ideias: 1) um paternalismo dominador, entendendo que as mulheres são mais frágeis e inferiores aos homens, legitimando a figura dominante masculina; 2) a diferenciação de gênero competitiva, ou seja, considerar que as mulheres são diferentes dos homens e que não possuem as características necessárias para triunfar no âmbito público, pelo que devem permanecer na área privada (para a qual estão preparadas); e 3) a hostilidade heterossexual ou considerar que as mulheres têm um “poder sexual” que as tornam perigosas e manipuladoras dos homens (Glick e Fiske, 1996).

Em estudo realizado por Glick, Diebold, Bailey-Werner e Zhu (1997), foi possível compreender como os sexismos hostil e benevolente são componentes do mesmo fenômeno, sem serem conflitantes. Estes autores explicam que, embora prevejam atitudes de valência contrária, em um nível ideológico, eles visam diferentes tipos de mulheres.

O sexismo hostil é provocado por mulheres que são vistas como desafiando o poder dos homens (por exemplo, feministas, mulheres de carreira ou sedutoras), enquanto o sexismo benevolente é direcionado a mulheres que reforçam as relações convencionais de gênero e servem homens como esposas, mães e objetos românticos (por exemplo, donas de casa). Por esse motivo, ambas as dimensões do sexismo se configuram em um sistema de crenças complementar, em vez de conflitante.

Glick e Fiske (2001) afirmam que os homens que endossam crenças hostis e benevolentes sobre as mulheres, provavelmente, experimentarão ambivalência em relação às mulheres, individualmente. No nível da ideologia, pode ser fácil para os sexistas classificarem as mulheres em grupos distintos que são vistos favoravelmente ou desfavoravelmente, mas mulheres individuais (por exemplo, uma irmã mais nova que é feminista), muitas vezes, podem desafiar uma categorização fácil. Por exemplo, um

padrão bem conhecido que ocorre em caso de violência doméstica, quando um marido reage com violência quando sua autoridade é desafiada, mas, depois, expressando remorso e afeição, um padrão que sugere considerável ambivalência sexista (Glick & Fiske, 2001).

Formiga et al. (2002) advertem que os modos de expressão de preconceito de gênero têm diferentes alcances. O sexismo benevolente, por exemplo, é perigoso por sua sutileza, pois, se os sexistas hostis são facilmente identificáveis, os benevolentes não o são e nunca se reconhecem como tal, legitimando suas atitudes estereotipadas e preconceituosas, promovendo, dessa forma, a manutenção de papéis desiguais para homens e mulheres, determinando violência contra as mulheres (Gomes *et al*, 2007).

### **3.4.2 O Inventário de Sexismo Ambivalente**

Glick e Fiske (1996) desenvolveram o Inventário de Sexismo Ambivalente (ISA) para pesquisar essas duas dimensões do sexismo. Trata-se de uma escala para medir as duas dimensões do sexismo ambivalente. Os itens do ISA são construídos com base em três aspectos que permitem a manifestação das duas dimensões do sexismo: o paternalismo, a diferenciação de gênero e a heterossexualidade. Formado por 22 itens (11 de sexismo hostil e 11 de sexismo benevolente), o inventário foi aplicado com 2.250 indivíduos norte-americanos. Os resultados indicaram que os escores do ISA apontam para a presença de atitudes ambivalentes direcionadas às mulheres. Mais especificamente, a escala de sexismo hostil apresentou uma relação com as atitudes e estereótipos negativos sobre as mulheres e, em contraponto, a escala de sexismo benevolente obteve uma relação com as atitudes e os estereótipos positivos direcionados às mulheres, mas apenas para os homens que não eram estudantes.

Utilizando o mesmo instrumento, em um estudo realizado na Espanha, Fernández e Castro (2012) puderam constatar que, dos 852 estudantes (de ambos os gêneros), os homens eram mais sexistas em relação às mulheres, porém, apresentavam atitudes mais benevolentes em relação aos próprios homens, assim como, tanto para homens quanto para mulheres, o nível de estudos se correlaciona negativamente com atitudes sexistas, ou seja, quanto maior o nível de estudos, menor o nível de sexismo.

Resultados próximos também foram encontrados em Portugal. Costa, Oliveira, Pereira e Leal (2015) realizaram um estudo com o objetivo de adaptar o ISA para a população Portuguesa, e avaliar as suas propriedades psicométricas. O inventário foi

administrado em 258 estudantes universitários (de ambos os gêneros), com uma média de idade de 27 anos. Os homens revelaram níveis mais elevados de hostilidade e de benevolência dirigido às mulheres, as mulheres revelaram maiores níveis de hostilidade dirigida aos homens. A hostilidade em relação aos homens aumentou com a idade, enquanto a benevolência diminuiu. O preconceito hostil e benevolente foi maior em pessoas com menos anos de escolaridade, assim como a religiosidade se correlacionou significativamente com os índices de sexismo benevolente, ou seja, quanto mais o indivíduo se identificava como religioso, mais estava propenso a ter atitudes sexistas benevolentes.

O instrumento foi adaptado ao contexto brasileiro por Formiga et al. (2002), que aplicaram o inventário em 200 estudantes universitários, de ambos os sexos, com idade entre 20 e 56 anos. De acordo com os resultados, as mulheres apresentaram uma média maior de sexismo benevolente, enquanto os homens apresentaram uma média maior de sexismo hostil. Ao comparar a média das duas dimensões do sexismo, os autores encontraram que o sexismo benevolente se sobressai entre as mulheres, entretanto, para os homens, a média de sexismo hostil equivale à média de sexismo benevolente. Dados que convergem com a literatura, pois, segundo Glick e Fiske (2001), o sexismo benevolente é pseudopositivo, pois não é apenas subjetivamente favorável em relação às mulheres, ele leva a entender que o poder dos homens será usado em vantagem das mulheres, garantindo a proteção masculina.

Em outro momento mais adiante, Formiga (2011) realizou um estudo com indivíduos de ambos os gêneros, com idade entre 16 e 60 anos, dos estados de Tocantins e Paraíba, nos quais foi aplicado o Inventário de Sexismo Ambivalente. O estudo encontrara indicadores psicométricos consistentes com a bidimensionalidade do sexismo ambivalente. De acordo com o autor, o inventário também mensura os aspectos temporais e geopolíticos do preconceito, frente às mulheres.

A partir do exposto, observamos que, embora a antipatia sexista seja a forma mais óbvia de preconceito contra as mulheres, os estudos sugerem que a benevolência sexista também pode desempenhar um papel significativo na justificação da desigualdade de gênero.

Desse modo, tanto o sexismo hostil quanto o benevolente, parecem ser predominantemente transculturais, apoiando o argumento de que essas ideologias surgem a partir de aspectos estruturais das relações homem/mulher, que são comuns em grupos humanos (Glick & Fiske, 2001).

Nesse sentido, considerando a ambivalência das atitudes relacionadas ao gênero, no presente estudo, utilizaremos o Inventário de Sexismo Ambivalente (Glick e Fiske, 1996), adaptado ao contexto brasileiro por Formiga, Gouveia e Santos (2002), com o intuito de analisar de que forma, entre as representações identitárias sobre a masculinidade e o sertanejo, estão associadas as expressões de sexismo, tanto hostil quanto ambivalente, assim como a cultura da honra.

### **Sumário e conclusões**

O presente capítulo tratou da masculinidade e suas relações com o sexismo, e a defesa da honra. Inicialmente, discorremos sobre a inserção da masculinidade nas discussões acadêmicas, partindo das contribuições do movimento feminista que foram imprescindíveis para questionar o esquema binário que organizava o mundo, como possibilitou uma visão sobre a masculinidade que deixa de ser essencialista e passa a ser compreendida como uma construção social.

Falamos sobre os elementos estruturantes das masculinidades, explicitando que a masculinidade hegemônica, ou seja, a masculinidade que é concebida como ideal em determinado contexto social, desenvolve-se em oposição a grupos, não apenas em relação a outras masculinidades subordinadas ou marginalizadas, mas em relação à ordem de gênero como um todo, configurando-se em uma expressão do privilégio que os homens coletivamente têm sobre as mulheres e outros homens (homens negros, homossexuais, minorias étnicas).

Propomo-nos a demonstrar as relações desta masculinidade, que se baseia fundamentalmente em um modelo patriarcal, com expressões de preconceito e violência. Caracterizamos a cultura da honra, como uma crença de que a agressão, às vezes, é justificável e necessária, como em resposta a insultos ou ameaças, partindo da premissa que sua honra é medida a partir do olhar do outro, pois é a partir desse contato que se estruturam as relações sociais.

Desse modo, compreendemos que crenças masculinas de honra são um fator importante na compreensão das motivações dos homens por comportamento agressivo, particularmente em resposta à provocação, assim como destacamos as novas formas de manifestações de preconceito de gênero, marcadas por uma ambiguidade direcionada a mulheres, caracterizando como sexismo ambivalente, sendo o sexismo mais velado, com uma ideologia pseudopositiva e gentil, que oferece proteção e afeto às mulheres que

adotam papéis convencionais, o sexismo benevolente, e as expressões mais flagrantes de discriminação em relação às mulheres, sexismo hostil.

## CAPÍTULO 4

### ASPECTOS METODOLÓGICOS

---

Este capítulo contempla os aspectos metodológicos da pesquisa, apresentando, inicialmente, os objetivos e as principais hipóteses de trabalho, e, em seguida, o método propriamente dito. A proposição central que orienta o desenvolvimento do presente estudo consiste em analisar as identidades sertaneja e masculina dos homens do sertão de Sergipe e suas relações com sexismo e cultura da honra. Os questionários apresentavam questões baseadas no Inventário de Identidade Psicossocial, de Zavalloni (1984), sendo esse simplificado para ser utilizado em contextos de aplicação coletiva através da associação livre de palavras; foi utilizada também a Escala de Concepções da Masculinidade (Oransky & Fisher, 2009); o Inventário de Sexismo Ambivalente (Glick & Fiske, 1996); assim como um instrumento, por nós desenvolvido, voltado a verificar tendências comportamentais relacionadas à preocupação com a honra conjugal.

#### 4.6 Objetivos

a) Objetivo geral

- Analisar as identidades sertaneja e masculina dos homens do sertão de Sergipe e suas relações com sexismo e cultura da honra.

b) Objetivos específicos

- Analisar a relação entre a identidade sertaneja e a identidade masculina dos homens do sertão de Sergipe;
- Identificar se as concepções de masculinidade reproduzidas estão associadas a uma representação estereotipada e compartilhada socialmente do homem sertanejo;
- Analisar de que forma, entre as representações identitárias sobre a masculinidade e o sertanejo, estão associadas ao sexismo e a cultura da honra.

## 4.2 Hipóteses

H1: As representações identitárias dos sertanejos serão objetivadas, sobretudo por traços que enfatizam a força e a resiliência;

H2: Haverá uma correlação positiva entre cultura da honra, sexismo e as concepções da masculinidade;

H3: As representações sociais do feminino serão objetivadas através da ideia da submissão e essa objetivação irá ancorar-se em índices elevados na cultura de honra e sexismo;

H4: Haverá uma relação correlação positiva entre as representações identitárias sertaneja e masculina com a cultura da honra e o sexismo;

H5: A relação entre a identidade sertaneja e o sexismo será mediada pela cultura da honra.

## 4.3 Participantes

Antes do detalhamento dos dados relacionados aos participantes, é importante ressaltar que, para alcançarmos os objetivos propostos neste estudo, optamos por limitar os participantes a homens do sertão sergipano, por ser uma figura que suscita, no imaginário social, um indivíduo dotado de uma identidade regional indissociável de sua identidade de gênero, convergindo em representações estereotipadas do sertanejo, baseadas nas práticas e discursos sócio-históricos que atravessam o sexo masculino da região. (Albuquerque Junior, 2011; 2013). Portanto, trata-se de um objeto de pesquisa de vasta possibilidade de análise.

Neste estudo, focamos em analisar essas identidades e suas relações com sexismo e cultura da honra, a partir dos dados referentes ao conteúdo identitário sobre o sertanejo e masculino, como também as representações dos participantes com relação ao gênero feminino, além dos instrumentos quantitativos.

Partindo da ideia de que o processo de identidade social não ocorre no vazio social (Tajfel, 1982), entender os tipos de relações intergrupais se torna fundamental para compreendermos de que maneira os indivíduos e os grupos percebem a organização da sociedade, sua estrutura, estabilidade e legitimidade (Torres & Camino, 2013).

Nesse sentido, a categorização social, enquanto representação cognitiva da estrutura social, é inserida como fator central modulador da identidade (Fernandes & Pereira, 2018). Desse modo, compreender de que forma os homens sertanejos de Sergipe

percebem o feminino se torna primordial, pois, além de constituir um conteúdo significativo sobre um exogrupo, a literatura nos mostra que o elemento feminino é indissociável da construção da masculinidade (Connel, 2000; Kimmel, 1998; Welzer-Lang, 2001).

Por este motivo, a representação social do feminino, para estes homens, também foi integrada ao estudo, pois, na medida em que temos acesso às representações sobre este exogrupo, é possível analisar como os participantes se localizam nas expressões identitárias de gênero, identificando os processos de categorização que produzem conteúdos estereotipadas do feminino, e se esse conteúdo tem características sexistas, auxiliando na manutenção de relações assimétricas de gênero.

Participaram do estudo 117 estudantes de uma universidade no sertão sergipano, sendo todos do sexo masculino, residentes na região, com idades entre 17 e 32 anos ( $M=21,9$ ;  $DP=3,26$ ), dos cursos de Medicina Veterinária (39,95%), Engenharia Agrônômica (26,5%), Zootécnica (24,8%) e Agroindústria (12,8%).

Todos os cursos utilizam a metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), oferecidos através de ciclos, cada ciclo corresponde a um ano (dois períodos). Desse modo, os participantes da pesquisa se dividem em Ciclo 1 (41,0%), Ciclo 2 (22,2%), Ciclo 3 (9,4%) e Ciclo 4 (27,4%).

De acordo com a administração da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Campus Sertão, no 2º semestre de 2018 havia um total de 579 alunos, sendo 323 mulheres e 256 homens, ou seja, coletamos dados de 45,7% dos homens matriculados na instituição. Entre os participantes, houve a predominância de indivíduos solteiros (92,3%), seguidos de casados ou em união estável (6,8%) e um (0,9%) participante divorciado.

Com relação à orientação sexual, 107 (91,5%) dos participantes se declararam heterossexuais, seis (5,1%) homossexuais, e três (2,6%) bissexuais. Quanto à religião, 65,0% dos participantes eram católicos, 7,7% evangélicos/protestantes, 2,6% espíritas e um participante era religioso do candomblé, e 24,8% dos participantes afirmaram não possuir nenhuma religião.

Ao serem questionados pela renda mensal familiar, 71,8% declararam ter uma faixa de renda mensal familiar de até 2 mil reais, enquanto 17,1% pontuavam que tinham renda de 2 mil a 4 mil reais mensais. Apenas 11,2% afirmou ter renda superior a 4 mil reais.

No entanto, 75,2% dos participantes afirmaram que não contribuem na renda mensal da família, 17,1% contribuem com menos da metade da renda, 5,1% metade ou mais da metade, e apenas 2,6% declaram ser totais responsáveis pela renda familiar. Cabe ressaltar que dentro do universo da pesquisa somente seis (5,1%) participantes têm filhos.

Com relação a vínculos de trabalho, 11,1% dos participantes afirmaram ter uma profissão, das quais, a mais citada foi agricultor (4,3%), outras profissões citadas foram: professor, atleta, agente comunitário, técnico agropecuário, técnico em agronegócio, vigilante e bolsista PIBIC; totalizando 6,8% dos participantes da pesquisa.

Tendo como um dos critérios de inclusão desta pesquisa o participante residir em um município localizado no sertão nordestino, utilizamos, como base de informações, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão que estabelece os critérios técnicos para delimitação do semiárido.

Desse modo, verificou que a maior parcela dos participantes da pesquisa (64,1%) eram residentes do município de Nossa Senhora da Glória/SE, seguido de Porto da Folha/SE (7,7%), e as demais cidades são, respectivamente: Monte Alegre de Sergipe (4,3%), Nossa Senhora Aparecida/SE (4,3%), Carira/SE (2,6%), Graccho Cardoso/SE (2,6%), Ribeirópolis/SE (1,7%), Feira Nova/SE (1,7%), Poço Redondo/SE (1,7%), Canindé do São Francisco/SE (1,7%) e Nossa Senhora das Dores/SE (1,7%), já os municípios de Macambira/SE, Gararu/SE, Canhoba/SE, São Miguel do Aleixo/SE, Itabi/SE, Olho D'água do Casado/AL e Piranhas/AL, tiveram somente um ( $n= 1$ ) participante cada cidade<sup>8</sup>.

#### **4.4 Instrumentos e procedimentos**

Os questionários foram aplicados em sala de aula, no Campus Sertão da Universidade Federal de Sergipe (UFS), após autorização da instituição e professores responsáveis. A aplicação transcorreu em salas de aula de turmas com média de 15 participantes. É importante ressaltar que, devido à metodologia de ensino da instituição, que é a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), as turmas da instituição têm aulas práticas em campo, o que dificultou a coleta dos dados e restringiu a aplicação dos questionários a pequenos grupos, estendendo também o período de coleta. A coleta de

---

<sup>8</sup>Dados coletados no site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=downloads>, acessado em 27 de janeiro, 2019.

dados durava pouco mais de 20 minutos em cada sala e aconteceu entre outubro e novembro de 2018.

O questionário (Apêndice B) foi estruturado em três blocos, com divisões virtuais, que foram aplicados de forma consecutiva. O primeiro bloco contém as questões sociodemográficas, que têm por objetivo conhecer o perfil da população estudada. Utilizou-se o *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para processar os dados, permitindo calcular frequências para a construção do perfil dos sujeitos e analisar os demais instrumentos.

O segundo bloco contém um questionário baseado no Inventário de Identidade Psicossocial, de Zavalloni (1984), ressaltando que o instrumento foi simplificado para ser utilizado em contextos de aplicação coletiva, tendo como objetivo evocar, através de termos indutores, a representação social sobre o termo em questão, a identificação objetiva dos indivíduos e suas diversas pertenças, como também os mecanismos de exclusão e inclusão (nomeadamente através das respostas às condições "nós" e "eles"), fazendo uma atribuição à característica citada (positiva, negativa ou neutra) e ainda se essa se aplica, ou não, a si mesmo.

Com os dados provindos das evocações, objetivou-se a construção do *corpus* de análise que foi processado por meio do software livre Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009) que permite fazer análises estatísticas sobre *corpus* textuais e sobre tabelas indivíduos/palavras, mediante diferentes processamentos e análises estatísticas de textos produzidos. O Iramuteq possibilita análises, tais como: estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras (Camargo & Justo, 2018).

O terceiro bloco é composto por três instrumentos, sendo eles, respectivamente: Escala de Concepções da Masculinidade (Oransky & Fisher, 2009), o Inventário de Sexismo Ambivalente (Glick & Fiske, 1996), e um instrumento construído para verificar tendências comportamentais relacionadas à preocupação com a honra no contexto conjugal. Os dados advindos destes instrumentos foram tratados por meio do *software* SPSS.

A Escala de Concepções da Masculinidade (ECM) foi desenvolvida por Oransky e Fisher (2009), e validada no Brasil por Guerra, Scarpati, Duarte, Silva e Motta (2014). Sua versão reduzida e utilizada nesta pesquisa, é composta por 16 itens devendo ser respondidos em uma escala de 4 intervalos, variando entre 1 (Discordo) e 4 (Concordo).

Os itens dividem-se nas três dimensões: Heterossexismo (itens 01, 02, 03, 05, 07, 10, 14 e 16), Provocação Social (itens 04, 11, 12 e 15) e Restrição Emocional (itens 06, 08, 09 e 13).

Neste estudo a ECM geral obteve média de adesão de 1,92 ( $DP= 0,52$ ) e alta consistência interna ( $\alpha = .81$ ). A subescala de Heterossexismo também obteve consistência satisfatória ( $\alpha = .81$ ). Entretanto, as dimensões Restrição Emocional ( $\alpha = .59$ ) e Provocação Social ( $\alpha = .51$ ) apresentaram consistência interna entre baixa e moderada; dados que convergem com o estudo de Guerra et al. (2014), onde a dimensão Heterossexismo também obteve uma consistência superior às demais.

O Inventário de Sexismo Ambivalente (ISA) foi elaborado originalmente por Glick e Fiske (1996), e adaptado ao contexto brasileiro por Formiga, Gouveia e Santos (2002). Este instrumento é composto por 22 itens que avaliam os estereótipos assumidos por cada gênero (masculino e feminino), a respeito de duas dimensões do sexismo: hostil e benevolente. Os itens da escala que correspondem ao sexismo hostil são 02, 04, 05, 07, 10, 11, 14, 15, 16, 18 e 21. Já os itens que mensuram o sexismo benevolente são 01, 03, 06, 08, 09, 12, 13, 17, 19, 20, 22.

Para responder o inventário, o participante indica o quanto está de acordo com o conteúdo expresso, utilizando uma escala de quatro pontos: 1 = Discordo totalmente, e 4 = Concordo totalmente. O ISA apresentou uma consistência interna satisfatória ( $\alpha = .83$ ), com adesão média de 2,46 ( $DP= 0,52$ ). Assim como por dimensão, tanto o sexismo hostil ( $\alpha = .84$ ) quanto o sexismo benevolente ( $\alpha = .73$ ) apresentaram uma boa consistência interna.

O Inventário sobre a Honra Conjugal (IHC) consistiu em um relato de infidelidade conjugal, a partir do qual era solicitado que os participantes avaliassem em porcentagens (de 0% a 100% - de forma que a mesma variou de 0 a 100) a probabilidade de o personagem ter o comportamento descrito no instrumento, bem como a probabilidade dos próprios participantes terem o comportamento indicado; de forma a obtermos dados sobre a perspectiva da honra pessoal “do eu” e da honra coletiva “do outro”, seguindo o Modelo Dissociativo de Devine (1989).

As análises preliminares do IHC indicam que 4 dos 17 itens não tinham conteúdo relativos à defesa da honra, e, por conta disso, enfraqueciam a consistência interna do instrumento. Foram eles: 1- “compreender Patrícia e permanecer casado”, 2-“divorciar-se e não expor a situação para não causar comentários”, 9-“evitar ser visto em público”, e 10-“evitar que sua família saiba da situação”.

Dessa forma, optou-se por excluí-los e reduzir o instrumento para 13 itens. O IHC final apresentou consistência interna satisfatória tanto para a escala honra coletiva ( $\alpha = .93$   $M = 34,7$   $DP = 23,3$ ), com as respostas relacionadas ao que o personagem da história deveria fazer, para a escala de honra pessoal ( $\alpha = .75$   $M = 15,1$   $DP = 11,8$ ), com as respostas relacionadas ao próprio participante do nosso estudo.

#### **4.5 Aspectos éticos da pesquisa**

Ao serem convidados a colaborar com uma pesquisa na área de Psicologia, sobre representações da masculinidade, os participantes recebiam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE; Apêndice A), conforme consta na resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, que apresentava aos participantes os aspectos éticos da pesquisa, assim como o contato com o pesquisador responsável, como a participação voluntária na pesquisa (participaram da pesquisa apenas aqueles que manifestaram desejo e disponibilidade para responder as perguntas). Ressaltando possibilidade de desistência, a qualquer momento, do processo de coleta de dados e o sigilo com relação aos dados coletados. Ressalta-se, ainda, que o presente trabalho foi aprovado pela comissão de ética e pesquisa seguindo todos os critérios do Conselho Nacional de Saúde (CEP), sob o parecer de n.º 3.594.322, de 24 de setembro de 2019.

## CAPÍTULO 5

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

---

No presente capítulo serão apresentados os resultados e discussões da pesquisa, cujo objetivo é analisar as identidades sertaneja e masculina dos homens do sertão de Sergipe e suas relações com sexismo e cultura da honra. As análises e discussão dos dados foram realizadas considerando os objetivos e as hipóteses do presente trabalho. Desse modo hipóteses descritas, trazendo os instrumentos e as formas de análises utilizadas para alcançar os objetivos do estudo e as confirmações, ou não, das hipóteses suscitadas.

#### 5.1 Representações Identitárias do Sertanejo

A primeira hipótese deste estudo afirma que as representações identitárias dos sertanejos seriam objetivadas, sobretudo, por traços que enfatizam a força e a resiliência. Para testar essa hipótese, o corpus de dados foi composto por todas as evocações dos participantes referentes à frase indutora “Nós os sertanejos somos...?”, totalizando 612 ocorrências, sendo 207 palavras diferentes evocadas.

É importante ressaltar que, por nossa amostra ser composta apenas por homens, as evocações referentes ao “ser sertanejo” e “ser masculino” serão interpretadas como dados característicos de processos identitários, pois nos reportam a aspectos objetivos da identidade social, tendo, neles, os grupos de pertença, representações que se aplicam a si mesmo e valência de cada uma destas, ou seja, teremos acesso ao conhecimento que o indivíduo tem sobre sua pertença grupal, seu significado e valor emocional associado (Tajfel, 1981).

Para esta análise, utilizamos o *Software* Iramuteq, que nos permite fazer análises estatísticas sobre *corpus* textuais, desde a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude) (Camargo & Justo, 2018).

A análise do *corpus* indicou que os termos mais evocados foram, respectivamente: forte ( $f=58$ ); trabalhador ( $f=50$ ); sofrer ( $f=25$ ); persistente ( $f=22$ ); acolhedor ( $f=19$ ); guerreiro ( $f=19$ ); inteligente ( $f=18$ ); batalhador ( $f=17$ ); feliz ( $f=15$ ); honesto ( $f=15$ ); humilde ( $f=12$ ); corajoso ( $f=12$ ); resistente ( $f=12$ ); bruto ( $f=11$ ) e valente ( $f=10$ ).

Diante do termo indutor “nós os sertanejos somos...”, assim como nas outras evocações, questionamos aos participantes se eles se identificavam com o conteúdo evocado, e como ele avaliava este conteúdo. Notou-se que 75,9% dos sujeitos fizeram atribuições positivas às palavras que expressaram, seguidos de 14,2% negativas e 9,9% neutras. Com relação à identificação com o conteúdo evocado, 81,9% dos participantes se identificam com as representações identitárias que foram atribuídas.

Foram também realizadas análises lexicográficas, Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e análise de similitude; também com o auxílio do programa Iramuteq. Com relação a CHD, esta análise objetiva obter classes lexicais que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das demais classes, indicando possíveis representações sociais (Camargo, 2005; Camargo, Goetz, Bousfield, & Justo, 2011). Nesse procedimento, ainda é possível incluir variáveis categóricas, com o objetivo de verificar a relação entre essas características e as classes lexicais obtidas (Salviati, 2017).

Nas análises, foram consideradas, nas linhas de comando do *corpus* textual, como variáveis suplementares ou estruturantes das respostas, a faixa etária, a orientação sexual e a adesão às Concepções da Masculinidade (heterossexismo, restrição emocional e provocação social), Sexismo (hostil e benevolente) e Honra (honra pessoal e honra coletiva). Os participantes foram divididos em dois grupos nessas escalas: os com alta adesão (acima do ponto médio) e os com baixa adesão (média abaixo do ponto médio da escala).

A respeito do tratamento dado às respostas obtidas nas evocações, optamos por agrupar respostas por critérios semânticos, classificando-as conforme um significado em comum. Desse modo, respostas como “simples” e “simplicidade”, “honesto” e “honestidade”, foram unidas e agrupadas em uma categoria intitulada ou pela resposta mais frequente entre elas, ou pela resposta que melhor traduzir a classe geral que reflete o que elas têm em comum (Wachelke & Wolter, 2011).

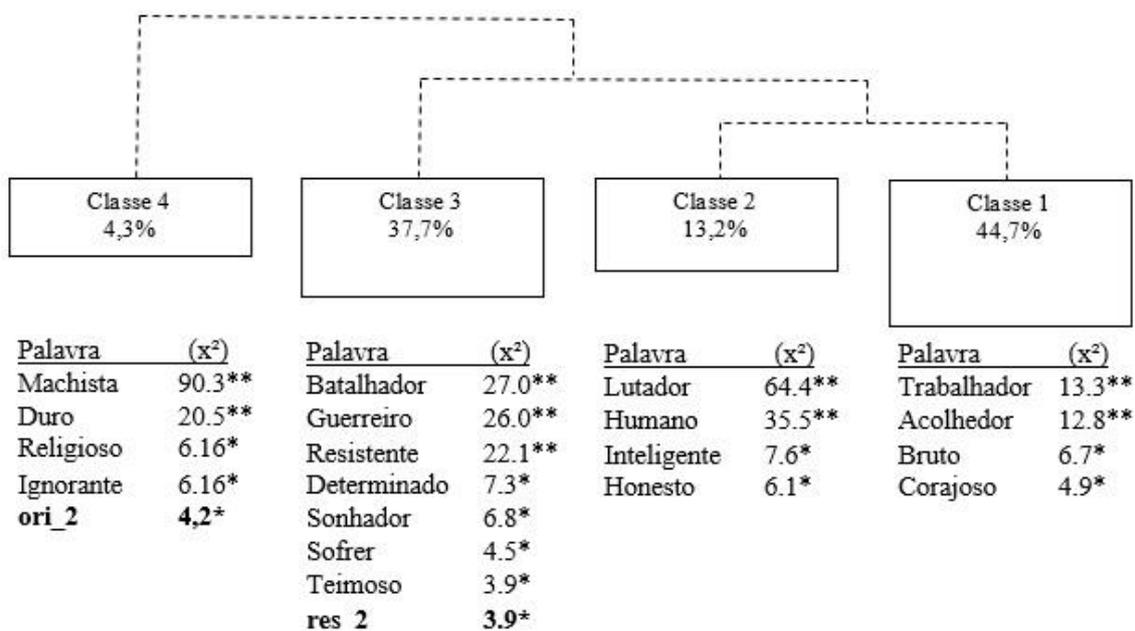
Ressalto que, apesar de algumas palavras que se destacaram possuírem sentidos próximos, como “forte” e “força”, decidimos não unir os termos, pois entendemos que os participantes podem tê-las utilizado não como sinônimos, mas distintas como valores e características. Por exemplo: o termo forte no sentido figurado de “*Resistente; em que há firmeza e resistência*”, e força no sentido de uma característica física ou fisiológica “*O que tem grande vigor ou potência física*”. (Dicio.com, 2019).

No que se refere aos resultados da análise lexical, a CHD permitiu classificar 114 segmentos em quatro classes que se mostraram estáveis, ou seja, segmentos de texto que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente dos segmentos de texto das outras classes. (Camargo & Justo, 2005).

É importante ressaltar que o número de classes terminais da primeira fase da classificação foi ajustado para obter um maior aproveitamento do *corpus* e um conteúdo mais heterogêneo. Desse modo, o *software*, durante o processo, contemplou 98,2% do material analisado, configurando-se em um número representativo para análise, pois há uma orientação de uma retenção mínima de 75% dos segmentos de texto. (Camargo & Justo, 2005).

Para a criação dos campos léxicos, o programa utiliza o teste qui-quadrado ( $\chi^2$ ), que revela a força associativa entre as palavras e a sua respectiva classe (Camargo & Justo, 2018). Como pode ser observado na figura abaixo, foram destacados não apenas os resultados que tiveram um valor de qui-quadrado maior que 10,82 ( $p < 0.001$ ; GL: 1), resultados com um nível de significância  $p < 0,001$  (altamente significativa) nas associações (Miranda, 2017; Sousa, Santos & Apostolidis, no prelo). Como também aqueles que apresentaram níveis de qui-quadrado superiores a 3,84 ( $p < 0.05$ ), valor crítico para associação significativa entre a palavra e a classe, como estabelecido por default pelo *software* (Oltramari & Camargo, 2010; Souza et al., 2018).

Adotamos ambos os limites na classificação por conta de o *corpus* ser reduzido, assim como pela importância desses elementos para compreensão do objeto de estudo. O resultado dessa organização e as formas lexicais características de cada classe podem ser observados na Figura 2.



**Figura 2.** Dendograma da CHD: “Nós sertanejos somos...?”<sup>9</sup>.

A figura acima ilustra as relações interclasses, a leitura deve ser realizada da esquerda para a direita, ou seja, no primeiro momento, com a análise do *corpus*, obteve-se a classe 4, que foi dividida (1ª partição) em dois *sub-corpus*. No segundo momento, um *sub-corpus* foi dividido em dois (2ª partição), assim obteve-se a classe 3. No terceiro momento ocorreu mais uma partição, originando as classes 2 e 1. A partir destes resultados, foi possível identificar os pontos centrais do *corpus*, além de se compreender como os termos estão associados uns aos outros.

Essas classes representam o ambiente de sentido das palavras e indicam representações sociais ou elementos de representações sociais sobre o objeto social em estudo (Camargo, 2005; Andrade Júnior & Andrade, 2016). Assim, as classes foram nomeadas e agrupadas em quatro categorias: Trabalhador (Classe 1), Lutador (Classe 2), Resistência Sertaneja (Classe 3) e Machismo (Classe 4) (Tabela 3).

<sup>9</sup>Nota: \*\* A correlação é significativa no nível  $p < 0.01$

\* A correlação é significativa no nível  $p < 0.05$

Tabela 3  
**Categorias Representacionais: “Nós sertanejos somos...?”**

<b>Categorias</b>	<b>Definição</b>	<b>Palavras associadas (f total; <math>\chi^2</math>)</b>	<b>(%)</b>
Trabalhador (classe 1)	Faz referência a relação entre o sertanejo e o trabalho.	Trabalhador (50; 13.3) Acolhedor (18; 12.8) Bruto (11; 6.7) Corajoso (12; 4.9)	44,7%
Lutador (classe 2)	Faz menções as lutas do dia-a-dia e as qualidades percebidas do sertanejo.	Lutador (9; 64.4) Humano (5; 34.5) Inteligente (18; 7.6) Honesto (15; 6.1)	13,1%
Resistência Sertaneja (Classe 3)	Refere-se ao enfrentamento e determinação do sertanejo frente a dificuldades	Batalhador (17; 27.0) Guerreiro (19; 26.0) Resistente (12; 22.1) Determinado (7; 7.3)	37,7%
Machismo (Classe 4)	Remete a uma conduta conservadora em relação as práticas de gênero	Machista (5; 90.3) Duro (5; 20.5) Religioso (3; 6.1) Ignorante (3;6.1)	4,3%

A classe 1, intitulada “Trabalhador”, foi constituída por 44,7% dos segmentos de texto, reuniu termos que remetem a forte relação entre o trabalho e o sertanejo, como algo inseparável do seu dia-a-dia no sertão, assim como a necessidade de ser corajoso, atributo historicamente associado à região, desde a própria rudeza do ambiente, até suas figuras imagéticas como os cangaceiros e vaqueiros.

O termo “Bruto”, possivelmente, está relacionado à representação do “embrutecimento” desse indivíduo, e a uma capacidade que deve ser desenvolvida para sobreviver em um ambiente tão hostil como o semiárido (Albuquerque Junior, 2013; Gangeiro, 2015), e que, mesmo assim, mostra-se uma figura acolhedora e hospitaleira (Albuquerque Junior, 2011).

A classe 2 foi constituída com 13,1% dos segmentos de texto. Intitulada “Lutador”, traz a representação da luta que o sertanejo enfrenta contra as adversidades inerentes à sua região, necessitando usar suas habilidades de inteligência e criatividade, sem perder sua ética, tornando-se fruto da adaptação a uma natureza árida e ausências de recursos (Albuquerque Junior, 2013).

O termo humano, observando os segmentos de texto e a proximidade com a classe 1, foi compreendido como adjetivo, com o significado de bondoso, generoso, compreensivo ou tolerante. Associaram ao agrupamento, indivíduos que obtiveram uma maior adesão à dimensão restrição emocional (variável suplementar res\_2), ou seja, os

participantes que constituíram esta classe acreditam que é necessário que os homens evitem expor-se em nível emocional, para manterem sua masculinidade. (Guerra, et al., 2014).

Constituída por 37,7% do *corpus*, a classe 3 (37,7%) nomeada de “Resistência Sertaneja”, representa as características exigidas frente às circunstâncias nas quais o sertanejo está inserido. Ser guerreiro, batalhador e resistente se faz necessário onde há uma contínua batalha pelo desenvolvimento e sobrevivência, não apenas relacionada à geografia do sertão, mas a uma estrutura político-social, que, historicamente, constitui a ideia compartilhada da “região do atraso”, onde, pela ausência de incentivo do poder público, seu povo se percebe desassistido, podendo contar apenas com eles mesmos. (Albuquerque Junior, 2011).

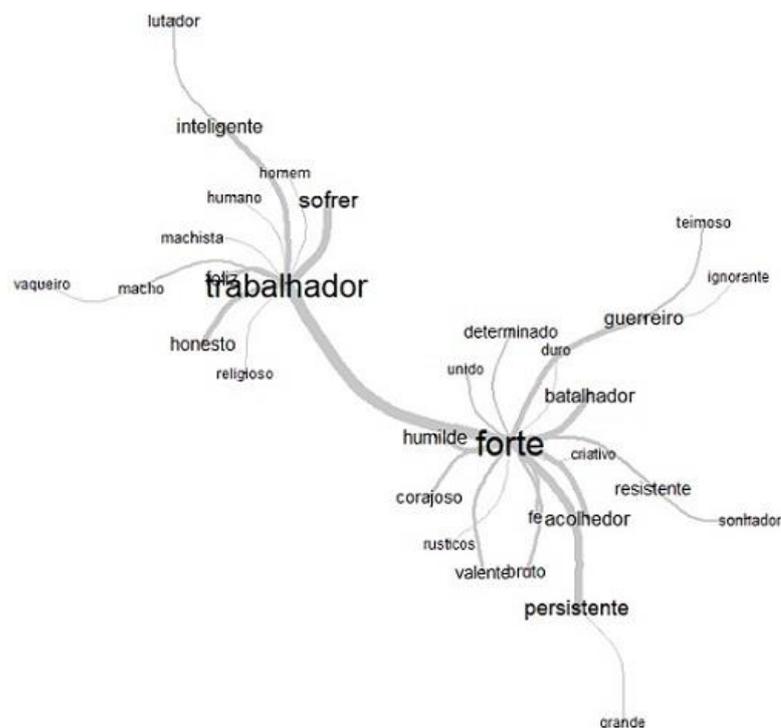
É importante ressaltar que participantes que obtiveram uma pontuação abaixo do ponto médio da dimensão “restrição emocional”, na Escala de Concepções da Masculinidade, associaram-se fortemente a esta categoria, ou seja, indivíduos que menos se identificam com a ideia de que a não expressão das emoções faz parte da construção da masculinidade (Guerra *et. al.*, 2014).

Já a classe 4 (4,3%) é caracterizada por um vocabulário que remete a imagem do sertanejo a uma conduta conservadora e rígida em relação às práticas de gênero. Esta classe intitulada “Machismo” nos traz a percepção que ainda há uma relação entre as representações identitárias do sertanejo e as práticas discursivas que constituíram o “cabra-macho” nordestino, que é premissa em uma organização social patriarcal e utiliza o argumento do sexo para hierarquizar as relações (Ver Drumont, 1980).

Remete também a uma identidade constituída junto com a própria concepção da região, fruto da “necessidade” de um símbolo másculo, capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise, por conta das mudanças sociais no início do século XX. (Albuquerque Junior, 2011; 2013). Contudo, o fato de o conteúdo da classe ter sido evocado a partir da categoria sertanejo, demonstra que há uma perspectiva mais crítica com relação à constituição dessa identidade, que tem sua concepção diretamente ligada ao gênero masculino, e, conseqüentemente, ao endossamento de práticas patriarcais que podem culminar em expressões de preconceito, como o sexismo e a homofobia. Importante ressaltar que se associaram à categoria os participantes que se identificaram como homossexuais (variável suplementar *ori\_2*), que se trata de é uma amostra relativamente pequena, composta de seis participantes ( $n= 6$ ), que influenciou na constituição dessa classe.

As evocações ainda foram submetidas à análise de similitude, que, a partir de um modelo matemático (grafos), representa a ligação entre palavras do *corpus* textual. A partir desta análise, é possível inferir a estrutura de construção do texto e os temas de relativa importância (Salviati, 2017).

O gráfico de análise de similitude (Figura 3) permite identificar as ligações e coocorrências entre as palavras, auxiliando, dessa forma, a identificação das representações discutidas, como, por exemplo, a clara ligação entre os termos “forte e “trabalhador”, e suas associações com os termos: “persistente”, “inteligente”, “determinado”, “sofrer”, “batalhador”, “determinado” e “guerreiro”.



**Figura 3.** Análise de Similitude “Nós os sertanejos somos...”

Desse modo, desde já, podemos constatar que as representações identitárias associadas à figura do sertanejo foram objetivadas, principalmente, por traços que enfatizam a força e a resiliência, fortemente representados na ligações demonstradas na análise de similitude e nas categorias representacionais “Trabalhador” e “Resistência Sertaneja”, onde os termos mais característicos apresentaram uma frequência alta e uma forte associação entre as palavras e sua respectiva classe, sendo eles: Trabalhador ( $f=50$ ;  $\chi^2=13.37$ ), Resistente ( $f=12$ ;  $\chi^2=22.15$ ), Batalhador ( $f=17$ ;  $\chi^2=27.05$ ), Guerreiro ( $f=19$ ;  $\chi^2=26.0$ ). Desse modo, confirmamos a nossa primeira hipótese.

Para compreender a complexidade destes fenômenos relacionados ao processo identitário, usaremos a teoria da Identidade Social de Tajfel (1982), partindo do conceito

de categorização social, enquanto sistema de orientação que ajuda a criar e a definir o lugar do indivíduo na sociedade, e fator essencial nas relações intergrupais, através das quais ocorrem tanto os compartilhamentos do conhecimento do senso comum, quanto os processos identitários.

Desse modo, para Tajfel (1982), a identidade social é formada nas relações intergrupais, a partir de processos psicológicos e influências sociais. Assim, o modo como os indivíduos são vistos, ou acreditam ser vistos, pelos membros dos exogrupos é decisivo na identificação social.

Compreendendo que, desde sua concepção, o Nordeste foi associado a uma visão assistencialista, marcada por problemas sociais, econômicos, climáticos e políticos; e considerado uma “região problema” que era deixada por sua população em busca de melhores oportunidade no Sul/Sudeste. Neste cenário, o sertão torna-se símbolo de atrasado, tanto pelas características geográficas, que desencorajava investimentos na região, quanto pelas imagens divulgadas de seu povo, vítimas da seca e da ausência do Estado (Albuquerque Junior, 2011).

Como demonstrado no Capítulo 2, a imagem do Nordeste e seus personagens nascem a partir de um serie de práticas e discursos regionalistas que se intensificam entre as elites do Norte do País, a partir do final do século XIX, por conta das mudanças trazidas da modernidade. Neste cenário, as representações imagéticas e narrativas sobre a região tiveram uma grande influência na construção da imagem do nordestino, tendo como protótipo a figura do sertanejo, com seu apego às tradições, resistência à mudança, ausência de cultura e rejeição à modernidade, ou seja, estereotipização negativa da região e suas identidades. (Albuquerque Junior, 2011; 2013; Lima & Techio, 2016).

A representação social do Nordeste, e em específico do sertão, influencia diretamente no modo de ser e se comportar de seus habitantes. Para Giménez (1997), **p**ertencer a um grupo ou comunidade implica compartilhar das complexas narrativas simbólico-culturais, que são organizadas em termos de representações sociais. Concebendo as representações sociais como formas de saber, socialmente elaboradas com finalidades práticas, e tendo por função garantir e orientar processos de comunicação e ação, torna-se inerente a influência no modo como o sujeito se posiciona na realidade social, pois este seria inseparável de sua rede de interações e dos valores sociais que dela subjazem (Moscovici, 2010).

Desse modo, compreendemos que, pertencer a um grupo ou comunidade, implica compartilhar, pelo menos parcialmente, o núcleo das representações social que os

caracteriza e define, ou seja, ser sertanejo também é compartilhar das representações sociais e os estereótipos que permeiam o imaginário popular relacionados ao sertão e seu povo (Gimenez, 1997).

Neste sentido, as representações sociais, nesta análise de dados, são consideradas como produtos do processo dinâmico que caracteriza e atualiza as identidades sociais, em outras palavras, as representações sobre a estrutura social na qual o indivíduo está inserido são mediadoras de categorias identitárias (Vala, 1997).

Em nossos resultados, no conteúdo relacionado à identidade social do sertanejo, é perceptível uma ressignificação das características que são associadas à região, no pensamento social brasileiro, pois, apesar de alguns termos remeterem à representação da região como uma “região sofrida”, relacionada a elementos simbólicos como a seca, imagens fortemente divulgadas ao longo do século XX (Amorim, 2014; Albuquerque Junior, 2013), surgem características de uma identidade que ressignifica os elementos negativos, reforçados socialmente, e os transforma em constructos e características positivas; como fatores nos quais os indivíduos se orgulham de possuir, pois representa a capacidade inerente do sertanejo de lidar com dificuldades.

Assim, percebemos o desenvolvimento de uma estratégia cognitiva, que auxilia a criação e a manutenção da identidade social positiva (Tajfel, 1981), pois, na medida em que não é possível desassociar-se do grupo, como é o caso dos sertanejos ou mesmo nordestinos (ver Lima & Techio, 2016), outras estratégias são criadas, tais como a criatividade social, que implica novas dimensões de comparações em que o grupo de pertença não está em desvantagem, como a valorização de características positivas relevantes para identidade (Techio, 2011; 2015).

Neste processo de criatividade social, a representação do sertanejo é lida e interpretada de forma diferente, até mesmo as características que podem ser interpretadas negativamente. Um exemplo disso é a alta frequência do termo “sofrer” ( $f=25$ ), que não tem uma conotação positiva na nossa língua<sup>10</sup>, contudo, 50% dos participantes que a expressaram atribuíram valência positiva ao termo, seguido de 35% negativa e 12,5% neutra.

---

<sup>10</sup>Sentir dor física ou mora; padecer (Dicio, 2020)

Esse dado remete à tese de construção social do sertanejo, possivelmente, trazendo a ideia de que o sofrimento é algo intrínseco à formação do sertanejo, por isso tem caráter constituinte, positivo (Menezes, 2016), ou ainda a classe “Resistência Sertaneja”, que evidencia os enfrentamentos e persistência do sertanejo diante das dificuldades, sejam elas por questões naturais ou outro tipo de ausência, o morador do sertão não desiste.

Dentro deste contexto, é perceptível o processo de ressignificação dos elementos negativos ou pouco valorizados socialmente, transformando em aspectos que qualificam positivamente a identidade social sertaneja, forma de preservar a identificação regional (Tajfel, 1981). Contudo, apesar da identidade social positivada, ainda há o endossamento de características estereótipos ligados ao sertanejo, que ainda é visto como um povo *sofredor e ignorante*, da mesma forma que é *trabalhador, guerreiro e lutador*. Indivíduo que foi *embrutecido* pela natureza que o cobra *resistência, coragem e inteligência*, mas, sem deixar de lado seu lado *humano, honesto e religioso*.

De acordo com Albuquerque Junior (2013), por conta das narrativas e discursos regionalistas, pensar o nordestino era pensar em um homem forte e resistente, um homem heroico na sua luta contra a natureza. Assim, o discurso regionalista nordestino selecionou o sertão, bem como o sertanejo, como exemplos deste embate entre o homem e a natureza, delimitando a formação de um tipo regional adaptado às dificuldades da região.

Tendo isto em vista, podemos afirmar que ainda há uma visão essencialista sobre o próprio sertanejo, entendendo por essencialização, um processo da categorização social caracterizado pela crença na existência de atributos imutáveis concernentes aos entes pelos quais a categorização essencialista se aplica. (Pereira, Álvaro, Oliveira e Dantas, 2011).

Pereira et al. (2011) explica que há duas formas pelas quais este processo pode expressar-se: a essencialização pela via da naturalização e a essencialização na sua dimensão entitativa. Na naturalização, os indivíduos são categorizados com base na suposição de que eles têm a sua realidade ancorada em leis físicas e biológicas, e que possuem atributos claramente definidos, fazendo com que, desse modo, este seja percebido como um ente que compartilha uma série de traços comuns com os demais membros da categoria à qual pertence.

Este tipo de raciocínio geralmente se aplica a categorias etárias, de gênero e raciais. Já na dimensão entitativa, o processo de categorização dos grupos é feito através

de semelhança e proximidade entre seus membros, que são percebidos como entidades subordinadas a um destino comum (Pereira et al., 2011).

O modo pelo qual os estereótipos atribuídos ao sertanejo reforçam sua constituição sócio-histórica, endossando a ideia que, “por natureza”, este indivíduo é resistente à região semiárido e suas secas, inerentemente aptos ao trabalho físico, e dotados de uma resiliência necessária para habitar o sertão, pode indicar o resultado de um processo de naturalização desse grupo. Situação próxima a encontrada por Batista (2014), onde, devido às semelhanças nos resultados obtidos entre o grupo dos negros e o grupo das pessoas nascidas no Nordeste, com relação às características atribuídas a partir de um *checklist* de adjetivos positivos e negativos; foi levantada a suspeita que, assim como os negros, os nordestinos teriam sido submetidos ao mesmo processo de essencialização, pela via da naturalização.

Cabe ressaltar que poucos participantes apontaram um grupo opositor ao sertanejo, como solicitado no questionário. Dessa forma, decidimos não acrescentar tais dados aos resultados, pois, pelo número reduzido de frequências, não seria possível estabelecer análises consistentes.

Associamos a baixa frequência de elementos opositores à ausência de conflito real ou direto entre o grupo social sertanejo e outro grupo externo, pois, apesar da premissa de positividade preferencial ao endogrupo (Tajfel, 1982), na ausência de conflito realista e/ou a possibilidade de restrições para o grupo, é possível que não haja identificação e hostilidade voltada para um grupo opositor (Brewer, 1999).

## **5.2 Cultura da honra, Sexismo e Masculinidade**

Com a finalidade de testar a hipótese de que haverá uma correlação positiva entre cultura da honra, sexismo e as concepções da masculinidade dos participantes, foi aplicado, de modo concomitante, o Inventário de Sexismo Ambivalente (ISA), adaptado por Formiga, Gouveia e Santos (2002), composto por uma subescala de sexismo hostil e de sexismo benevolente, e a Escala de Concepções da Masculinidade (ECM) (Guerra et al., 2014), que é dividida em três dimensões: Heterossexismo, provocação social e restrição emocional.

Nos dois instrumentos citados, as respostas aos itens poderiam variar de 1 (discordo totalmente) a 4 (concordo totalmente), tendo como ponto médio igual a 2.5, para ambas as escalas, assim como também foi utilizado um inventário sobre a

preocupação com a honra conjugal, dividido em uma escala para as atitudes do protagonista da narrativa, e esta mesma escala voltada às atitudes do participante da pesquisa, assim, possibilitando verificar tendências comportamentais associadas à defesa ativa da honra conjugal, o inventário este que varia de 0% a 100%, intervalado em dezenas, tendo como ponto médio 50.

Como ponto de partida, predispomo-nos a conhecer em que medida as pontuações dos participantes difeririam, quando comparados entre as duas dimensões do sexismo: hostil e benevolente. No que diz respeito aos itens relacionados ao sexismo hostil, 54,7% dos participantes tiveram pontuações acima do ponto médio, enquanto na dimensão benevolente obtivemos um valor próximo, sendo que 49,6% dos participantes pontuaram acima do ponto médio.

Foi realizado um *teste t Student* contra o ponto médio, para verificar a existência de níveis elevados de sexismo nos participantes. Pôde ser observado que a adesão dos participantes não se diferencia do ponto médio ou neutro da escala de sexismo benevolente [( $M= 2,48$   $DP= 0,58$ )  $t(116)= -0,323$ ; *n.s.*] e de sexismo hostil [( $M= 2,45$   $DP= 0,68$ ) ( $t(116) = -0,684$ ; *n.s.*). Os resultados indicam que os participantes, de forma geral, não foram nem sexistas, nem anti-sexistas.

Com o intuito de verificar se há diferenças significativas entre os participantes, com relação a sua idade, dividimo-los em 3 grupos, por faixa etária: de 17 a 20 anos, 21 a 24 anos, e acima de 25 anos; e realizamos uma ANOVA. Pôde ser observado que a idade não tem efeito sobre o sexismo hostil,  $F(2, 114) = .39$ ; *n.s.*, e sobre o sexismo benevolente,  $F(2, 114)=.98$ ; *n.s.*, dos participantes. Outras relações entre sexismo e as variáveis sociodemográficas também foram testadas, contudo, viu-se que as variáveis de grupo (religião, renda mensal familiar, curso, trabalho e filhos) não afetaram os escores de sexismo.

Os mesmos procedimentos foram realizados com a Escala de Concepções da Masculinidade. Inicialmente foi promovida a comparação das médias das três dimensões com o ponto médio, sendo as três dimensões: Heterossexismo ( $M= 1,97$   $DP= 0,70$ ), provocação social ( $M= 2,07$   $DP= 0,65$ ) e restrição emocional ( $M= 1,65$   $DP= 0,59$ ). Desse modo, o *teste t Student* nos mostrou que a média das dimensões heterossexismo  $t(116) = -7,96$ ;  $p < 0.01$ ), provocação social  $t(116) = -7,01$ ;  $p < 0.01$ ) e restrição emocional  $t(116) = -15,27$ ;  $p < 0.01$ ), estão significativamente abaixo do ponto médio, ou seja, quanto menor a média, menor a percepção da importância daquela dimensão para a masculinidade. Médias que se aproximam da dinâmica encontrada no estudo de validação

realizado por Guerra et al. (2014), onde as dimensões de heterossexismo e provocação social apresentaram as maiores médias, semelhantes entre si, mas significativamente superior à média de restrição emocional.

Foi realizada uma ANOVA para verificar se há diferenças entre as médias dos participantes em relação ao curso superior que frequentam, e pôde ser percebido que, apenas na dimensão restrição emocional, houve diferenças de média  $F(3, 113) = 3,12; p < 0,05$ . O *post-hoc* de Bonferroni mostrou que a média do curso Medicina Veterinária é significativamente inferior à do curso Zootecnia, mas não dos demais cursos.

Com relação ao inventário sobre a preocupação com honra conjugal, obtivemos média de 34,70% ( $DP = 23,34$ ) para honra coletiva, e 15,11% ( $DP = 11,81$ ) para honra pessoal. Assim, como realizado no ISA e na ECM, procedemos a um *teste t Student* contra o ponto médio. Nota-se que, tanto a honra pessoal  $t(116) = -31,94; p < 0,01$  quanto à honra coletiva  $t(116) = -7,09; p < 0,01$ , apresentaram médias significativamente abaixo do ponto médio.

Considerando a hipótese de que haverá uma relação positiva entre cultura da honra, sexismo e as concepções da masculinidade, foram efetuados os cálculos de correlação entre os instrumentos já citados. Os resultados confirmam nossa hipótese, pois, quanto maior o nível de sexismo total e hostil, maior a adesão à cultura da honra e honra pessoal, representando, assim, uma maior crença pelas concepções de masculinidades, principalmente ligadas ao heterossexismo e restrição emocional.

Partindo da cultura da honra, é possível verificar que existem correlações da honra pessoal (honra do participante), tanto com o sexismo total quanto com as concepções da masculinidade, assim como também existe correlação entre os resultados do ISA (total) e as respostas à ECM. Ou seja, os participantes que tiveram uma maior percepção da importância daquelas características para a construção da masculinidade, também apresentaram um maior nível de sexismo ambivalente e de honra pessoal (ver Tabela 4).

Resultado próximo ao encontrado por Saucier et al. (2016), onde também encontram associação positiva entre as crenças relacionadas à honra e ao sexismo benevolente e hostil, assim como os homens tenderam a expressar apoio aos mitos do estupro e a avaliar as vítimas de estupro de forma negativa.

Tabela 4  
**Médias, Desvios-padrão e correlações entre as variáveis.**

	Média	DP	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Sexismo Total	2.46	0.52	.85**	.79**	.28**	-.14	.32**	.61**	.61**	.20**	.46**
2. Sexismo Hostil	2.45	0.68	-	.36**	.30**	-.17 <sup>a</sup>	.37**	.54**	.53**	.19*	.39**
3. Sexismo Benevolente	2,8	0.58	-	-	.15	-.05	.15	.46**	.46**	.13	.36**
4. Honra Pessoal	15.11	11.81	-	-	-	.42**	.13	.37**	.42**	.08	.17 <sup>a</sup>
5. Honra Coletiva	34.70	23.34	-	-	-	-	-.04	-.04	.06	-.12	-.15
6. Cultura Honra <sup>11</sup>	19.58	20.94	-	-	-	-	-	.26**	.17 <sup>a</sup>	.18*	.27**
7. Concep. Masculinidade	1.92	0.52	-	-	-	-	-	-	.90**	.57**	.67**
8. Heterossexismo	1.97	0.70	-	-	-	-	-	-	.	.27**	.45**
9. Provoc. Social.	2,07	0.65	-	-	-	-	-	-	-	-	.23*
10. Rest. Emocional	1.65	059	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: \*\* A correlação é significativa no nível  $p < 0.01$ ; \* A correlação é significativa no nível  $p < 0.05$ ;

<sup>a</sup> A correlação é significativa no nível  $p < 0.10$

<sup>11</sup>Variável criada a partir da formula: média da honra pessoal – média da honra coletiva = adesão a cultura da honra, ou seja, quanto mais sua honra pessoal se aproximar da honra coletiva, maior sua adesão a preceitos da cultura da honra.

Embora não tenham sido formuladas hipóteses específicas sobre as relações entre as dimensões dos instrumentos, cabe ressaltar que não houve correlação significativa entre a honra coletiva, ou seja, as atitudes de defesa da honra atribuídas ao “outro”, e as demais dimensões das escalas, relacionando-se positivamente apenas com a honra pessoal dos participantes, relação esperada, pois as duas medidas fazem parte do mesmo constructo, a honra conjugal.

Dentre as correlações mais fortes, está a dimensão heterossexismo, da ECM, correlacionando-se significativamente com o sexismo total e suas dimensões, com o sexismo hostil e com o sexismo benevolente. Este resultado pode sugerir que os participantes apresentam uma perspectiva baseada na concepção de uma masculinidade hegemônica, onde, para os homens, o heterossexismo, como normatização da heterossexualidade, está associado à ideia de força e capacidade de expressar sua virilidade, assim como sua capacidade de cuidar de sua companheira (Guerra et al., 2015).

Por conta da “exigência” da heterossexualidade, nessa concepção, tais associações trazem a importância do papel das mulheres como elementos centrais nos processos de construção das masculinidades, de forma ativa e/ou passiva. (Guerra, et al., 2015; Scardua & Souza Filho, 2006). A dimensão também se correlaciona expressivamente com a honra pessoal dos participantes, portanto, quanto mais o indivíduo acredita que o heterossexismo é dos preceitos da masculinidade, mais este indivíduo tem propensão a ter comportamentos sexistas e de defesa da honra. Da mesma forma que a dimensão anterior, a restrição emocional (ECM) se correlacionou significativamente com os dois tipos de expressão do sexismo (hostil e benevolente).

A restrição emocional implica que, para o indivíduo ser considerado masculino, deve suprimir suas emoções e não aparentar vulnerabilidade. Nessa perspectiva, a expressão das emoções é entendida como uma ameaça à construção e à manutenção da masculinidade, na medida em que o estereótipo de homem está alicerçado na ideia de poder e virilidade (Bonomo, Barbosa, & Trindade, 2008; Guerra et al., 2014).

A partir da ideia que o indivíduo masculino não se deixa envolver por emoções, característica fortemente associada ao feminino, evidencia-se o sentido paternalista que descreve a mulher como uma pessoa frágil, que necessita atenção (sexismo benevolente) e a possível negação do feminino em relação a uma figura de poder e decisão (sexismo hostil) (Connel & Messerschmidt, 2013; Glick & Fiske, 1996).

A também relação da dimensão com a adesão à cultura da honra nos leva a compreender que, quanto mais o indivíduo se restringe emocionalmente para manter o estereótipo masculino,

mais ele tem comportamentos sexistas, flagrantes ou sutis, além de ter uma maior tendência a aceitar proposições da cultura da honra.

Ainda sobre a adesão à cultura da honra, esta também apresentou uma correlação significativa com o sexismo total e com o sexismo hostil. Tal dimensão é resultado do afastamento das atitudes de honra, atribuídas ao próprio participante (honra pessoal), das atitudes atribuídas ao outro (honra coletiva). Quanto menor a diferença entre as respostas relacionadas à honra coletiva e à honra pessoal, maior será a aproximação do participante com a lógica da cultura da honra atribuída ao “outro”. Tendo isto em vista, de acordo com os resultados da correlação, quanto mais o indivíduo se identifica com as normas da cultura da honra, maior é seu sexismo total e sexismo hostil.

Desse modo, o estudo evidencia uma relação entre os constructos: masculinidade, sexismo e honra; entendendo as concepções de masculinidade como a reputação do homem em seus relacionamentos com outras pessoas e o conjunto de comportamentos que os indivíduos consideram importantes de desempenhar no convívio social. (Connel, 2000; Guerra et al., 2015).

Sua associação com o sexismo e a defesa da honra conjugal pode sugerir que essa forma de conceber a masculinidade está ligada à manutenção da estrutura patriarcal; o que reforça a ideia de uma masculinidade hegemônica, compreendida como um padrão de práticas (baseada em uma divisão social de gênero) que possibilita que a dominação masculina, em detrimento do feminino e de outras masculinidades subordinadas (como negros e homossexuais), naturalizando práticas de sexismo e comportamentos violentos em defesa da reputação. (Kimmel, 1998; Connel, 2000; Connell & Messerschmidt, 2013; Saucier, 2016).

### **5.3 Representações Identitárias do Masculino e do Feminino**

Nossas hipóteses 3 e 4 previam que “as representações sociais do feminino seriam objetivadas através da ideia da submissão, e essa objetivação se ancora em índices elevados na cultura de honra e sexismo”, e que “haverá relações positivas entre as representações identitárias sertaneja e masculina com a cultura da honra e o sexismo”. Desse modo, procuramos identificar as representações sociais sobre papéis de gênero através da associação livre de palavras, tendo como termos evocadores “ser masculino significa” e “ser feminino significa”. Os dados são apresentados inicialmente de forma concomitante à exposição das testagens e discussão, tendo isto em vista que, inicialmente, apresentaremos os dados, tanto das

evocações ligadas ao feminino quanto ao masculino, sendo estes analisados pelos *softwares* Iramuteq.

A partir da associação livre, o *corpus* de análise foi composto por todas as evocações dos participantes referentes aos termos estímulos: “Ser masculino significa...” totalizando 734 ocorrências, sendo 321 palavras diferentes evocadas; e “Ser feminino significa...” totalizando 697 ocorrências, sendo 323 palavras diferentes evocadas.

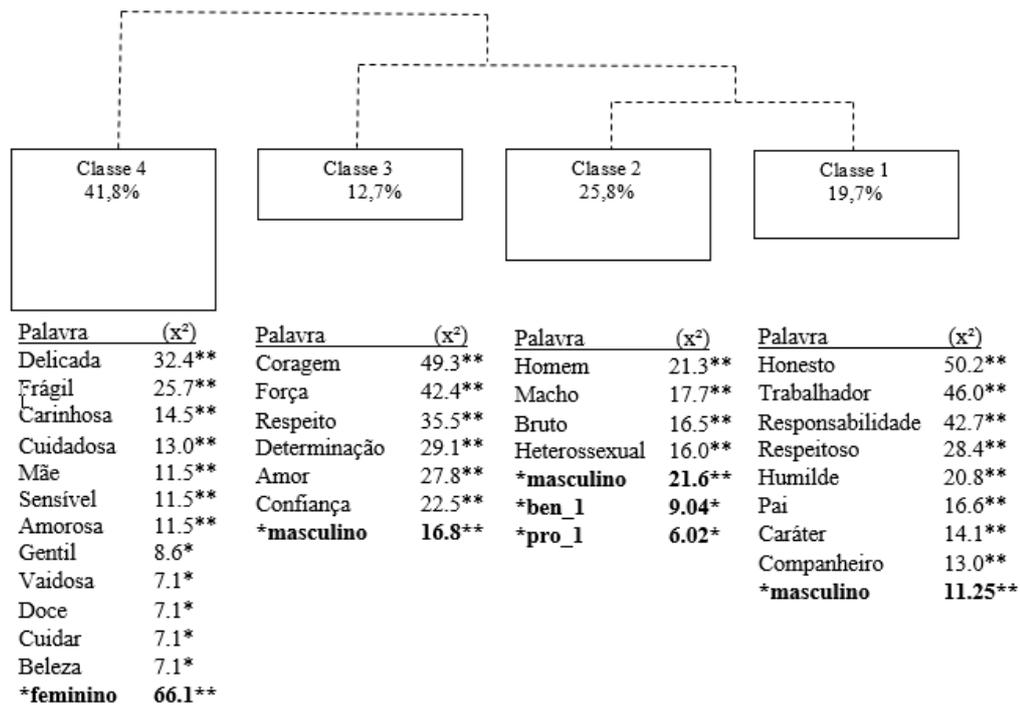
Cabe ressaltar que, assim como foi realizado no *corpus* das evocações de “nós sertanejo somos...?”, foram acrescentadas, em suas linhas de comando, a faixa etária, orientação sexual e a adesão às Concepções da Masculinidade (heterossexismo, restrição emocional e provocação social), Sexismo (hostil e benevolente) e Honra (honra pessoal e honra coletiva).

A partir da análise do *corpus* de cada evocação, pôde-se constatar que as palavras mais evocadas, a partir de “ser masculino”, foram, respectivamente: forte ( $f= 38$ ), homem ( $f= 28$ ), responsável ( $f= 14$ ), força ( $f= 13$ ), honesto ( $f= 13$ ), respeito ( $f= 12$ ), caráter ( $f= 10$ ), e trabalhador ( $f= 10$ ). Já as palavras mais evocadas, a partir do termo “ser feminina” foram, respectivamente: delicada ( $f= 21$ ), forte ( $f= 19$ ), mulher ( $f= 19$ ), frágil ( $f= 17$ ), inteligente ( $f= 15$ ), carinhosa ( $f= 12$ ) e sensível ( $f= 12$ ).

Posteriormente, optou-se por unir os dois *corpora*, ambos possuíam baixa frequência, derivado de uma maior difusão de palavras, fato que prejudicaria os resultados, pois o qui-quadrado não se torna um bom indicador em condições de tamanho amostral reduzido (Lafon, 1980). Assim, no *corpus* unificado, foram criadas temáticas com uma variável para definir os conteúdos evocativos de “ser masculino” e “ser feminino”.

Como a análise descrita na primeira hipótese, o *corpus* foi submetido à classificação hierárquica descendente (CHD), e promovida uma comparação com Tgens, que se trata de um reagrupamento de formas ou palavras que serão consideradas como um grupo, sendo possível realizar comparações entre as classes, com o auxílio do programa Iramuteq.

A partir do dendograma (Figura 4), da esquerda para direita, é possível observar que, a partir análise do *corpus*, obteve-se a classe 4, podendo ser considerada a mais homogênea, e foi dividida (1ª partição) em dois *sub-corpus*. No segundo momento um *sub-corpus* foi dividido em dois (2ª partição), assim obteve-se a classe 3. No terceiro momento, originaram-se as classes 2 e 1. No que se refere aos resultados da análise lexical, a CHD permitiu classificar 213 segmentos em quatro classes que se mostraram estáveis, correspondente a 97,2% do total do *corpus*. Os números são considerados representativos para análise (Camargo & Justo, 2005).



**Figura 4.** Dendrograma da CHD: Junção de “ser masculino significa” e “ser feminina significa”<sup>12</sup>.

Observando a Figura 3, percebemos que três, das classes, estão associadas às evocações do “ser masculino significa”, como destacado em negrito as variáveis: **\*masculino** e **\*feminino**.

A forma que as classes se constituíram apresenta um maior universo lexical dos termos utilizados para o masculino, demonstrando, assim, uma homogeneidade do *outgroup* (Deschamps & Moliner, 2009), pois os termos relacionados a “ser feminina significa” são bastante semelhantes e com uma gramática limitada.

Sendo assim, a partir do resultado dessa organização e as formas lexicais características de cada classe, do mesmo modo que realizado anteriormente, as classes foram analisadas, nomeadas e agrupadas em quatro categorias: Trabalhador Honesto (Classe 1), Heteronormatividade (Classe 2), Atributos Masculinos (Classe 3) e Ser Feminina (Classe 4) (Tabela 3).

<sup>12</sup> Nota: \*\* A correlação é significativa no nível  $p < 0.01$

\* A correlação é significativa no nível  $p < 0.05$

Tabela 5  
**Categorias Representacionais: “Ser masculino significa” e “Ser feminino significa”.**

<b>Categorias</b>	<b>Definição</b>	<b>Palavras associadas (f total; <math>\chi^2</math>)</b>	<b>(%)</b>
Trabalhador Honesto (classe 1)	Refere-se a relação direta do gênero masculino com o trabalho e atribuições.	Honesto (16; 50.2) Trabalhador (13; 46.0) Responsabilidade (10; 42.7) Respeitoso (9; 28.4) Humilde (5; 20.8) Pai (5; 16.6) Caráter (11; 13) Companheiro (9; 13.0)	19,7%
Heteronormatividade (classe 2)	Faz referência a delimitação do gênero e a sua associação a práticas heteronormativas.	Homem (30; 21.3) Macho (6; 17.4) Bruto (8; 16.5) Heterossexual (10; 16.8)	25,8%
Atributos Masculinos (Classe 3)	Cita características relacionadas ao modelo “ideal” de masculinidade.	Coragem (9; 49.3) Força (10; 42.4) Respeito (10; 35.5) Determinação (8; 29.1) Amor (6; 27.8) Confiança (7; 22.5)	12,6%
Ser Feminina (Classe 4)	Refere-se a termos que estão relacionados a características esperadas ao gênero feminino.	Delicada (21; 32.4) Frágil (17; 25.7) Carinhosa (13; 14.5) Mãe (8; 11.5) Sensível (11; 11.5) Amorosa (11; 11.5) Gentil (6; 8.6) Vaidosa (5; 7.13) Doce (5; 7.13) Cuidar (5; 7.13) Beleza (5; 7.13)	41,7%

Os elementos da Classe 1 (19,7%), intitulada “Trabalhador Honesto”, estão associados ao gênero masculino e a uma relação direta com o trabalho, que, para os homens, não está ligado necessariamente à escolha, e sim a uma necessidade; e a ausência de um vínculo de trabalho pode ser vista como um fator que diminui a masculinidade. (Nader & Caminoti, 2014).

Os termos novamente remetem a uma perspectiva fundamentalmente associada ao modelo patriarcal, baseado no trabalho fora de casa, e à imagem do homem enquanto provedor e detentor de valores (honesto, respeitoso, caráter). Os termos "responsabilidade" e “pai” se referem a uma paternidade provedora, mais como aquisição de um novo encargo do que envolvimento afetivo com o filho, e esse encargo aparece associado à preocupação com o bem-estar dos filhos, no sentido de garantir-lhes a subsistência e proteção. (Freitas, Silva, Coelho, & Costa, 2009).

A Classe 2, intitulada “Heteronormatividade”, traz-nos uma perspectiva essencialista do gênero. Dentro da categoria, é perceptível uma exigência de práticas heteronormativas para existência da masculinidade, como, por exemplo, os termos: Homem, Macho e Heterossexual.

De acordo com Guerra et al. (2014), a normatização da heterossexualidade, sugere que qualquer tipo de comportamento, por parte dos homens, que possa ser considerado feminino deve ser evitado. Enquanto o termo “heterossexual” deixa explícito que existem relações de dominação e subordinação de gênero, específicas, entre grupos de homens. Para Connel (1995), mais do que uma estigmatização cultural da homossexualidade, os gays são subordinados aos homens heterossexuais por um conjunto de práticas quase materiais.

Cabe ressaltar que houve associações significativas com os que não apresentaram sexismo benevolente (ISA) (\*ben\_1) e não acreditaram que provocação social é importante para masculinidade (ECM) (\*pro\_1). Assim, compreendemos que a categoria se constitui de indivíduos que tendem a não endossar o sexismo benevolente e a provocação entre os homens algo natural.

A Classe 3, categoria denominada “Atributos Masculinos”, traz algumas das descrições pertinentes ao modelo ideal de masculinidade: “coragem”, “força” e “determinação”. Trata-se de três possibilidades facultadas ao universo masculino, ou seja, daquilo que seria desejável para um homem.

Por conta de um modelo de virilidade que impera no processo de socialização masculino, desde cedo, os homens são estimulados a serem livres e independentes, contar vantagens e divulgar seus méritos, desenvolvendo o senso de competitividade como uma das principais características da sua prática social. Com isso, a preocupação com o desempenho será uma constante ao longo de toda a vida (Wang, Jablonski & Magalhães, 2006).

A Classe 4, a única que está associada às representações do feminino, por isso intitulada “Ser Feminina”; promove uma associação de termos que representam as características apropriadas ao ser feminino, de uma perspectiva estereotipada da “mulher frágil”. Ressalta a ideia de uma maior sensibilidade emocional atribuída à mulher, sendo mais “delicada”, “sensível” e “frágil”, remetendo a percepção de que as mulheres são mais emotivas que os homens; apesar desta coexistir com a percepção que os homens são mais propensos a demonstrar raiva (Shields, 2002).

Palavras ligadas diretamente aos papéis tradicionais de gênero, como “mãe”, “cuidadosa” e “cuidar”; reforçam uma crença corrente que as mulheres devem colocar as necessidades das outras pessoas à frente de suas próprias em seus relacionamentos, como uma cuidadora natural (Cyrino, 2011).

A partir das análises realizadas até então, levando em consideração as evocações relacionadas ao termo “ser feminino significa...”, predispomo-nos a testar a nossa hipótese, a qual afirma que “representações sociais do feminino serão objetivadas através da ideia da submissão e essa objetivação vai ancorar-se em índices elevados da cultura de honra e sexismo”.

A priori, como indicado anteriormente, na preparação do *corpus* textual para as análises no *software* Iramuteq, foram acrescentadas variáveis na linha de comando de cada texto do banco de dados, contendo as informações referentes à idade, orientação sexual e se o participante havia pontuado acima ou abaixo do ponto médio dos instrumentos: Escala de Concepções da Masculinidade (Oransky & Fisher, 2009); o Inventário de Sexismo Ambivalente (Glick & Fiske, 1996) e o Inventário de Honra Conjugal.

Contudo, não obtivemos nenhuma associação significativa das variáveis em destaque ao campo léxico das representações do feminino, entretanto, isso não significa afirmar que não houve conteúdos sexistas. Analisando o pertencimento grupal e valência das características atribuídas para os termos ligados ao masculino e feminino, podemos perceber que as atribuições de valor positivo aos conteúdos evocados foram bastante próximas entre os gêneros, sendo 78,6% atribuições positivas às características masculinas e 79,5% ligado ao feminino. Ressaltando que a positividade preferencial para o grupo de pertencimento não implica necessariamente negatividade ou hostilidade em relação aos grupos externos (Brewer, 1999).

À medida que nos voltamos à identificação com o grupo, percebemos uma clara delimitação entre eles, onde 80,3% dos sujeitos afirmaram que se identificam com as características citadas com relação a “ser masculino”, ao passo que 55,6% se identificaram com os conteúdos ligados ao feminino. Resultado que converge com a literatura, pois, os grupos sociais têm representações deles mesmos, construídas a partir da consciência do lugar que eles ocupam em relação aos demais grupos sociais, portanto, as representações identitárias marcam as diferenças entre o endogrupo e o exogrupo, e, por conta do processo de categorização social, há uma interferência na percepção das características dos grupos, levando a uma acentuação das características que se referem à classificação (seja objetiva ou subjetivamente) (Deschamps & Moliner, 2009).

Observando o conteúdo representacional ligado aos gêneros, os dados demonstram uma ordem social caracterizada pela extensão dos significados masculinos a diversos aspectos do domínio público e privado, com atribuições e práticas ligadas a um ideal de masculinidade compartilhado socialmente, enquanto o conteúdo feminino se restringe à associação dos significados ligados a relações afetivas e práticas de cuidado baseadas na divisão social por

gênero; além de um vocabulário muito mais restrito ao universo feminino, pois os membros dos exogrupos são percebidos de forma mais homogênea e os membros dos endogrupos de forma mais heterogênea, portanto, menos estereotipada (Deschamps & Moliner, 2009).

Swin e Hyers (2009) ressaltam que os estereótipos, a priori, podem ser percebidos apenas como diferença entre os gêneros, em características ou habilidades, contudo, podem ser danosos, principalmente quando há seletividade baseada em gênero em diversos contextos, ou ainda como as pessoas em determinadas situações tratam diferentemente homens e mulheres.

A forte associação das palavras “mãe”, “cuidar” e “cuidadosa”, traz a ideia de responsabilização e cuidado pelo ambiente doméstico. Nesta divisão, baseada em papéis tradicionais de gênero, a mulher fica responsável, tanto pelas atividades domésticas quanto, e de forma proeminente, pelo cuidado infantil, naturalizando o tempo que as mulheres passam com as crianças, que é mais longo que o gasto pelos homens, reforçando, assim, a ideia do cuidado com os filhos a uma atribuição inerentemente feminina (Craig, 2006; Swim & Hyers, 2009).

Outra característica percebida na classe é a ideia de uma busca da beleza, enquanto uma das atribuições do universo feminino, essa imposição da beleza e fixação na aparência física das mulheres, por vezes, implicando o erótico, em detrimento das demais qualidades da mulher; é um tipo predominante de expressão de sexismo, podendo ser configurado como objetificação sexual ou corporal, que é vivenciada, tanto indiretamente como por meio de representações do feminino, através da mídia e, diretamente, nas relações cotidianas e trabalho (Swim & Hyers, 2009).

Portanto, nota-se que os termos associados a “ser feminino” endossam estereótipos de gênero, predominantemente na expressão de sexismo benevolente, como as palavras: delicada, frágil, carinhosa, cuidadosa e sensível. Dessa forma, caracterizando o gênero feminino e a figura da mulher, como que estas devessem ser protegidas, apoiadas e adoradas, e cujo amor é necessário para completar um homem. Essa idealização das mulheres implica, simultaneamente, que elas são fracas e mais adequadas aos papéis convencionais de gênero (Glick & Fiske, 2001; Swim & Hyers, 2009).

Apesar de uma maior aceitação social do sexismo benevolente, Glick e Fiske (2001) alertam que ele serve como um complemento crucial para o sexismo hostil, que ajuda a pacificar a resistência das mulheres à desigualdade de gênero na sociedade.

De acordo com Swin e Hyers (2009), o sexismo benevolente, muitas vezes, é manifestado de forma inconsciente, por sua atitude positiva, na medida em que reconhece a importância da mulher, mas sendo prejudiciais por causa das suposições não ditas, mantendo

crenças e normas sexistas. A esse respeito, Lima e Vala (2004) colocam que o processo de ativação dos estereótipos é automático e, em consequência, muito difícil de ser controlado.

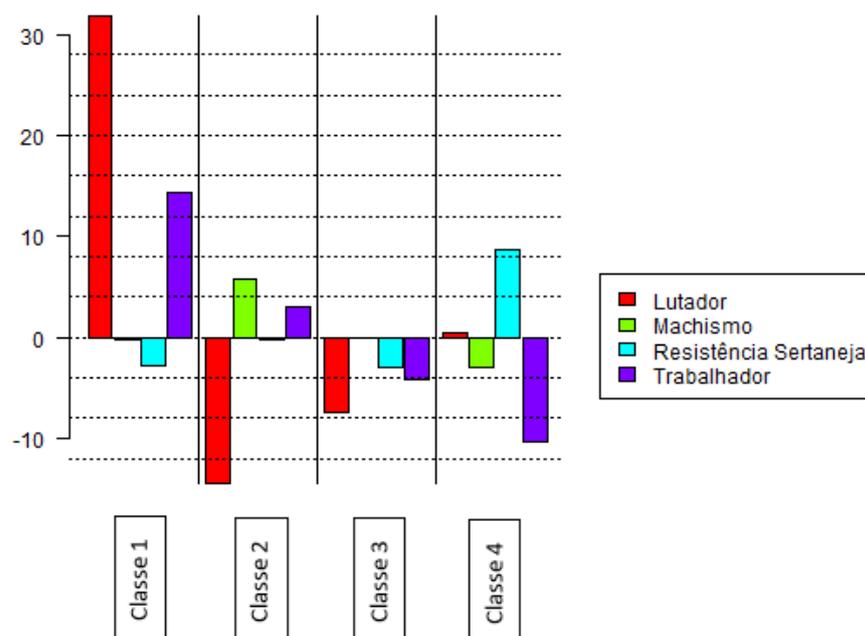
Em suma, a análise das representações sociais relacionadas a “ser feminino” confirmam parcialmente nossa hipótese que “as representações sociais do feminino seriam objetivadas através da ideia da submissão, e essa objetivação vai ancorar-se em índices elevados da cultura de honra e sexismo”, pois, apesar de não ter sido encontrada uma associação ( $\chi^2$ ) entre as categorias representacionais e os dados obtidos no ISA e no Inventário de Honra Conjugal, foi possível constatar que as representações sociais ligadas a “ser feminina” endossam estereótipos de gênero, reafirmando papéis tradicionais de gênero ligados a submissão feminina.

Desse modo, os estereótipos ligados a gênero, além de serem considerados sexistas, e justificarem o *status* quo patriarcal, podem levar as pessoas a essencializarem as diferenças de gênero (Cyrino, 2011), percebendo que as diferenças são inevitáveis, cristalizando, com isso, a delimitação social por gênero, e mantendo diferentes normas sociais e restrições situacionais para mulheres e homens. (Glick & Fiske, 2001; Swin & Hyers, 2009)

Seguindo as análises, construímos um Tgen com base nas classes do termo “nós os sertanejos somos...?”, como forma de promover uma comparação com os conteúdos relacionados às representações de gênero.

É importante ressaltar que Tgen corresponde a um reagrupamento de formas ou palavras que serão consideradas como um todo (Camargo & Justo, 2018). Trata-se uma projeção de um conjunto léxico agrupado em um Tgen nos perfis da classificação léxicas, ou seja, comparar as classes de “ser nordestino” nas classes derivadas das evocações “ser masculino” e “ser feminino”.

O qui-quadrado de ligação dos Tgens às classes de destino é calculado na mesma lógica que nos perfis: eles marcam a sobre ou sub-representação dos segmentos de texto que contêm pelo menos uma das formas de Tgen na classe. (Ratinaud & Marchand, 2016) (Figura 5).



**Figura 5.** Projeção de Tgens das classes de “ser sertanejo” nas classes de “ser masculino” e “ser feminino”

Como é possível observar na Figura 5, a Classe 1 (Trabalhador Honesto) é sobrerrepresentada pelos termos das categorias “Lutador” ( $\chi^2=31.8 p<0.0001$ ) e “Trabalhador” ( $\chi^2=14.3 p<0.005$ ) das evocações sertanejas, que possuem características vinculadas à relação com o trabalho e os atributos para lidar com as dificuldades. Demonstrando que há uma forte intercessão entre os termos utilizados em ambos os *corpora*.

Já na Classe 2 (Heteronormatividade) obteve-se uma sub-representação com relação à categoria “Lutador” ( $\chi^2= -14.4 p<0.005$ ). A primeira trata das configurações e práticas (físicas e sexuais) da masculinidade, com termos como: heterossexualidade, macho e homem; e a segunda faz menções às lutas do dia a dia e às qualidades percebidas do sertanejo, com termos como: lutador, inteligente e humano.

Cabe ressaltar que, apesar da recomendação de conexão entre as classes ter associação de pelo menos  $\chi^2=15,2$  ( $p<0,0001$ ) (Ratinaud e Marchand, 2016), levamos em consideração qui-quadrados próximos pra uma melhor interpretação dos conteúdos.

Assim, expostas as análises dos dados referentes às representações do termo “ser masculino é...”, e comprovada nossa hipótese anterior de que “haverá uma correlação positiva entre cultura da honra e sexismo”, propomo-nos a comprovar se “haverá uma relação correlação positiva entre as representações identitárias sertaneja e masculina com a cultura da honra e o sexismo”.

Vale lembrar que, anteriormente, já discutimos as correlações existentes entre a Escala de Sexismo Ambivalente e o Inventário de Honra Conjugal, na comprovação da segunda hipótese, onde foi possível concluir que os participantes que tiveram um escore maior na honra pessoal, também obtiveram um maior nível de sexismo total ( $r=0,28$ ;  $p<0,01$ ), da mesma forma que, de acordo com os resultados das correlações, quanto mais o indivíduo adere à cultura da honra, maior é seu sexismo total ( $r=0,32$ ;  $p<0,01$ ) e com o sexismo hostil ( $r=0,37$ ;  $p<0,01$ ) (Ver Tabela 4).

Neste momento, iremos focar nas correlações entre os instrumentos, a identidade sertaneja e a masculina. Levando em consideração que a identidade social pode ser definida como o conjunto formado pelo autoconceito do indivíduo, sua pertença grupal e a valoração atribuída a esta pertença (Tajfel, 1981), a partir das valências atribuídas às evocações sobre “nós os sertanejos somos...” e “ser masculino significa”, no questionário de evocações livres, construímos um indicador de identidade, ou seja, é um *score* referente à representação identitária que os participantes possuem.

Já que os grupos sociais têm representações deles mesmos, construídas a partir da consciência do lugar que eles ocupam em relação aos demais grupos sociais. O que significa dizer que as representações identitárias marcam as diferenças entre o endogrupo e o exogrupo (Deschamps e Moliner, 2009).

Tabela 6

**Médias, Desvios-padrão e correlações parciais entre as variáveis (controlada por idade, orientação sexual, religião, período do curso e estado civil) <sup>13</sup>.**

	Média	DP	2	3	4	5	6	7	8
1. Id. Sertaneja	3.14	2.25	.30**	.19*	.13	.19 <sup>+</sup>	-.16	-.19 <sup>+</sup>	.11
2. Id Masculina	2.78	2.41	-	.22*	.16	.20*	.01	-.20*	.23*
3. Sexismo Total	2.46	0.52	-	-	.85**	.79**	.28**	-.14	.23**
4. Sexismo Hostil	2.45	0.68	-	-	-	.36**	.30**	-.17 <sup>+</sup>	.37**
5. Sexismo Benevolente	2.48	0.58	-	-	-	-	.15	-.05	.15
6. Honra Pessoal	15.11	11.81	-	-	-	-	-	.42**	.13
7. Honra Coletiva	34.70	23,34	-	-	-	-	-	-	-.84**
8. C. da Honra	19.58	20.94	-	-	-	-	-	-	-

A partir das correlações entre os *scores* de identidade, é possível perceber que entre as identidades sociais, masculina e sertaneja, há uma forte e significativa correlação ( $r= 0.30$ ;  $p< 0.01$ ). Historicamente, na medida em que a figura do sertanejo surge na confluência de um discurso político e de um movimento cultural regionalista, voltado a preservar um passado regional que estaria desaparecendo com a emergência social da mulher, juntamente com o êxodo rural para o Sul/Sudeste do País, dos anos 1920 e 1930. Para Albuquerque Junior (2013), apesar de a masculinidade ser apenas um elemento constitutivo da identidade regional no Nordeste, é fundamental na construção de uma figura homogênea e característica como o nordestino, calcado na imagem do sertanejo.

Observando a análise comparativa promovida através de Tgens, percebemos que há sobreposições, principalmente nas classes que tratam da relação das identidades com o trabalho; elemento central na representação do sertanejo e diretamente relacionado à sua imagem, construída a partir de discursos e práticas que enquadravam os retirantes do “Norte”, como os trabalhadores símbolos nacionais, por não terem medo de trabalhar (Albuquerque Junior, 2011; 2013), assim como o trabalho é a principal maneira de inserção no mundo público e, portanto,

Nota: \*\*  $p< 0.01$

\*  $p< 0.05$

<sup>+</sup>A correlação é tendencialmente significativa  $p< 0.10$

um dos pilares sobre o qual se ergue a identidade masculina tradicional. Desta forma, exige-se que o homem tenha emprego, implicando, assim, ter recursos financeiros suficientes para o provimento da família. (Muszkat, 2006; Wang, Jablonski & Magalhães, 2006).

Analisando as representações identitárias sertaneja e masculina, tanto pelas análises léxicas quanto a partir dos relacionamentos entre os *scores* de identidade, podemos interpretar uma sobreposição entre as identidades sociais aqui em destaque. Lembrando que diferentes graus de sobreposição podem sinalizar uma representação convergente dos grupos como uma identidade social única.

Roccas e Brewer (2002) colocam que, quando há sobreposição extensa entre grupos definidos por diferentes dimensões da categorização, sem haver conflito neste processo, a identificação é relativamente simples. Assim, várias bases de identificação de grupo convergem em uma única identidade social com um único grupo consolidado.

Assumindo que a identidade masculina tem forte influência sobre a constituição da identidade sertaneja, podemos afirmar que os indivíduos que possuem esta identidade promoveram uma interseção entre elas. Roccas e Brewer (2002) explicam a interseção como um meio pelo qual um indivíduo pode obter reconhecimento simultâneo de mais de uma identidade social, e ainda manter uma única representação de grupo, podendo definir o grupo como a interseção de várias associações de grupos. Ressaltando que a interseção é a forma menos complexa de sobreposição, pois reduz identidades múltiplas e potencialmente diversas a uma identidade social única e altamente exclusiva. Assim, podemos conceituar a identidade sertaneja como sendo caracterizada por atributos prototipicamente masculinos, como: trabalhador e forte.

Na medida em que um grupo é altamente semelhante entre seus membros e compartilha os mesmos atributos e valores básicos, as diferentes identidades de grupo são altamente compatíveis e é fácil conceber, ao grupo múltiplo, associações como um único grupo relativamente homogêneo. Em suma, quanto mais uma pessoa percebe os grupos aos quais pertence, como semelhantes entre si, menos complexa é sua identidade social (Roccas & Brewer, 2002).

Houve também correlações positivas das identidades com o sexismo total, sendo a relação da identidade masculina ( $r = 0.22$ ;  $p < 0.05$ ) mais forte que a identidade sertaneja ( $r = 0.19$ ;  $p < 0.05$ ). O mesmo aconteceu com relação à dimensão referente ao sexismo benevolente ( $r = 0.20$ ;  $p < 0.05$ ;  $r = 0.19$ ;  $p < 0.10$ , respectivamente). Desse modo é possível afirmar que, quanto mais o indivíduo se identifica com masculino e sertanejo, especialmente a identidade masculina, mais este indivíduo tende ao sexismo, principalmente o sexismo benevolente.

Pela semelhança entre os atributos compartilhados pela identidade social sertaneja e masculina, como já colocado, é provável que esta interseção se configure numa representação de identidade social simples; o que reforça a baixa diversidade léxica com relação à identidade feminina, denotando uma homogeneidade do *outgroup* (Deschamps & Moliner, 2009), já que este tipo de representação identitária tende a perceber o ambiente em termos simples, desenvolvendo um certo conservadorismo, no sentido de evitar incerteza, ambiguidade ou instabilidade. Desse modo, tendem a delimitar muito bem os grupos que não têm características próximas as do grande grupo (homens sertanejos), como é caso da identidade feminina neste estudo (Roccas & Brewer, 2009).

A relação destas identidades com o sexismo se dá, principalmente, no compartilhamento de uma visão idealizada da mulher como objeto romântico e nas atitudes de reverência e proteção a seu papel de mãe e esposa, endossando os papéis sociais tradicionais de gênero, onde cabe às mulheres a função biológica da reprodução e a função social de cuidar da casa e dos filhos, características de uma expressão de preconceito sutil que apoia crenças sobre a inferioridade feminina (Glick & Fiske, 1996; 2001; Ferreira, 2014).

Resultado semelhante ocorreu com relação à honra coletiva, já que a identidade masculina ( $r= 0.20$ ;  $p< 0.05$ ) teve uma relação mais forte e significativa que a identidade sertaneja ( $r= 0.19$ ;  $p= 0.056$ ). Assim, os indivíduos que possuem essas representações identitárias, principalmente a identidade masculina, acreditam que “outro” agiria conforme a cultura da honra no contexto conjugal. Contudo, é importante destacar que apenas a identidade masculina obteve correlação significativa com a adesão da cultura da honra ( $r= 0.23$ ;  $p< 0.05$ ), ou seja, quanto mais o indivíduo se percebe masculino, mais ele tende a aceitar comportamentos relacionados à cultura da honra.

Para Cohen e Nisbett, (1996), as normas da cultura da honra são aplicadas socialmente e perpetuadas, pois se tornaram incorporadas em papéis sociais, expectativas, e definições compartilhadas da masculinidade. Nessa perspectiva, a defesa da reputação e a possibilidade de resolução de conflitos mediante violência, promovem, para o homem, uma ênfase na masculinidade tradicional.

Desse modo, tendo por base o resultado das correlações destacadas acima, assim como a aproximação e sobreposição de conteúdo, em especial à categoria “Trabalhador Honesto” (representação masculina) e às categorias “Lutador” e “Trabalhador” (representação sertaneja) (ver Gráfico 1), além das relações explicitadas entre as identidades e as expressões de sexismo e a defesa da honra (Tabela 6), foi possível confirmar a nossa hipótese que uma relação positiva entre as representações identitárias sertaneja e masculina com a cultura da honra e o sexismo.

#### 5.4 Identidade sertaneja, sexismo e cultura da honra

A fim de testarmos nossa última hipótese que “a relação entre a identidade sertaneja e o sexismo será mediada pela cultura da honra”, foi realizado um conjunto de regressões múltiplas, com o intuito de analisar o efeito mediador da adesão à cultura da honra na relação entre identidade sertaneja e o sexismo. Cabe lembrar que a variável relacionada a honra foi criada a partir da fórmula: média da honra pessoal - média da honra coletiva = adesão a cultura da honra, ou seja, quanto mais sua honra pessoal se aproximar da honra coletiva, maior sua adesão a preceitos da cultura da honra.

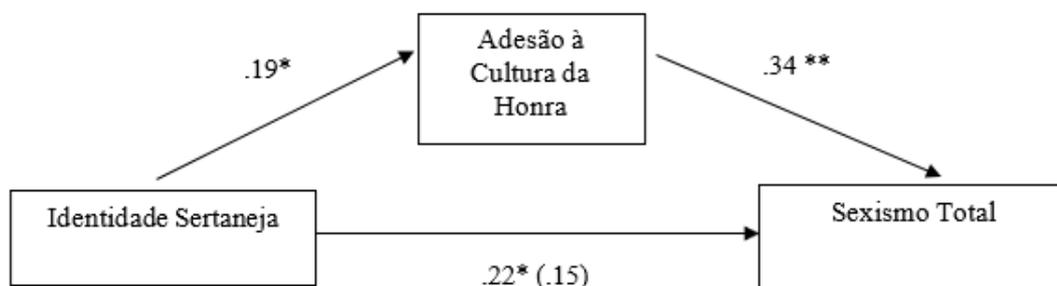
A variável é considerada mediadora na medida em que ela é responsável pela relação entre o preditor e o critério, ou seja, o conceito de mediação refere que uma variável independente (X), que afeta uma variável dependente (Y), através de uma ou mais potenciais variáveis intervenientes, ou mediadores (M) (Preacher & Hayes, 2008).

Hayes (2009), tendo por base os requisitos de mediação descritos por Baron e Kenny (1986), afirma que é necessário, inicialmente, estimar cada um dos caminhos no modelo. Assim os critérios estatísticos seriam: a) existir um efeito da variável dependente (VD) sobre a variável independente (VI); b) existir um efeito da VI sobre a variável mediadora (VM); c) existir um efeito significativo da VM sobre a VD; d) assim, uma variável é mediadora quando, ao ser colocada no modelo de análise, diminui o efeito da VI sobre a VD, tornando-se mais fraco ou mesmo desaparecendo.

Inicialmente, promovemos um conjunto de análise de regressão. Como é possível perceber na Figura 3, existe uma correlação positiva, apesar de baixa, entre a identidade sertaneja e a adesão de cultura,  $\beta = 0.19$ ,  $F(1,105) = 3.88$ ,  $p = 0.51$ , indicando que há uma tendência do indivíduo se perceber sertanejo e aceitar comportamentos relacionados à cultura da honra. Assim como há uma relação positiva da identidade sertaneja com o sexismo  $\beta = 0.22$ ,  $F(1,105) = 5.10$ ,  $p < 0.05$ . Em uma terceira análise, regredimos a adesão à cultura da honra para explicar o sexismo, obtivemos um efeito significativo  $\beta = 0.34$ ,  $F(1,115) = 15.22$ ,  $p < 0,001$ , quanto mais o indivíduo adere a cultura de honra mais ele endossa práticas sexistas.

Na análise posterior, ao controlarmos o efeito da adesão à cultura da honra, na relação entre a identidade sertaneja e o sexismo, verificamos que a relação da adesão à cultura da honra com o sexismo se mantém significativa,  $\beta = 0.33$ ,  $t(115) = 3.69$ ,  $p < 0,001$ , enquanto que a relação direta entre a identidade sertaneja e o sexismo deixou de ser significativa  $\beta = 0.15$ ,  $t(105) = 1.65$ , *ns*.

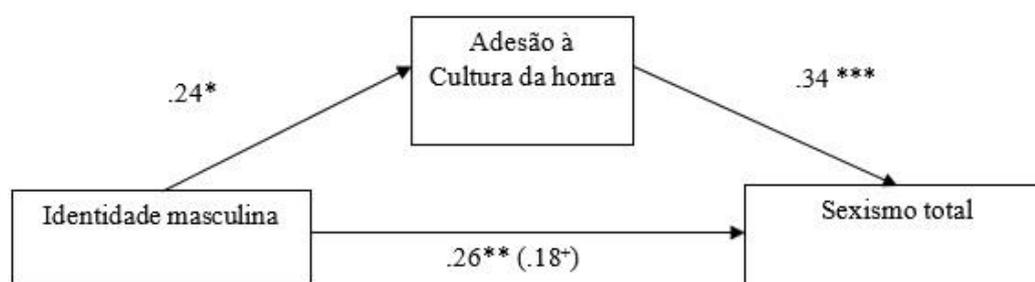
A relação entre identidade sertaneja e sexismo foi completamente mediada pela adesão à cultura da honra, de forma que o fato de sentir-se sertanejo não implica em sexismo, apenas quando a identidade sertaneja se relaciona com a cultura da honra é que ela produz sexismo, quanto mais o indivíduo adere a cultura da honra maior propensão ao sexismo (Figura 6)<sup>14</sup>.



**Figura 6.** Relação entre identidade sertaneja e o sexismo, tendo como mediadora a cultura da honra.

Embora não tenham sido formuladas hipóteses específicas, também nos propomos a analisar o efeito mediador da adesão à cultura da honra na relação entre identidade masculina e o sexismo. Do mesmo modo que na análise anterior inicialmente promovemos um conjunto de análise de regressão. Como é possível perceber na Figura 7, existe uma relação positiva entre a identidade masculina e a adesão de cultura,  $\beta = 0.24$ ,  $F(1, 108) = 6.73$ ,  $p < 0.05$ , indicando que há uma tendência do indivíduo se perceber masculino e aceitar comportamentos relacionados à cultura da honra. Assim como há uma relação positiva da identidade masculina com o sexismo  $\beta = 0.26$ ,  $F(1, 108) = 7.52$ ,  $p < 0,01$ . Em uma terceira análise regredimos a adesão a cultura da honra para explicar o sexismo, obtivemos um efeito significativo  $\beta = 0.34$ ,  $F(1,116) = 15.24$ ,  $p < 0,001$ , quanto mais o indivíduo adere a cultura de honra mais ele endossa práticas sexistas. Na análise posterior, ao controlarmos o efeito da adesão a cultura da honra na relação entre a identidade masculina e o sexismo, verificamos que a relação da adesão a cultura da honra e o sexismo se mantém significativa,  $\beta = 0.32$ ,  $t(115) = 3.53$ ,  $p = 0,001$ , enquanto que a relação direta entre a identidade masculina e o sexismo passa a ser tendencialmente significativa  $\beta = 0.18$ ,  $t(105) = 1.94$ ,  $p = .055$ . Assim, configura-se uma mediação, indicando que a relação entre identidade masculina e sexismo foi parcialmente mediada (tornou-se mais fraca) quando é introduzida a adesão à cultura da honra. De forma que, o fato de se sentir masculino implica mais sexismo, implicando também mais adesão à cultura da honra.

<sup>14</sup> Nota: \*  $p < 0.05$ ; \*\*  $p < 0.01$



**Figura 7.** Relação entre identidade masculina e o sexismo, tendo como mediadora a cultura da honra<sup>15</sup>.

Desse modo, podemos confirmar nossa última hipótese, já que os resultados indicaram que a relação entre a identidade sertaneja e o sexismo foi mediada inteiramente pela cultura da honra; fato que converge com a literatura, no sentido de estabelecer uma relação conhecida entre a defesa da honra e as expressões de violência de gênero, pois, na medida em que homens situados em culturas de honra se esforçam para construir e defender reputações, são mais propensos a usar agressão em resposta a provocações ou insultos que retratam seus pares do sexo feminino como sem vergonha sexual ou ameaçam sua masculinidade. (Cohen & Nisbett, 1994; Cohen, Nisbett, Bowdle & Schwarz, 1996; Nisbett & Cohen, 1996).

À medida que o participante identificado como sertanejo adere à cultura da honra, ele se aproxima ao discurso regionalista que ajudou a traçar as características do homem do sertão, que está relacionado ao valor que esta confere à honra pessoal, em nome da qual são legítimas as expressões de violência para defesa de sua reputação. Como exemplifica Albuquerque Junior (2013), ao relatar que o dentro da sociedade nordestina e sertaneja “um homem sem honra não existia mais, era considerado um pária na sociedade. O adultério feminino, por exemplo, tinha que ser duramente punido pelo marido sob a pena de ficar desonrado” (p. 179).

Já na segunda mediação (Figura 6), os resultados indicaram que a relação entre a identidade masculina e o sexismo foi mediada parcialmente pela cultura da honra. Como já observado na seção anterior (ver Tabela 6), quanto mais o indivíduo se identifica com o masculino mais tende a manifestações de sexismo e aceitar comportamentos relacionados à cultura da honra.

<sup>15</sup> Nota: + $p < 0.10$ ; \*  $p < 0.01$ ; \*\*  $p < 0.001$

Em ambas análises a adesão a honra mostra-se um elemento preditor de comportamentos sexistas. Fato que pode ser associado a ideia que dentro de culturas de honra, cabe ao homem impor práticas de manutenção da honra quando necessário, principalmente em casos de infidelidade feminina, como foi o exemplo de nosso instrumento. Assim, os homens muitas vezes se sentem justificados a atribuir condutas as mulheres e se envolverem em agressões para controlar suas parceiras ou familiares femininas para manutenção da própria honra masculina, como também as mulheres são encorajadas a suportar tal tratamento por uma questão de honra (Rodriguez Mosquera et al., 2002; Brown, et. al., 2018). Desse modo, apesar das da relação comprovada entre as identidades sertaneja e masculina e o sexismo, a associação dessas identidades com a cultura da honra aumento consideravelmente a predisposição dos serem sexistas.

## CAPITULO 6

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

As identidades sertaneja e masculina dos homens, do sertão de Sergipe, foram os objetos de estudo de nossa pesquisa. Em específico, propomo-nos a analisar a relação entre essas identidades, identificando se as concepções de masculinidade evocadas pelos participantes estão associadas a uma representação produzida e reproduzida socialmente do homem sertanejo, e ainda perceber de que forma essas representações identitárias estão associadas ao sexismo e à cultura da honra.

Constatamos que as representações identitárias sobre o sertanejo foram objetivadas, principalmente, por traços que enfatizam a força e a resiliência; resultado que é associado às representações compartilhadas do sertão e seu povo. Identificada no imaginário popular como uma região “problema”, remete a uma contínua batalha pelo desenvolvimento e sobrevivência dos sertanejos, representada desde a própria rudeza do ambiente até suas figuras imagéticas, como os cangaceiros e vaqueiros.

Verificamos que os participantes compartilham das representações sociais e os estereótipos que são direcionados aos sertanejos, de acordo com Gímenez (1997), à medida que pertencer a um grupo implica compartilhar parte do núcleo das representações social que os caracteriza e define. Contudo, percebemos também que essa identidade foi ressignificada, e os elementos negativos reforçados socialmente foram transformados em características positivas, interpretados como uma forma de preservar sua identificação regional. (Tajfel, 1981).

Encontramos uma correlação positiva entre cultura da honra, sexismo e as concepções da masculinidade. Notamos que os constructos se relacionam de forma a manter o *status* de poder masculino, pois, já que as concepções de masculinidade estão associadas à reputação do homem em suas relações sociais (Connel, 2000; Guerra et al., 2015), sua associação com o sexismo e a defesa da honra pode sugerir que essa forma de conceber a masculinidade está ligada à manutenção da estrutura patriarcal.

Isso reforça a ideia de uma masculinidade hegemônica, concebida como ideal em determinado contexto social (Kimmel, 1998); reafirmando a superioridade masculina em detrimento do feminino e de outras masculinidades subordinadas (como negros e homossexuais), naturalizando práticas de sexismo e comportamentos violentos em defesa da reputação; indicando ainda um movimento de manutenção de posturas tradicionais de gênero que demarcam diferenças sociais e asseguram espaços de poder masculino (Scarpati, 2012).

Nesse sentido, percebemos que o processo de diferenciação social ajuda a manter uma identidade masculina positiva, quando comparados com os traços atribuídos aos exogrupos (mulheres e masculinidades subordinadas), reforçando a divisão social e justificando as ações dirigidas aos grupos estereotipados. (Tajfel, 1981).

Foi comprovada de modo parcial a hipótese de que as representações sociais do feminino seriam objetivadas através da ideia da submissão, e essa objetivação iria ancorar-se em índices elevados na cultura de honra e sexismo. Apesar de não obtermos associações significantes, a partir dos instrumentos, foi perceptível que os conteúdos que representam as características do “ser feminino” partiam de uma perspectiva estereotipada da mulher frágil”, construindo uma representação do gênero, predominantemente, caracterizado por atributos ligados ao sexismo benevolente, ressaltando características que seriam inerentes às mulheres, como o afeto e a habilidade de cuidar, assim como que estas deveriam ser protegidas, apoiadas e adoradas, e cujo amor é necessário para completar um homem. Essa idealização das mulheres implica, simultaneamente, que elas são fracas e mais adequadas aos papéis convencionais de gênero.

A partir da criação de *scores* de identidade, comprovamos que há uma relação positiva entre as representações identitárias sertaneja e masculina com a cultura da honra e o sexismo. Percebemos que essas identidades se relacionaram fortemente, em muitos aspectos, sobrepondo-se e convergindo também com a construção histórica dessa identidade regional, pois a figura do sertanejo surge na confluência de um discurso político e de um movimento cultural regionalista que instituía a masculinidade como base dessa identidade.

Por conta da sobreposição entre as identidades sertaneja e masculina, características patriarcais são presentes na constituição de ambas representações identitárias, desse modo, sua relação com o sexismo se dá, principalmente, no compartilhamento de uma visão idealizada da mulher, que tem suas características homogeneizadas, endossando os papéis sociais tradicionais de gênero.

Da mesma forma com a cultura da honra, na medida em que as normas culturais são aplicadas socialmente e perpetuadas, tornam-se incorporadas em papéis sociais, expectativas e definições compartilhadas da masculinidade, pois representações sobre a estrutura social no qual o indivíduo está inserido são mediadoras de categorias identitárias. Nessa perspectiva, a defesa da reputação e a possibilidade de resolução de conflitos, mediante violência, promovem, para o homem, uma ênfase na masculinidade tradicional, de uma postura de sertanejo “macho”.

Comprovamos ainda que a relação entre a identidade sertaneja e o sexismo é mediada pela cultura da honra, e parcialmente mediada quando tratamos da identidade masculina. Dessa

forma, à medida que os homens que se identificam com culturas de honra se esforçam para construir e defender reputações, tendem a utilizar de violência em situações que ameaçam sua compreensão da organização social.

De acordo com Albuquerque Junior (2013), as características do homem do sertão estão diretamente relacionadas ao valor que este confere à honra pessoal, em nome da qual são legítimas expressões de violência para defesa de sua reputação. Desse modo, quando mais esse sertanejo adere à cultura de honra, maior propensão a ter atitudes sexistas. Na literatura, a relação entre a cultura da honra e as expressões de preconceito e violência de gênero já foi comprovada. (Cohen & Nisbett, 1994; Cohen, Nisbett, Bowdle & Schwarz, 1996; Nisbett & Cohen, 1996),

O presente estudo possui algumas limitações que merecem destaque. Uma primeira está relacionada à análise dos conteúdos representacionais, pois, apesar de obtermos um número representativo de participantes, por se tratarem de evocação livres possuem uma baixa frequência de palavras, ou seja, o tamanho dos *corpora* foi pequeno, restringindo as possibilidades de análises. Da mesma forma, que compreendemos que a amostra é composta por um recorte específico de sertanejos, sendo eles estudantes e com idades próximas (17 a 32 anos), mostrando-se um grupo bastante homogêneo, limitando em alguns aspectos a pesquisa, como por exemplo a comparação entre as variáveis de grupo

Ressalta-se que não era esperado que as amostras fossem representativas da população sertaneja de Sergipe, mas que se constituíssem em um número consistente para analisar os processos investigados. Além disso, conseguimos uma abrangência territorial considerável. Já coletamos dados dos participantes de 18 cidades sertanejas.

Nesse tocante, é importante para pesquisas futuras, uma amostra maior e mais diversificada, assim como a inserção de participantes femininas, como uma forma de ampliar a compreensão da identidade regional e suas interseções entre os gêneros.

No entanto, apesar das limitações destacadas, acreditamos que este estudo abre novas possibilidades de compreensão de fenômenos sociais, a partir do estudo das identidades, investigando a articulação entre uma identidade regional e uma de gênero, bem como associando essa interseção a outros constructos, como o sexismo e a honra.

A pesquisa propõe uma reflexão sobre dimensões da masculinidade que se baseiam na manutenção da estrutura social patriarcal, reproduzindo estereótipos de gênero, e promovendo discriminações sociais na medida em que endossam crenças sexistas e de defesa da honra.

Destacamos ainda que a compreensão dessas dinâmicas identitárias e seus comportamentos são fundamentais na elaboração de políticas públicas; propostas educativas voltadas para homens na tentativa de redução da violência.

Não obstante, este estudo abre a possibilidade de desnaturalizar as figuras e os papéis de gênero, permitindo pensar outras formas possíveis de ser homem no sertão, para além do estereótipo de macho, que é acompanhado por uma série de valores que dão legitimidade para atos de discriminação e violência às mulheres e aos próprios homens.

Nossos resultados abrem novos caminhos de pesquisa sobre identidade, porque, apesar dos dados demonstrarem que não há sexismo nos identificados com o sertão e com baixa adesão à cultura da honra, sendo a honra um preditor de comportamentos sexistas; fazem-se necessários outros estudos para compreender se o fenômeno se dá também em outro perfil de morador do sertão, ampliando a pesquisa para ambos os sexos, com idades mais variadas e não necessariamente vinculados à universidade e ao estado de Sergipe, pois a identidade é um fenômeno dinâmico, não algo fixo e acabado (Deschamps & Moliner, 2009).

Acredita-se também que o presente trabalho tenha indicado não apenas a relevância da discussão sobre masculinidade, mas a importância de compreendermos como essa identidade de gênero está imersa em premissas que endossam práticas preconceituosas, assim como ajuda a preencher a lacuna ainda existente na literatura de estudos empíricos.

## REFERÊNCIAS

- Abreu, R. L. M. (2013). *Masculinidades: posicionamentos dos homens nas relações conjugais*. 2013. Dissertação de Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ. Brasil.
- Ab'Saber, A. N. (1999). *Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida*. Revista Estudos Avançados, v. 13, n. 36, p. 72-83.
- Afonso, J. (2007). *Masculino e feminino: alguns aspectos da perspectiva psicanalítica*. Análise Psicológica, 3, 25, 331-342.
- Albuquerque Junior, D. M. (2011). *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez. 340 p.
- Albuquerque Júnior, D. M. (2013). *Nordestino: invenção do "falo" - Uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2ª. São Paulo: Intermeios. 254p.
- Alencar, R. B. de (2019). *Violência psicológica no casal: Gênero, cultura da honra e regulação emocional*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus. Brasil.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Addison Wesley Publishing Company. Inc.
- Almeida, M. de A. & Barbosa, A. M. de A. (2014). *A honra como reafirmação da identidade masculina no conto "A hora e vez de Augusto Matraga"*, João Guimarães Rosa. *Revista Artémis*, V.18, n.1, ISSN 1807-8214.
- Almeida, M. I. G. de (1996). *Masculino/Feminino: tensão insolúvel*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Amado J. (1995). Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15:145-151.
- Amâncio, L. (1998). *Os seres e os Modos de Ser*. Em *Masculino e Feminino: a construção social da diferença* (pp. 35-88). Porto: Edições Afrontamento (Coleção Saber Imaginar o Social).
- Amâncio, L. (2004). *Identidade Social e Relações Intergrupais*. Em: *Psicologia Social* (pp. 387-409). Orgs. Jorge Vala e Maria Benedita Monteiro. Lisboa-Portugal. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Amaral, W. L. (2014). *A dinâmica do espaço devocional sertanejo: a devoção a Padre Cícero e sua contribuição na constituição da identidade do sertanejo*. 2014. 220 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Amorim, G. M. de. (2014) *O Imaginário da Paisagem Sertaneja na Praça Euclides da Cunha*. Dissertação (de mestrado): Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife.

- Andrade Júnior, E. O.; & Andrade, E. O. (2016). *Lexical analysis of the Code of Medical Ethics of the Federal Council of Medicine*. Revista da Associação Médica Brasileira, 62(2), 123-130
- Andrade, É. C. (2011). *O cinema brasileiro contemporâneo e a invenção do sertão-mundo: errâncias a céu aberto*. 168 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília. Brasil.
- Andrêo, C. (2014). *Masculinidades e violências em narrativas de vida de jovens em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. 156 f. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo/SP. Brasil
- Antônio Filho, F. D. (2011). *Obre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no brasil (do ponto de vista da ciência geográfica)* Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro.
- Araújo, J. M. B. de (2010). *Voz, viola e desafio: experiências de repentistas e amantes da cantoria nordestina*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Brasil.
- Araújo, K. J. do N. (2016) *Reflexões sobre desenvolvimento moral de crianças e adolescentes na perspectiva de Kohlberg*. 2016. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande. PB. Brasil.
- Araújo, R. C. R. (2016). *Honra, valores humanos e traços de personalidade: a influência cultural*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. Brasil.
- Armenta, B. E. (2010). *Stereotype boost and stereotype threat effects: the moderating role of ethnic identification*. Cultural diversity & ethnic minority psychology, 16(1), 94–8.
- Atlas da violência 2018. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado de [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33410&Itemid=432](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432)
- Atlas da violência 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISBN 978-85-67450-14-8. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>.
- Augusto, R. C. (2011). *Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão, norte de Minas, nas últimas três décadas*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação. Minas Gerais. MG. Brasil.
- Barbalho, A. (2004). *Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo*. Revista Alceu, v. 4, n.8, p. 156-167, jan./jun.
- Barbosa, M. J. S. (1998) *Chorar verbo intransitivo*. Cadernos Pagú, Campinas, n. 11, p. 327-328.

- Barros, M. S. (2008) *O sagrado coração do Porto Nacional*. 2008, 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. GO. Brasil.
- Bastide, R. (2002) O mundo trágico de Graciliano Ramos. *Teresa - Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n.2.
- Batista, J. F. C.; Oliveira Júnior, J. H.; Musse, J. O. (2019) *Feminicídio no nordeste brasileiro: o que revelam os dados de acesso público*. Interfaces Científicas – Saúde e Ambiente, Aracaju, v. 7, n. 3, p. 61-74, abr. 2019. DOI: 10.17564/2316-3798.2019v7n3p61-74.
- Batista, J. R. M. (2014) *Os estereótipos e o efeito do contato virtual no preconceito contra negros e nordestinos*. 2014. 244 f. Tese de Doutorado (Pós Graduação em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Bauman, Zygmunt. (2001) *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed.
- Bednarik K (1970). *The male in crisis*. Knopf, Nova York.
- Belo, R. P. et al. (2005) *Correlatos valorativos do sexismo ambivalente*. Psicologia: reflexão e crítica, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 7-15, jan.-abr. 2005
- Berger, Peter. (2015). “*Sobre a obsolescência do conceito de honra*”. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. v. 14, n. 41, pp. 7-20, ago.
- Bernardes, D. M. (2007). *Notas sobre a formação social do Nordeste lua nova*, São Paulo, 71: 41-79. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/02.pdf>.
- Bertoni, L. M.; Menezes, S. de S. M.. (2017). O trabalho invisível no sertão e o saber-fazer das mulheres na produção de queijo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 103-118, ISSN 1676-2584.
- Blaine, B. E. (2007). Understanding Gender Stereotypes and Sexism. Em *Understanding the Psychology of Diversity* (pp. 101- 121). London: Sage publications.
- Boni, V.; Quaresma, S.J. (2005) *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais* Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Santa Catarina, V., 2 n 1 jan./jul.
- Bonomo, M., Barbosa, P. V., & Trindade, Z. A. (2008). Homens: gênero e identidade em grupos tradicionais, metrosssexuais e homossexuais no Brasil. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 6(17), 1-22.
- Botton, F. B. (2007) A masculinidade em questão: uma perspectiva de construção teórica. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, PR, Brasil.
- Bourdieu, Pierre (2012). *A Dominação Masculina (1930-2002)*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 160p.

- Braga, H. da C. (2009). *A identidade sertaneja em Goiás: um estudo a partir dos elos entre a geografia e a literatura de Bernardo Élis*. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Brewer, M.B. (1999) *The Psychology of Prejudice: ingroup love or outgroup hate?*. *Journal of Social Issues* 55: 429- 444.
- Brilhante, A.V.M., Silva, J.G., Vieira, L.J.E.S., Barros, N.F. Catrib, A.M.F.. (2018) *Construção do estereótipo do “macho nordestino” nas letras de forró no Nordeste brasileiro*. *Interface* (Botucatu). DOI: 10.1590/1807-57622016.0286.
- Brown, R. P., Baughman, K., & Carvallo, M. (2018). *Culture, masculine honor, and violence toward women*. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 44, 538–549.
- Brown, R. P., Osterman, L. L., & Barnes, C. D. (2009). School violence and the culture of honor. *Psychological Science*, 20, 1400-1405.
- Buffon, R. (1993) Reconstruções da imagem masculina em um grupo de homens das camadas médias intelectualizadas. *IV Reunião Regional/ABA/Sul*, Sessão: Construção da Identidade Masculina. Florianópolis, nov.
- Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial* (No. 1ª, pp. 2-306). Campo das Letras.
- Caixeta, S. P. (2016). *Agora eu fiquei doce: o discurso da autoestima no sertanejo universitário*. 2016, Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo. Brasil.
- Caldwell. K. L. (2010) *A institucionalização de estudos sobre a mulher: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil*. *Revista da ABPN: experiências de mulheres negras na produção do conhecimento*. Brasília, v. 1, n. 1, p. 18-27.
- Camargo B.V., Justo A.M. (2018). Tutorial para o uso do software de análise textual IRAMUTEQ. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS. [Internet]; Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-portugais-22-11-2018>.
- Camargo, Brigido Vizeu, Goetz, Everley Rosane, Bousfield, Andréa Barbará S, & Justo, Ana Maria. (2011). Representações sociais do corpo: estética e saúde. *Temas em Psicologia*, 19(1), 257-268. Recuperado em 15 de janeiro de 2020, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2011000100021&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000100021&lng=pt&tlng=pt).
- Campos, M. E. A. L., Ferreira, L. O. C., Barros, M. D. de A., Silva, H. L. (2011). *Mortes por homicídio em município da Região Nordeste do Brasil, 2004- 2006 a partir de dados policiais*. *Epidemiol Serv Saúde*, v. 20, n. 2, p. 151-159, 2011.
- Carrigan T, Connell R.W. & Lee J. (1987) Hard and heavy: Toward a new sociology of masculinity. In M Kaufman (ed.). *Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change*. Oxford University Press, Toronto-Nova York.

- Chaves, A. M., e Silva, P.L. (2013). Representações Sociais. In: *Psicologia social: temas e teoria/ Org. Leoncio Camino; Ana Raquel Rosas Torres; Marcus Eugênio Oliveira Lima; Marcos Emanuel Pereira. – 2. Ed. Revista e ampliada. Brasília, DF : Tecnopolitik.*
- Ciampa, A. C. (2001). *A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social.* São Paulo: Brasiliense.
- Clark, N. P. (2011). *Faca-face de um feminino sertanejo: impressões do regionalismo contemporâneo em Ronaldo Correia de Brito.* 2011. 208 f. Dissertação (Mestrado em Literatura)-Universidade de Brasília, Brasília.
- Cochran, S. V. (2010). Emergence and development of the psychology of men and masculinity. Em J. C. Chrisler, & D. R. McCreary. (Eds.), *Handbook of gender research in Psychology* (pp. 43-58). Nova Iorque: Springer.
- Cohen, D. & Nisbett, R. E. (1996). *New directions in social psychology. Culture of honor: The psychology of violence in the South.* Westview Press.
- Cohen, D. & Nisbett, R. E. (1997). Field experiments examining the culture of honor: The role of institutions in perpetuating norms about violence. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23, 1188-1199
- Cohen, D. (1996). Law, social policy, and violence: The impact of regional cultures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 961-978.
- Cohen, D. (1998). Culture, social organization, and patterns of violence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 408-419.
- Cohen, D., & Nisbett, R. E. (1994). Self-protection and the culture of honor: Explaining southern violence. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 20, 551-567.
- Cohen, D., Nisbett, R. E., Bowdle, B. F., & Schwarz, N. (1996) Insult, aggression and the southern culture of honor: An experimental ethnography." *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 945-960.
- Connell, R. W. (2000). *The man and the boys.* Cambridge: Polity press
- Connell, R.W. (1995) *Masculinities.* Berkley and L.A.: University of California Press.
- Connell, R. W. ; Messerschmidt, J. W. (2013) Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril, 2013. pp. 241-282.
- Copes, H. Kovandzic, T. Miller, J. M. Williamson, L. (2009). *The Lost Cause? Examining the Southern Culture of Honor Through Defensive Gun Use.* Crime & Delinquency.

- Corrêa, F. S. (2013). *Um estudo qualitativo sobre as representações utilizadas por professores e alunos para significar o uso da internet*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. SP. Brasil.
- Costa Junior, F. M. (2014). *Geração, masculinidades e atenção primária à saúde em três cidades do Nordeste brasileiro*. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo. SP. Brasil.
- Costa, P. A., Oliveira, R., Pereira, H. & Leal, I. (2015). Adaptação dos inventários de sexismo moderno para Portugal: o inventário de sexismo ambivalente e o inventário de ambivalência em relação aos homens. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(1), 126-135. <https://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201528114>
- Craig, L. (2006). Does Father Care Mean Fathers Share?: A Comparison of How Mothers and Fathers in Intact Families Spend Time with Children. *Gender & Society*, 20(2), 259–281. <https://doi.org/10.1177/0891243205285212>
- Cuchinir, L. (1992) *Feminino-Masculino*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Cunha, E da. (1906/1985) *Os Sertões*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A.
- Cyrino, R. (2011) Essencialismo de gênero e identidade sexual: o caso das mulheres executivas. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 79-102, jan./jun.
- D’Amorim, M.A. (1997). Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. *Temas em Psicologia*, 3, 121-134.
- Deschamps, J. C. & Moliner, P. (2009). *A Identidade em Psicologia Social*. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. Coleção Psicologia Social. Petrópolis-Brasil. Ed. Vozes.
- Dicionário Online de Português: Dicio. (2019). Recuperado em: <http://https://www.dicio.com.br/>
- Drumont, M. P. (1980). *Elementos para uma análise do machismo*. Perspectivas, São Paulo, 3: 81-85.
- Dumont L. (1993). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco
- Eccel, C. S.; Saraiva, L. A. S.; Carrieri, A. P. (2015) Masculinidade, autoimagem e preconceito em representações sociais de homossexuais. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*; Rio de Janeiro, v. 9, n. 1 (jan./mar.) ISSN 1982-2596 (Online)
- Ennes, M. A.; Marcon, F. (2014). *Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder*. *Sociologias*, 16(35), 274-305, 2014. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222014000100010>
- Faria, C. N. (2010) Puxando a sanfona e rasgando o Nordeste: relações de gênero na música popular nordestina (1950-1990). *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 3, n. 05, 23 jun.

- Fernandes, S & Pereira, M. (2018). *Endogrupo versus Exogrupo: o papel da identidade social nas relações intergrupais*. Estudos e Pesquisas em Psicologia. 18. 30-49. 10.12957/epp.2018.38108.
- Fernández L., M.; Castro R., Y. (2012) Evaluación del sexismo ambivalente en estudiantes gallegos/as [Assessment of ambivalent sexism in Galician students]. *Acción Psicológica*, v. 2, n. 2, p. 131-136, July 2012. ISSN 2255 1271. doi:<https://doi.org/10.5944/ap.2.2.526>.
- Ferraz, A. F. de A. (2011) *A aridez nas telas do cinema - Representações, identidades e pós-modernidade no nordeste brasileiro*. Razón y Palabra, núm. 76, maio-julho.
- Ferreira, M. C. (2004). Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em Psicologia*, 12(2), 119-126.
- Fialho, A.B. (2007) *A Identidade Regional Nordestina nos Sistemas de Significação do Consumo De Moda*. Santa Maria. Rio Grande do Sul. Disponível em: [http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/556/Fialho\\_Aline\\_Britto.pdf?sequence=1](http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/556/Fialho_Aline_Britto.pdf?sequence=1)
- Fini, L. D. T. (1991). *Desenvolvimento moral: de Piaget a Kohlberg*. *Perspectiva*, v. 9, n. 16, p. 58-78.
- Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. Em D. T. Gilbert; S. T. Fiske & G. Lindzey (Orgs.). *The handbook of social psychology* (4ª ed., Vol. II, pp. 357-411). Boston, MA: McGraw-Hill.
- Formiga, N. S. (2007). Valores humanos e sexismo ambivalente. *Revista do Departamento de Psicologia. UFF*, 19(2), 381-396. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232007000200009>
- Formiga, N. S. (2011). Inventário do Sexismo Ambivalente em brasileiros: sua acurácia estrutural. *Salud & Sociedad*, 2(2), 192-201.
- Formiga, N. S. Gouveia, V. V. Santos, M. N. (2002) *Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero*. *Psicologia em Estudo, Maringá*, v. 7, n. 1, p. 103-111, jan./jun.
- França, M. S. M. D. (2016). *A representação da identidade do nordestino na obra Vidas Secas de Graciliano Ramos*. 2016. GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Freitas, W. M. F., Silva, A. T. M. C., Coelho, E. A. C., Guedes, R. N., & Costa, A. M. T. (2009). Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. *Revista de. Saúde Pública*, 43(1), 85-90.
- Freud, S. (1900). *A interpretação dos sonhos*. ESB. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- Freud, S. (1909). *Análise de uma Fobia em um Menino de Cinco Anos*. Rio de Janeiro: Imago, 1990 (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. X).
- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia social: principais temas e vertentes* (pp. 253-261). Porto Alegre: Artmed.

- Gawryszewski V.P., Sanhueza A, Martinez-Piedra R, Escamilla J.A & Souza M.F.M. (2012). Homicídios na região das Américas: magnitude, distribuição e tendências, 1999-2009. *Ciência Saúde Coletiva*, 17:3171-82.
- Giddens, A. (2002) *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Giffin K. (2005) A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Cien Saude Colet* 2005; 10(1):47-58.
- Jiménez, G. (1997). "Materiales para una teoría de las identidades sociales", *Frontera Norte* (El Colegio de la Frontera Norte), vol. 9, núm. 18, pp. 9-28.
- Glick, P. (2013). BS at work: How Benevolent Sexism Undermines Women and Justifies Backlash. *Gender & Work: Challenging Conventional Wisdom* (pp. 4-10). Boston: Harvard Business School.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating Hostile and Benevolent Sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(3), 491-512.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (2001). An ambivalent alliance: Hostile and benevolent sexism as complementary justifications for gender inequality. *American Psychologist*, 56(2), 109–118. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.2.109>
- Glick, P., Diebold, J., Bailey-Werner, B., & Zhu, L. (1997). The two faces of Adam: Ambivalent sexism and polarized attitudes toward women. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23(12), 1323–1334. <https://doi.org/10.1177/01461672972312009>
- Goldenberg, M. (1991) *Ser homem, ser mulher: dentro e fora do casamento*. Rio de Janeiro: Revan.
- Gomes R. (2003). Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. *Ciência Saúde Coletiva* 2003; 8:825-9.
- Gomes, N. P. et al. (2007) Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta paulista de enfermagem*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 504-508, dez. 2007.
- Gomes, R. (2003). Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8, 825-829.
- Gomes, S. R. (2010). *História e cinema: sertão e redenção em Deus e o Diabo na terra do sol (1964)*. 2010. 183 f., Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília. Brasil.
- Gonçalves, M. L. S. (2018). *A música sertaneja brasileira de raiz: da memória à representação cultural*. 2018. 193 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia. GO. Brasil.
- Gouveia, R. C.; Ribeiro, J.C.; Souza, F.. (2016) A influência das representações sobre os nordestinos nas relações intergrupais entre usuários de uma rede social. In: Marcus Eugênio Oliveira Lima; Ana Raquel Rosas Torres; Elza Maria Techio. (Org), *Identidade Nacional e Representações do Brasil – Abordagens Integrativas*. 01 ed. São Paulo: Scortecci editora, v. 01, p. 117 – 140.

- Grangeiro, G. S. (2015). Nordeste viril: Representações da masculinidade no cinema brasileiro sob o olhar de Guel Arraes (2000-2003). 153 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. PB. Brasil.
- Griffin, S. (2014). Re-establishing social studies as a core subject. *Social Education*, 78(4), 170–171.
- Guerra, V. M., Scarpati, A. S., Duarte, C. N. B., Silva, C. V. da, & Motta, T. A. (2014). Ser homem é...: adaptação da escala de concepções da masculinidade. *Psico-USF*, 19(1), 155-165. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712014000100015>
- Guerra, V. M., Scarpati, A. S., Brasil, J. A., Livramento, A. M., & Silva, C. V. (2015). Concepções de masculinidade: Suas associações com os valores e a honra. *Psicologia e Saber Social*, 4, 72-88. doi: 10.12957/psi.saber.soc.2015.14840
- Hall, S. (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S.; Sovik, L. (2006). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. BH: UFMG.
- Hall, Stuart. (2008) Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2008. cap.3, p.103-133.
- Hall, Stuart. (2011) *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hardy E., Jiménez A.L., (2000). Masculinidad y género. In: Briceño-León R, Minayo MCS, Coimbra Jr. CEA, editors. *Salud y equidad: una mirada desde las ciencias sociales*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2000. p. 349-59.
- Herek, G. (2004). Beyond "homophobia": Thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. *Sexuality Research & Social Policy*, 1, 6-24.
- Honório, M. D. (2009) Cabra-macho, sim senhor! Um estudo sobre a masculinidade no nordeste do Brasil. I Seminário Nacional de Sociologia e Política –UFPR. Sociedade e política em tempos de incerteza. ISSN 2175-6880.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Síntese de Indicadores Sociais 2017: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>.
- Jodelet, D. (2001) Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, p.17-44.
- Jodelet, D. (2005) *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- Kami, M. T. M., Larocca, L. M., Chaves, M. M. N., Lowen, I. M. V., Souza, V. M. P., & Goto, D. Y. N. (2016) Trabalho no consultório na rua: uso do software IRAMUTEQ no apoio à pesquisa qualitativa. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 20(3), e20160069.
- Kaufman, M. (1987). *Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change*. Oxford University Press, Toronto-NovaYork.

- Kaufman M. (1994) Men, feminism and men's contradictory experiences of power. In: Broad H & Kaufman M (Eds.) *Theorizing masculinities*. Thousand Oaks, Sage.
- Kimmel M.S. (1987). The cult of masculinity: American social character and the legacy of the cowboy, pp. 235- 249. In M Kaufman (ed.). *Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change*. Oxford University Press, Toronto-Nova York.
- Kimmel, A. J., & Tissier-Desbordes, E. (1999). Males, masculinity and consumption: An exploratory investigation. *European Advances in Consumer Research*, 4, 243–251
- Kimmel, M. S. (1998) "A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e marginais". *Horizontes Antropológicos: Corpo Doença e Saúde*, v. 9, n. 1, p. 103-118.
- Kite M.E., Deaux K., Haines E.L. (2008). Gender stereotypes. In *Psychology of Women: A Handbook of Issues and Theories*, Vol. 2, ed. FL Denmark, MA Paludi, pp. 205–36. New York: Praeger
- Kohlberg, L. (1984). *Essays on moral development: The psychology of moral development*. San Francisco: Harper & Row.
- Lara Junior, N.; Lara, A. P. S. (2017). Identidade: colonização do mundo da vida e os desafios para a emancipação. *Psicologia & Sociedade*, 29(0). doi:10.1590/1807-0310/2017v29i171283
- Leblanc, J.-M. (2015). Proposition de protocole pour l'analyse des données textuelles: Pour une démarche expérimentale en lexicométrie. *Nouvelles perspectives en sciences sociales (NPSS)*, 11(1), 25–63.
- Lima, M. E. & Vala, J. (2004). *As novas formas de expressão do preconceito e do racismo*. Estudos de Psicologia: Natal.
- Loreto, E. da R.; Barros, M. F. de. (2005) *Identidade social de paulistas e nordestinos: representações intra e intergrupais*. Mental, ano III, n. 5, Barbacena, pp. 115-127, nov.
- Macedo, M. dos S. (2008). Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Caderno CRH*, 21(53), 385-399. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000200013>
- Machado, D. L. C. (2013). *Literatura de Cordel e a construção subjetiva do herói*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE.
- Machado, M. C. R. da M. (1973) Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (I). *Revista de História*, n. 93, São Paulo, p. 139-175.
- Maia A.F.; Antunes D.C. (2008) Música, indústria cultural e limitação da consciência. *Rev. Mal Estar Subj.* 2008;8(4):1143-76
- Melo Neto, J. C. (1955/2007). *Morte e vida severina e outros poemas*. Rio de Janeiro: Alfaguara.

- Menezes, I. G. de. (2012). *Jovens rurais no sertão sergipano : escolarização e identidades culturais*. 2012. Dissertação Tese (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. Brasil.
- Menezes, I. G. de. (2016). *No sertão da minha terra, o sentido da escolarização, as expectativas profissionais e o discurso sobre identidade e individualizações de jovens rurais estudantes do ensino médio em escolas urbanas*. 2016. 360 f. Tese (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. Brasil.
- Menezes, V. A. (2013). *O "outro" Nordeste: uma abordagem sobre a contribuição do olhar de Pierre Verger sobre o sertão*. 2013, Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. Brasil.
- Minayo MCS. (2005) Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: Ministério da Saúde, organizador. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde; p. 9-41. 8.
- Miranda, V. G. (2017) A linguagem e a agenda: uma análise de correspondência de discursos relacionados à Emenda da Reeleição (1995-1997). *Revista Teoria e Pesquisa*. 210-240.
- Mocellim A. (2008) A questão da identidade em Giddens e Bauman. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Santa Catarina: UFSC, 2008; p. 1-31.
- Modesto, C. F. (2011). José de Barros e Hora Sertaneja: Entre práticas e representações da cultura sertaneja em Juiz de Fora. *Revista Razón y Palabra* ISSN: 1605-4806.
- Moraes, J. R. de. (2009). *“Truce um triângulo no matulão [...] xote, maracatu e baião” : a musicalidade de Luiz Gonzaga na construção da “identidade” nordestina*. 2009. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Moraes, M. D. C. (2006) *Ainda queremos ser...tão?* (reflexões sobre identidade cultural e imaginário de sertão no Piauí). *CARTACEPRO*, Teresina-PI, v.24, n. 1, pp. 38-49.
- Moreira, Virginia, Boris, Georges Daniel Janja Bloc, & Venâncio, Nadja. (2011). O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 398-406. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000200021>
- Moscovici, S. (2010) *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. 7. ed. Petrópolis: Vozes.
- Moura EC, Gomes R, Falcão MTC, Schwarz E, Neves ACM, Santos W. Gender inequalities in external cause mortality in Brazil, 2010. *Ciênc Saúde Coletiva* 2015; 20:779-88. 9.
- Muszkat, S. (2006). Violência e masculinidade: Uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, SP. Brasil.
- Nader (2002), M. B. A condição masculina na sociedade. *Dimensões: Revista de História da UFES*, Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002

- Nader M.B., Caminoti J.M. (2014). *Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica*. Anais do 16º Encontro Regional de História da ANPUH-RIO: Saberes e Práticas Científicas. 28 de julho a 1º de agosto de 2014, Rio de Janeiro, Brasil. ANPUH-Rio: Rio de Janeiro; 2014. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400262820\\_ARQUIVO\\_Generoepoderaconstrucaodamasculinidadeeoexerciciodopodermasculinonaesferadomestica.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400262820_ARQUIVO_Generoepoderaconstrucaodamasculinidadeeoexerciciodopodermasculinonaesferadomestica.pdf) Acessado em outubro de 2018
- Nascimento, B. B. do. (2017) O sexismo no ensino superior do Maranhão. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís. Brasil.
- Neves, F. C. (2012) O Nordeste e a historiografia brasileira. In: *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.5, n.10, 2012.
- Neves, S. P. (1987) *Homem, mulher e medo: metáforas da relação homem mulher*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Nisbett, R. E. (1993). Violence and U.S. regional culture. *American Psychologist*. 48. 441-449
- Nóbrega Júnior, J.M.P. (2017). Violência homicida no Nordeste brasileiro: Dinâmica dos números e possibilidades causais. *Dilemas - Rev Estud Conflito e Control Soc*. 2017;10(3):553 – 72
- Nolasco, S. (1997) Um “Homem de Verdade”. In: CALDAS, Dario (org.). *Homens*. São Paulo: Editora SENAC, 1997, p. 13-29.
- Oliveira Filho, P. (2016). Discurso e identidade: a pobreza e a miséria nordestina em relatos de jornais paraibanos e pernambucanos. In M. E. O. Lima, A. R. R. Torres, & E. M. Techio (Orgs.), *Identidade nacional e representações do Brasil: abordagens integrativas* (pp. 149-176). São Paulo: Scortecci.
- Oliveira, C. D.; Marques S. C.; Tosoli, A. M. (2005) Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. P. et al. (Org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: Ed. da UFPB.
- Oliveira, D.C.; Souza, L. (2006) Gênero e violência conjugal concepções de psicólogos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6:34-50.
- Oliveira, H. C. de. (2018). Um sertão Elomariano: identidade e modernidade na obra de Elomar Figueira Mello. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, (54), 361- 92.
- Oransky, M., & Fisher, C. (2009). The Development and Validation of the Meanings of Adolescent Masculinity Scale. *Psychology of Men & Masculinity*, 10(1), 57-72.
- Ortiz, R. (2006). *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- Patativa do Assaré. Cante lá que eu canto cá. Rio de Janeiro: Vozes, 1978. Disponível em:
- Patativa do Assaré. (1978). Cante lá que eu canto cá. Rio de Janeiro: Vozes. Disponível em: [http://gege.fct.unesp.br/grupos/gepep/cordeis\\_poemas.pdf](http://gege.fct.unesp.br/grupos/gepep/cordeis_poemas.pdf), acessado em: 09 de novembro de 2019.

- Pereira, M. E., Álvaro, J. L., Oliveira, A. C., & Dantas, G. S. (2011). Estereótipos e essencialização de brancos e negros: um estudo comparativo. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 144-153.
- Pericás, L. B. (2010) *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010. 319 p.
- Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>
- Pessoa, A. E. S. (2003). *As ruínas da tradição: “A casa da torre” de Garcia D`Ávila – família e propriedade no nordeste colonial*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Brasil.
- Piaget, J. (1932/1994). *O Juízo Moral na Criança*. SP: Summus.
- Pinto, R. M. F., Micheletti, F. A. B. de O, Bernardes, L. M., Fernandes, J. M. P. A., Monteiro, G. V., Silva, M. L. N., Barreira, T. M. H. de M., Makhoul, A. F, & Cohn, A.. (2011). Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Serviço Social & Sociedade*, (105), 167-179. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000100010>
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10.
- Portela, V. S. (2017) *A discriminação da mulher negra no setor industrial sergipano entre 2007 e 2014: uma análise dos impactos da norma de responsabilidade social empresarial*. 2017. 148 f. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. Brasil.
- Preacher, K. J., & Hayes, A. F. (2008). Asymptotic and Resampling Strategies for Assessing and Comparing Indirect Effects in Multiple Mediator Models. *Behavior Research Methods*, 40, 879-891. <http://dx.doi.org/10.3758/BRM.40.3.879>
- Prokos, A. e Padavic, I. (2002) There oughtta be a law against bitches: masculinity lessons in police academy training. In: *Gender, Work and Organization*, v. 9, n. 4, Aug.
- Pulcino, R.; Pinho, R.; Andrade, M. (2014). *Papéis e identidades de gênero no contexto escolar: a percepção dos/as jovens sobre as relações entre os sexos*. Em aberto, Brasília, v. 27, n. 92, p. 127-146, jul./dez. 2014.
- Quadros, M. P. dos R. (2010). lealdade visceral: As origens do haraquiri no Papão medieval. *Revista Historiador Especial Número 01*. Ano 03. Julho de 2010 Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>
- Radice, J. (1987) Papéis sexuais no nordeste do Brasil, sua desejabilidade e possíveis consequências para a autorrealização da mulher. *Revista de Psicologia*, S. 1.93-103.
- Ratinaud, P. (2009). IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Computer software]. Recuperado em: <http://www.iramuteq.org>

- Ratinaud, P., & Marchand, P. (2016). Quelques méthodes pour l'étude des relations entre classifications lexicales de corpus hétérogènes: Application aux débats à l'Assemblée Nationale et aux sites web de partis politiques. *13ème Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles*.
- Reed, J. S. (1982). *One South: An Ethnic Approach to Regional Culture*. Baton Rouge: Louisiana State University Press.
- Ribeiro, R. W. (1999) Seca e determinismo: a Gênese do discurso do semi-árido nordestino. In: *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*. Volume 22. 1999. 60-91 p.
- Roccas, S. & Brewer, M. B. (2002). *Social Identity Complexity*. *Personality and Social Psychology Review*. Vol. 6, No. 2, 88-106. Ed. Sage Publications.
- Rodriguez Mosquera, P. M., Fischer, A. H., & Manstead, A. S. R. (2004). Inside the heart of emotion. On culture and relational concerns. In L. Z. Tiedens & C. W. Leach (Eds.), *The social life of emotions* (pp. 187-202). Cambridge, UK: Cambridge University Press
- Rodriguez Mosquera, P. M., Fischer, A. H., Manstead, A. S. R. e Zaalber, R. (2008). Attack, disapproval, or withdrawal? The role of honour in anger and shame responses to being insulted. *Cognition and Emotion*, 22(8), pp. 1471 - 1498.
- Rodriguez Mosquera, P. M., Manstead, A. S. R., & Fischer, A. H. (2000). The role of honor-related values in the elicitation, experience and communication of pride, shame and anger: Spain and the Netherlands compared. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 833-844.
- Rodriguez Mosquera, P. M., Manstead, A. S. R., & Fischer, A. H. (2002). The role of honor concerns in emotional reactions to offenses. *Cognition and Emotion*, 16, 143-164
- Rohden F. (2006). Para que serve o conceito de honra, ainda hoje? *Campos* 2006; 7(2):101-120.
- Sá, A. M. de. (2012). *Os modos de dizer e de fazer (d)a convivência: enunciados e invenções de semiárido*. 2012. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. PB. Brasil.
- Salviati, M. E. (2017) Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). Planaltina, Distrito Federal, março de 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/anexo-manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>.
- Sanchez, D. C. S. (2016). *O cinema e a criação de mitos: o cangaceiro e o gaúcho, uma relação intercultural entre Brasil e Argentina*. 2016. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
- Santos L. (2015) Homens e expressão emocional e afetiva: vozes de desconforto associadas a uma herança instituída, *Configurações* [Online], 15 | 2015, posto online no dia 01 setembro 2015, consultado o 28 julho 2019. URL : <http://journals.openedition.org/configuracoes/2593> ; DOI : 10.4000/configuracoes.2593

- Santos, R. G. dos. (2012). A instituição da identidade sertaneja nordestina a partir das músicas de Luiz Gonzaga. *Revista Letrando*, v. 2, p. 21-32, jul./dez. ISSN 2317-0735.
- Santos, S. A. dos. (2018). “Um boi zepelim enfeitado...”: trajetória de vida do vaqueiro “Doutor de vito” e as vaquejadas “pega-de-boi no mato” no sertão sergipano dos anos 1950. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.
- Saucier, D. A., Stanford, A. J., Miller, S. S., Martens, A. L., Miller, A. K., Jones, T. L., McManus, J. L., & Burns, M. D. (2016). Masculine honor beliefs: Measurement and correlates. *Personality and Individual Differences*, 94, 75. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.12.049>
- Scardua, A.; Souza Filho, E. A. (2006). O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 482-490.**
- Scarpatti, A. S. (2012). *Os mitos de estupro e a (im)parcialidade jurídica: A percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Schopenhauer, A. (2003) *A arte de se fazer respeitar ou tratado sobre a honra*. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes.
- Scott, J. W. (1986) "Gender: A Useful Category of Historical Analysis." *American Historical Review*, v. 91, n. 5, 1986. p. 1053-1075.
- Scott, J. W. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas, Florianópolis*, 13(1), 11-30.
- Shields, S. A. (2002). *Speaking from the heart: Gender and the social meaning of emotion*. New York: Cambridge University Press.
- Silva, F. R. (2008). *Representações Realistas do Sertão: do Canto do Mar ao Baile Perfumado*. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Brasil.
- Silva, J. N. G. da. (2016). *Reconfiguração do espaço rural de Porto da Folha/SE : inovações socioprodutivas e ruralidades*. 2016. 191 f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. Brasil.
- Silva, M. & Oliveira, A. de. (2016). Processo de revitalização do sertão: uma prática necessária sobretudo em Quixeramobim-CE. *GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, (9), 263-279.
- Silva, M. A. (2009). Percepções do espaço-tempo brasileiro: rancho em um lugar. *Revista de História Comparada*, ISSN-e 1981-383X, Vol. 3, Nº 1.
- Silva, S. (2000). Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 20(3), 8-15. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932000000300003>

- Silva, S. G. (2006). A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 26(1), 118-131.
- Smigay, K. E. V. (2002). Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em revista*, 8(11), 32-46.
- Sousa, Y. S. O., Santos, M. F. S., & Apostolidis, T. (No prelo). *Drogas no Espaço Público: Consumo, Tráfico e Política na Imprensa Brasileira*. Psicologia: Ciência e Profissão.
- Souza, E.R., Gomes R., Silva J.G., Correia B.S.C, Silva M.M.A. (2012). Morbimortalidade de homens jovens brasileiros por agressão: expressão dos diferenciais de gênero. *Ciênc Saúde Coletiva*. 17:3243-8.
- Souza, F. da P. M. de. (2018). *Fronteiras da trijunção: representações e memórias do sertão-gerais no Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. 2018. 400 f., il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) —Universidade de Brasília, Brasília. Brasil.
- Souza, M. A. R., Wall, M. L., Thuler, A. C. M. C., Lowen, I. M. V., & P., A M. (2018). O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 52, e03353. Epub October 04, 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2017015003353>
- Souza, M. F. de. (2009). As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s). *Mediações*, 14(2), 123-144.
- Souza, M. G. T. C. (2010). *Processos Psicológicos do Homicídio*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), 119 f. -Universidade Federal de Pernambuco. Recife. PE. Brasil.
- Souza, M. G. T. C. (2015). *Cultura da Honra e Homicídios em Pernambuco: um novo modelo psicocultural'*. 201 f. Doutorado em Psicologia Cognitiva. Universidade Federal De Pernambuco, Recife/PE.
- Souza, M. G. T. C., Roazzi, A. & Souza, B. C. (2009). Políticas Públicas e o Problema do Homicídio: A Necessidade de Uma Nova Abordagem. In: *V Seminário de Ciências Políticas & Relações Internacionais da UFPE*, Recife. Anais do V Seminário de Ciências Políticas & Relações Internacionais da UFPE, Recife
- Steele, C. M; Aronson, J., (1995) Stereotype Threat and the Intellectual test performance of African Americans, *Jornal of Personality and Social Psychology*, 1995, Vol. 69, No.5, 797-811
- Suess, R. & Almeida, S. (2015). O “lugar” de Goiás nas letras de músicas sertanejas: uma abordagem geográfica. *Caminhos de Geografia*, 16(54).
- Swim, J. K., & Hyers, L. L. (2009). Sexism. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination* (pp. 407-430). New York, NY, US: Psychology Press.
- Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). *Social categorization and intergroup behaviour*. *European Journal of Social Psychology*, 1(2), 149–178. doi:10.1002/ejsp.2420010202

- Tajfel, H. (1978) Social categorization, social identity and social comparison. In: Tajfel, H. (Ed.). *Differentiation between social groups: studies in the social psychology of intergroup relations*. Londres: Academic Press, p. 61-76
- Tajfel, H. (1983). Grupos humanos e categorias sociais: *Estudos em psicologia social*. v. II, Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982). Grupos humanos e categorias sociais: *Estudos em psicologia social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Techio, E. M. (2011). Estereótipos Sociais como Preditores das Relações Intergrupais. Em: *Cultura e produção das Diferenças: Estereótipos e Preconceito no Brasil, Espanha e Portugal* (pp. 21-75). Orgs. Elza Maria Techio e Marcus Eugênio Oliveira Lima. Brasília-Brasil. Ed. TechnoPolitik.
- Techio, E. M. e Lima, M. E. O. (2016). A construção social da identidade regional: ser nordestino na concepção de universitários. In M. E. O. Lima, A. R. R. Torres, & E. M. Techio (Orgs.), *Identidade nacional e representações do Brasil: abordagens integrativas* (pp. 149-176). São Paulo: Scortecci.
- Techio, E. M.; Lima, M. E. O. & Azevedo, D. S. (2012). Identidade regional e memória coletiva em Sergipe. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, 6(10), 25-45.
- Torres, A. R. R. & Camino, L. (2011). Grupos Sociais, Relações Intergrupais e Identidade Social. Em: *Psicologia Social: Temas e Teorias* (pp. 515-539). Orgs. Leoncio Camino; Ana Raquel Rosas Torres; Marcus Eugênio Oliveira Lima & Marcos Emanuel Pereira. 2ª Ed. Revista e Ampliada. Brasília-Brasil. Ed. TechnoPolitik.
- Trevisan, J. S. (1998). *Seis balas num buraco só: a crise do masculino*. Rio de Janeiro: Record.
- Tsan, J. Y., Day, S. X., Schwartz, J. P., & Kimbrel, N. A. (2011). Restrictive emotionality, BIS, BAS, and psychological help-seeking behavior. *Psychology of Men & Masculinity*, 12(3), 260-274.
- Vala, J. (1997) *Representações sociais e percepções intergrupais*. *Análise social*, vol. XXXII (140), (1º), pp. 7-29.
- Vasconcelos, C. P. (2006). A construção da imagem do nordestino/sertanejo na constituição da identidade nacional. Trabalho apresentado no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, em Salvador, Bahia. Disponível em: [http://www.cult.ufba.br/enecul2006/claudia\\_pereira\\_vasconcelos.pdf](http://www.cult.ufba.br/enecul2006/claudia_pereira_vasconcelos.pdf)
- Vaz, C. B. N. (2016). *Os sertões sertanejos: identidade, representação e regionalização nos territórios de identidade Sertão Produtivo e Sertão São Francisco*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador. BA. Brasil.
- Vieira, M. D. S. (2007) *O cangaço no cinema brasileiro*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, São Paulo. Brasil.

- Wang, M-L.; Jablonski, B. & Magalhães, A. S. (2006). Identidades masculinas: limites e possibilidades. *Psicologia em Revista*, 12, 19, 54-65.
- Welzer-Lang D. (2001) A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas* 2001; 2:460-82.
- Wolfgang, M. E., & Ferracuti, F. (1967). *The subculture of violence*. London: Tavistock.
- Wood, W., & Eagly, A. H. (2010) Gender. *Handbook of Social Psychology* (Vol.1, pp.629-667). New Jersey, US: Willey.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, T. S. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes.
- Woodward, K. (2008). Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual. In. Silva, T. T. da (Org.). *Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais* (pp.7-72). Petrópolis-Brasil. Ed. Vozes.
- Zavalloni, m. & Louis-guerin, C. (1984). *Identité sociale et conscience – Introduction à l'égoécologie*. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal.

## APÊNDICES

**Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PSICOLOGIA

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**Objetivos do estudo e investigadores**

Este estudo pretende compreender as concepções e representações das masculinidades do homem do sertão Sergipano, assim como verificar a influência da identidade sertaneja sobre a construção destas.

Por favor, leia atentamente as instruções e perguntas. Não há respostas certas nem erradas dado que apenas pretendemos conhecer as suas opiniões.

O pesquisador responsável por este projeto é o mestrando Charles Vinicius Bezerra de Souza, que pode ser contactado pelo e-mail charles\_cdm@hotmail.com e pelo telefone (079) 99145 4344. Esta pesquisa é de orientação do Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima (quaisquer questões podem ser colocadas através de e-mail citado acima).

**Participação, confidencialidade e segurança dos dados**

A participação neste estudo é totalmente voluntária. Pode decidir abandonar o estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Todos os dados coletados neste estudo são anônimos e serão guardados de forma confidencial. Os dados serão codificados de forma a que as respostas não possam ser atribuídas a nenhum indivíduo. Todos os dados que você fornecer serão apenas utilizados para os objetivos de investigação do presente estudo.

Você concorda em participar? ( ) Sim ( ) Não

Aracaju \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

**Apêndice B: Questionário**  
Dados Sócios Demográficos

1) Idade: \_\_\_\_\_ anos

2) Naturalidade:

-Qual a/o Cidade/Estado em que nasceu? \_\_\_\_\_

-Quanto tempo viveu na sua cidade natal? \_\_\_\_\_

-Em que cidade você reside atualmente? \_\_\_\_\_

-Há quanto tempo reside nessa cidade? \_\_\_\_\_

3) Orientação Sexual:

Heterossexual  Homossexual  Bissexual  Outros: \_\_\_\_\_

4) Estado Civil:

Casado  Solteiro  Divorciado/separado  Viúvo  União Estável

Outros \_\_\_\_\_ N° de Filhos (se tiver): \_\_\_\_\_

5) Profissão (se tiver): \_\_\_\_\_

6) Faixa de Renda Mensal Familiar:

Até R\$ 2.000,00

De R\$ 10.000,01 a R\$ 12.000,00

De R\$ 2.000,01 a R\$ 4.000,00

De R\$ 12.000,01 a R\$ 14.000,00

De R\$ 4.000,01 a R\$ 6.000,00

De R\$ 14.000,01 a R\$ 16.000,00

De R\$ 6.000,01 a R\$ 8.000,00

Acima de R\$ 16.000,00.

De R\$ 8.000,01 a R\$ 10.000,00

Quanto você contribui na renda mensal familiar?

Nada  Menos da Metade  Metade  Mais da Metade  Toda Renda

7) Possui religião:

Sim  Não Se sim, qual? \_\_\_\_\_

De 0 a 10, o quanto você se considera religioso?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

8) Curso o qual estuda: \_\_\_\_\_

Período: \_\_\_\_\_

9) Escreva as cinco primeiras palavras (ou frases curtas) que lhe virem à mente com relação ao complemento da afirmativa abaixo. Após escrever, avalie se, em sua opinião, a palavra/característica que escreveu é: Positiva, Negativa ou Neutra. Em seguida, escrevendo sim ou não, expresse se a palavra/característica identifica ou não você.

Ser masculino significa:

Palavra/frase	Positiva	Negativa	Neutra	Identifica-se	
				( )Sim	( )Não
1.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
2.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
3.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
4.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
5.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não

Ser feminina significa:

Palavra/frase	Positiva	Negativa	Neutra	Identifica-se	
				( )Sim	( )Não
1.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
2.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
3.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
4.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
5.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não

10) Seguindo a mesma dinâmica da situação anterior. Será descrito um grupo, o qual você vai entender como pertencente (sendo ou não participante deste grupo), e a partir da idéia de “nós”, escreva as cinco primeiras palavras (ou frases curtas) que lhe virem à mente. Posteriormente, será solicitado que faça a mesma atribuição, porém, pensando num grupo oposto e diferente do anterior. Este grupo será o “eles”.

**Por exemplo:**

**“ Nós os brasileiros somos...”**

**“Eles os estrangeiros são...”**

Agora responda as questões a seguir:

- Se você tentar pensar em “ser sertanejo” em termos de “nós”, o que lhe vem à mente?

Nós os sertanejos somos:

Palavra/frase	Positiva	Negativa	Neutra	Identifica-se	
				( )Sim	( )Não
1.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
2.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
3.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
4.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
5.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não

11) Você acabou de descrever o grupo ao qual você pertence em termos de NÓS. Agora defina um grupo do qual um sertanejo não faça parte, descreva esse grupo como sendo “eles”.

Eles/Elas os/as \_\_\_\_\_ são:

(Escreva o nome do grupo no espaço em branco acima)

Palavra/frase	Positiva	Negativa	Neutra	Identifica-se	
				( )Sim	( )Não
1.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
2.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
3.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
4.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não
5.	( )	( )	( )	( )Sim	( )Não

12) A seguir você encontrará uma série de frases sobre os homens na nossa sociedade. Por favor, indique em que medida você concorda ou discorda com cada uma delas, utilizando a seguinte escala de resposta:

1	2	3	4
Discordo	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo

01. \_\_\_\_ É difícil levar a sério um homem que usa esmalte de unha.
02. \_\_\_\_ É embaraçoso ter muitos amigos *gays*.
03. \_\_\_\_ Aparentar ser *gay* faz com que um homem pareça menos homem.
04. \_\_\_\_ Não tem nada de errado com um homem que zoa os seus amigos.
05. \_\_\_\_ Agir como homem deveria ser o objetivo mais importante para rapazes.
06. \_\_\_\_ Homens não deveriam falar sobre suas preocupações uns com os outros.
07. \_\_\_\_ Uma boa maneira de parecer homem é evitar agir como um *gay*.
08. \_\_\_\_ Não importa o que aconteça, um homem deve aparentar ser forte para outros.
09. \_\_\_\_ Quando um homem sente medo, deveria manter isso pra si mesmo.
10. \_\_\_\_ Um homem deveria se sentir envergonhado de correr como uma garota.
11. \_\_\_\_ É normal para os homens zoar seus amigos.
12. \_\_\_\_ Ser zoadado ajuda os homens a se tornarem durões.
13. \_\_\_\_ É difícil respeitar um homem que demonstra seus sentimentos.
14. \_\_\_\_ Existe algo de errado se um homem quer fazer uma atividade feita por mulheres.
15. \_\_\_\_ Para ser aceito, os homens devem ser capazes de zoar outros.
16. \_\_\_\_ Homens de verdade nunca agem como uma menina.

13) Agora será apresentada uma série de frases sobre homens e mulheres, assim como sobre sua relação mútua em nossa sociedade contemporânea. Por favor, indique se você concorda ou não concorda com cada um dos itens usando a escala abaixo:

1	2	3	4
Discordo	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo

01. \_\_\_ Ainda que um homem tenha muito êxito em sua vida, não poderá sentir-se completo a menos que tenha o amor de uma mulher.
02. \_\_\_ Com o pretexto da igualdade, muitas mulheres buscam privilégios especiais, como condições de trabalho que as favoreçam.
03. \_\_\_ Em caso de grandes ou pequenos acidentes, as mulheres devem ser resgatadas antes que os homens.
04. \_\_\_ A maioria das mulheres interpreta os comentários ou brincadeiras inocentes como sexistas, isto é, como expressões preconceituosas ou discriminatórias contra elas.
05. \_\_\_ As mulheres se ofendem muito facilmente.
06. \_\_\_ As pessoas não podem ser verdadeiramente felizes em suas vidas a menos que tenham uma outra pessoa do sexo oposto. (Ex.: para o homem, uma mulher, e vice-versa).
07. \_\_\_ Na verdade, o que as mulheres feministas pretendem é que a mulher tenha mais poder que o homem.
08. \_\_\_ Muitas mulheres se caracterizam por uma pureza que poucos homens possuem.
09. \_\_\_ As mulheres devem ser queridas e protegidas pelos homens.
10. \_\_\_ A maioria das mulheres não dá valor completamente a tudo o que os homens fazem por ela.
11. \_\_\_ As mulheres tentam ganhar poder controlando os homens.
12. \_\_\_ Todo homem deve ter uma mulher a quem amar.
13. \_\_\_ O homem está incompleto sem a mulher.
14. \_\_\_ As mulheres exageram os problemas que têm no trabalho.
15. \_\_\_ Uma vez que uma mulher consiga que o homem se comprometa com ela, geralmente, ela tenta controlar.
16. \_\_\_ Quando as mulheres são vencidas pelos homens numa disputa justa, geralmente se queixam de serem “roubadas” ou discriminadas.
17. \_\_\_ Uma boa mulher deveria ser posta em um pedestal pelo homem.
18. \_\_\_ Existem muitas mulheres que, para chamar a atenção de um homem, primeiro se insinuam sensualmente e depois rejeitam seus avanços ou “cantadas”.
19. \_\_\_ As mulheres, em comparação com os homens, tendem a ter uma maior sensibilidade moral.
20. \_\_\_ Os homens deveriam estar dispostos a sacrificar seu próprio bem-estar a fim de dar segurança econômica e social às mulheres.
21. \_\_\_ As mulheres feministas estão fazendo exigências completamente irracionais aos homens.
22. \_\_\_ As mulheres, em comparação com os homens, mostram um sentido mais refinado para a cultura e o bom gosto.

Nesta última questão, pedimos que leia atentamente o seguinte texto: Paulo (35 anos), morador do interior do estado de Sergipe, agricultor, desde muito jovem foi responsável pelo sustento de sua família, pois seu

pai faleceu quando ele era criança. Aos 25 anos se casou com Patrícia (30 anos), com quem tem dois filhos (6 e 8 anos). Nos últimos seis meses ele desconfia que sua esposa esta se relacionando com algum colega do trabalho, pois Patrícia tem se mostrado bastante fria e “ausente” da família, além de frequentemente chegar em casa tarde e sem nenhum tipo de justificção clara. Após vasculhar o celular de sua esposa, Paulo descobre que ela realmente está se relacionando com um colega de trabalho, cujo nome é Pedro. Ao conversar com Patrícia sobre a descoberta, ela confirmou toda a situação, colocando que estava arrependida e que gostaria de permanecer casada com Paulo.

14) Agora avalie as possíveis atitudes de Paulo frente à situação. Utilizando uma escala de porcentagem que varia de 0% a 100%, escreva na coluna especifica qual a probabilidade, em sua opinião, que Paulo tenha feito alguns comportamentos descritos. Ao lado coloque a probabilidade de você ter o mesmo comportamento na mesma situação:

PORCENTAGENS A SEREM UTILIZADAS:

0% | 10% | 20% | 30% | 40% | 50% | 60% | 70% | 80% | 90% | 100%

ATTITUDES/COMPORTAMENTOS	PAULO	VOCÊ
Compreender Patrícia e permanecer casado.		
Divorciar-se não expondo o caso para não causar comentários.		
Se divorciar e expor a situação.		
Insultar Patrícia nas redes sociais.		
Insultar Patrícia em frente a sua família.		
Insultar Patrícia em seu trabalho.		
Expulsar Patrícia de casa.		
Colocar os filhos contra a mãe (Patrícia).		
Evitar ser visto em público.		
Evitar que sua família (família de Paulo) saiba da situação.		
Fazer qualquer coisa para manter sua reputação intacta.		
Bater em quem o chamasse de “corno”.		
Ser agressivo com quem estivesse divulgando a situação.		
Bater em Pedro.		
Bater em Patrícia.		
Mataria ou ordenaria matar Pedro.		
Mataria ou ordenaria matar Patrícia.		

**Muito obrigado pela colaboração!**